

SÉRIE PROLAM USP DEBATE

volume 1

AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO

**WAGNER IGLECIAS
GUSTAVO MENON
FRANCO ALEJANDRO LÓPEZ
(ORGS.)**

EDIÇÕES EACH

SÉRIE PROLAM USP DEBATE (VOLUME 1)

AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO

Wagner Iglecias
Gustavo Menon
Franco Alejandro López

[Organizadores]



São Paulo
Edições EACH
2022

DOI: 10.11606/9786588503119



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

2022 – Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP
Rua Arlindo Bettio, 1000 – Vila Guaraciaba
Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP), Brasil
03828-000

Imagem da capa: *Mapa da América realizado por el cartógrafo Jodocus Hondius (1563-1612) en el año 1640 d.C – H. Picard.*
Licença: Domínio Público / Wikimedia Commons.

As opiniões expressas nos textos que constituem esta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores, não necessariamente refletindo as opiniões dos organizadores da obra, das Edições EACH ou do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-Reitor Profa. Dra. Maria Aminda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Diretor Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha
Vice-Diretor Profa. Dra. Fabiana de Sant'Anna Evangelista

Conselho Editorial das Edições EACH

Profa. Dra. Isabel C. Italiano (Presidente - EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Jefferson A. Mello (Vice-Presidente -EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Ana Paula Fracalanza (EACH/USP – Brasil)
Analúcia dos Santos V. Recine (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Anna Karenina A. Martins (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Carlos Bandeira de M. Monteiro (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Clara Vasconcelos (Universidade do Porto – Portugal)
Prof. Dr. Daniel Hoffman (Rutgers University - EUA)
Profa. Dra. Flávia Mori Sarti (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Humberto Miguel G. Malpartida (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Juliana P. Rodrigues (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Marcos Lordello Chaim (EACH/USP – Brasil)
Maria Fátima dos Santos (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Michel Riaudel (Sorbonne Université – França)
Profa. Dra. Rosely A. Liguori Imbernon (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Sandra L. A. de A. Reimão (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Verónica Marcela Guridi (EACH/USP – Brasil)

Capa

Publicação

Gustavo Menon
Wagner Iglecias

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca.
Maria Fátima dos Santos (CRB-8/6818)

Série Prolam USP debate : volume 1 : América Latina : pensamento social e político / organizadores, Wagner Iglecias, Gustavo Menon, Franco Alejandro López. – São Paulo : Edições EACH, 2022.
1 e-book

ISBN 978-65-88503-11-9 (e-book)
DOI 10.11606/9786588503119

1. Política e governo – América Latina. 2. Política social – América Latina. 3. Ideologia política – América Latina. I. Iglecias, Wagner Tadeu, org. II. Menon, Gustavo, org. III. López Marín, Franco Alejandro, org. IV. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. V. América Latina : pensamento social e político.

CDD 22. ed. – 320.98

Como citar esta publicação no todo, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

IGLECIAS, W. T.; MENON, G.; LÓPEZ MARÍN, F. A. (org.). **Série Prolam USP debate**: volume 1: América Latina: pensamento social e político. São Paulo: Edições EACH, 2022. 1 ebook. DOI 10.11606/9786588503119.

Como citar o capítulo desta publicação, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s). Título do capítulo. In: IGLECIAS, W. T.; MENON, G.; LÓPEZ MARÍN, F. A. (org.). **Série Prolam USP debate**: volume 1: América Latina: pensamento social e político. São Paulo: Edições EACH, 2022. 1 ebook. DOI 10.11606/9786588503119.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
RUY MAURO MARINI E A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA NO SÉCULO XXI	8
Fabio Maldonado	
DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA NA OBRA DE AGUSTÍN CUEVA.....	44
Gustavo Menon	
EL EXILIO BRASILEÑO EN CHILE Y LA TEORÍA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA	54
Juan Cristóbal Cárdenas Castro	
O MOMENTO POPULISTA DO CHILE? NOÇÕES DE ERNESTO LACLAU PARA A COMPREENSÃO DO PAÍS	73
Franco Alejandro López	
REFLEXIONES SOBRE LITERATURA GUATEMALTECA	87
Carlos González Orellana	
ENSAYO DESDE LA FILOSOFÍA DE LA HISTORIA - LA NACIÓN URUGUAYA: LOS CAMINOS HACIA UNA COMUNIDAD POLÍTICA IMAGINADA	95
Nastasia Barceló Severgnini	
PARTICULARIDADES DE UN CASO POCO ABORDADO EN LA LITERATURA EN CIENCIAS SOCIALES: EL SISTEMA POLÍTICO PARAGUAYO	105
Sarah Patricia Cerna Villagra	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....	115
SOBRE OS ORGANIZADORES	117
ÍNDICE REMISSIVO.....	119

Apresentação

Trazemos ao público o primeiro volume da Série PROLAM USP DEBATE, resultado de pesquisas realizadas por especialistas latino-americanos sobre distintos aspectos da realidade econômica, política, social e cultural de seus respectivos países, da América Latina em geral e das relações da região com o mundo. O lançamento desta série é a etapa que fecha o ciclo de cinquenta encontros promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), entre maio de 2020 e junho de 2021, com a participação de 155 acadêmicos de 17 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

Este primeiro volume traz sete textos, que tratam de diferentes temas do pensamento social e político da região. Três capítulos abordam a Teoria da Dependência, tema antigo e caro à América Latina. Sob diferentes ângulos de análise e distintas perspectivas teóricas, Fabio Maldonado, Gustavo Menon e Juan Cristóbal Cárdenas Castro abordam o assunto. Na sequência Franco Alejandro López discute a temática do populismo e sua relação com as recentes manifestações chilenas a partir da perspectiva do pensador argentino Ernesto Laclau. No campo literário, Carlos González Orellana, escritor centro-americano, pontua os caminhos da literatura guatemalteca. Para fechar o tomo, Nastasia Barceló Severgnini e Sarah Cerna Villagra brindam o público com leituras sobre dois países cujas histórias políticas são pouco conhecidas do público brasileiro: Uruguai e Paraguai.



A Série PROLAM USP DEBATE é composta por volumes que tratam das seguintes temáticas: Pensamento Social e Político; Movimentos Sociais; Política Externa e Integração Regional; Comunicação e Política; e Desafios Contemporâneos. Todos são publicados pelo Serviço de Editoração e Distribuição da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (Edições EACH), disponibilizados em formato eletrônico e abertos para acesso público e gratuito. Agradecemos a todas as pessoas que nos ajudaram a viabilizar o projeto PROLAM USP DEBATE, seja como proponentes de temas e nomes, seja como moderadores, expositores, divulgadores ou espectadores dos cinquenta encontros realizados. Entre elas a comunidade acadêmica latino-americanista em geral e especificamente docentes do PROLAM-USP e estudantes e egressos do Programa, como Alessandra Garcia Soares, Amanda Barrenengoa, Amanda Caroline Harumy Oliveira, Andrea Rosendo, Fabio Maldonado, Flavia Loss Araújo, Francisco Denes Pereira, Guilherme Câmara Meireles, Johidson Ferraz Oliveira, Jorge Cáceres Olave Junior, Judite Elaine dos Santos, Marco Piva, Nastasia Valentina Barceló Severgnini, Patricia Paixão, Pedro Silva Barros, Ricardo Abreu, Romy Martínez Garay, Vanessa Silva e Waldo Lao Fuentes Sanchez.

Gostaríamos de agradecer também todas e todos que ajudaram a viabilizar a segunda fase do projeto, ora expressa nos cinco ebooks desta série. Entre elas seus organizadores e especialmente Edições EACH, na pessoa de sua diretora, a Profa. Dra. Isabel Italiano, do curso de Têxtil e Moda da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), parceira de todas as horas que muito gentilmente acolheu nossa proposta e tornou possível esta publicação.

Esperamos com esta série, publicada nos idiomas de origem de cada autora ou autor, contribuir para o aprofundamento do debate realizado sobre a realidade latino-



americana no Brasil. Acreditamos tratar-se de iniciativa bastante oportuna - que vem somar-se a outras - no sentido de despertar, no público brasileiro, maior interesse sobre os principais traços que marcam o passado e o presente dos demais países da América Latina, em grande medida tão semelhantes aos do Brasil.

Nesta série busca-se promover tanto o debate sobre a conjuntura da região, por si só extremamente complexa e multifacetada, como a respeito das características históricas de sua formação desde o período colonial - que exercem influência sobre a região até a atualidade – e também quanto aos inúmeros e variados desafios que se apresentam para nossas sociedades e governos, neste século XXI, no sentido da construção de países mais democráticos e mais justos.

Wagner Iglecias

Gustavo Menon

Franco Alejandro López



Ruy Mauro Marini e a Dialética da Dependência no século XXI

Fabio de Oliveira Maldonado¹

[...] atormenta-nos, do mesmo modo como nos demais países ocidentais do continente europeu, não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a falta desse desenvolvimento. Além das misérias modernas, aflige-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes da permanência vegetativa de modos de produção arcaicos e antiquados, com o seu séquito de relações sociais e política anacrônicas. Padecemos não apenas por causa dos vivos, mas também por causa dos mortos.

Karl Marx, O Capital.

Introdução

Em sintonia com o importante processo de debates e reflexões sobre diversos temas e países da América Latina, a partir do programa on-line PROLAM-USP Debate, realizado pelo PROLAM-USP, e tendo em vista a grande audiência do episódio em que participamos, *La trayectoria de la Teoría Marxista de la Dependencia: itinerario político e intelectual*, nos pareceu adequado realizar uma pequena apresentação de um dos principais intelectuais que criou esta corrente de pensamento, ainda no final da década de 1960 e início da década seguinte.

Ruy Mauro Marini pode ser considerado como um daqueles poucos intelectuais engajados, ou intelectuais militantes, que contribuíram decisivamente para um pensamento latino-americano criativo, rigoroso e libertador. Não por acaso, foi o autor que desvendou a essência da dialética do capitalismo dependente latino-americano e, não por acaso, foi um dos autores latino-americanos que mais barreiras encontrou para difundir seu pensamento². Recentemente, no final da primeira década do século

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP).

²No Brasil, ainda há uma dívida enorme a ser paga com Ruy Mauro Marini. O seu pensamento foi deformado, modificado e impedido de chegar às novas gerações. Sobre as barreiras que se formaram ao pensamento de Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos se ocupa brevemente, em seu livro *Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas*(2015). Por outro lado, Fernando Correia Prado publicou um artigo que debate exatamente esta interdição do pensamento de Marini e, por consequência, da Teoria Marxista da Dependência. Ver: *História de um não debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil*, 2013. Ademais, por conta de ser um intelectual militante, sempre preocupado com os desdobramentos reais do seu pensamento, sofreu uma série de pressões políticas que o obrigaram a escapar para o exílio mais de uma vez.



XXI, na esteira da maior crise do sistema capitalista desde 1929, como que por exigência histórica, o seu pensamento é retomado e redescoberto por uma série de novos pesquisadores e militantes sociais, abrindo perspectivas únicas para entender os impasses atuais que a região encontra e visualizar saídas.

Nascido em Barbacena, Minas Gerais, em 1932, Ruy Mauro foi um dos criadores da Teoria da Dependência, construindo as linhas gerais e as principais categorias que atribuíam um viés marxista à teoria. Suas contribuições teóricas e políticas, no entanto, só podem ser entendidas dentro de um contexto muito singular em que viveu, conjugando as influências intelectuais decisivas e um debate hegemônico pela Comissão Econômica para América Latina e Caríbe (CEPAL) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e demais partidos comunistas latino-americanos, com um período histórico muito específico da região. Neste sentido, grande parte da trajetória de Marini confunde-se entre o militante político³ e o elaborador teórico, dando real sentido a 11º Tese de Karl Marx sobre Feuerbach⁴, no qual o pensamento teórico e a preocupação em captar a realidade latino-americana em sua profundidade, estiveram sempre direcionados para a luta política, a serviço da transformação social.

E a expressão maior deste pensamento está presente em *Dialética da Dependência*⁵, um ensaio publicado em 1973 pela editora mexicana Era, e que é resultado de aproximadamente 15 anos de desenvolvimento intelectual e prática política. Nesse sentido, *Dialética da Dependência* pode ser considerada como a obra que diferencia a Teoria Marxista da Dependência (TMD) das outras abordagens da dependência.

O presente texto buscará apresentar brevemente a trajetória desse autor e os principais aspectos de sua principal obra, de modo que o trabalho será organizado basicamente em três eixos: 1) trajetória do autor; 2) principais contribuições de sua principal obra; 3) atualidade dessa perspectiva.

³ Ruy Mauro Marini é um dos fundadores da Política Operária (Polop), “organização que representou em seu tempo a concepção mais avançada da nova esquerda brasileira e um enfoque crítico das teses dos partidos comunistas da América Latina. Para a Polop, a revolução democrático-burguesa não se aplicava à América Latina, e as lutas populares deviam buscar a construção do socialismo”. MARTINS, 2009, p.10.

⁴ “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”. Karl Marx & Friedrich. *A ideologia alemã*, 2013, p.539.

⁵ Para este ensaio, lançamos mão da sexta edição de *Dialética da dependência*, de 1982. As citações são feitas a partir de uma tradução livre do espanhol para o português.



Especificamente, a primeira parte fará um breve recorrido do trajeto intelectual e político de Ruy Mauro Marini até a publicação do livro, ao passo que apresentará o contexto político, social e intelectual em que ele estava inserido – quais eram as influências intelectuais do autor, com quem ele estava debatendo, quais eram as ideias dominantes na esquerda. A segunda parte vai apresentar os traços gerais e a importância de *Dialética da Dependência* para a América Latina, bem como expor o seu conteúdo, dando prioridade para os conceitos de intercâmbio desigual e superexploração do trabalho. Por fim, a última parte demonstrará a vitalidade desta obra para entender a atualidade e os desafios da região.

Não pretendemos, nesse curto espaço, seguir todos os passos de Ruy Mauro e tampouco realizar uma exegese sobre *Dialética da Dependência*. Nosso objetivo é mais modesto: se propõe a realizar uma breve introdução do autor e do essencial de seu pensamento ao público interessado.

Contexto histórico e trajeto do intelectual-militante

Para melhor compreender o pensamento de Ruy Mauro Marini, iremos acompanhar o desenvolvimento da sua formação intelectual, que por sua vez está intimamente imbricada com os acontecimentos e debates da época⁶.

De forma geral pode-se dizer que a reflexão intelectual de Ruy Mauro Marini está inserida e é resultado de um longo processo histórico político, econômico e social, que na América Latina se expressa intelectualmente a partir de duas correntes: o debate marxista hegemônico pelos Partidos Comunistas da região; e o nacional-desenvolvimentismo, capitaneado pela CEPAL.

Cabe ressaltar sucintamente que, ambas as correntes surgem a partir do impacto da crise econômica mundial de 1929, que abriu espaço para uma reorientação do processo de produção em direção à industrialização, modificando as relações de produção locais. Esta crise econômica internacional era também a crise final do imperialismo britânico e de sua hegemonia mundial, no qual a divisão internacional do

⁶Como mencionamos, esse texto não tem por objetivo escrever uma biografia detalhada do autor, mas apenas situar o seu pensamento na época em que estava inserido, demonstrando o seu desenvolvimento intelectual a luz dos debates existentes. Para um maior aprofundamento na biografia de Marini, ler *Ruy Mauro Marini: vida e obra* (2005), organizada por João Pedro Stedile e Roberta Traspadini, em especial o texto *Memória: por Ruy Mauro Marini*, em que o autor refaz os seus passos profissionais e intelectuais.



trabalho tendia para a especialização dos países periféricos na produção de matérias-primas e alimentos e especializava os países centrais na produção de atividades industriais. A partir de então, o mundo veria o surgimento da hegemonia dos Estados Unidos.

É esta realidade – iniciada com a crise de 1929- que impulsionou o desenvolvimento da consciência latino-americana sobre seu próprio subdesenvolvimento. Theotonio dos Santos observa a preocupação intelectual sobre a realidade socioeconômica regional, na qual não “foi sem razão que a América Latina (que já revelara ao mundo um autor marxista tão original como Mariátegui, na década de 1920) produziu, nas décadas de 30, 40 e 50”, isto é, na sequência da crise de 1929, “pensadores tão originais como Gilberto Freyre [...]; Josué de Castro [...]; Caio Prado Júnior [...]; Guerreiro Ramos [...]; Raúl Prebisch [...]; Sergio Bagú [...]; Florestan Fernandes [...]; ou Gino Germani [...]” (SANTOS, 2015, p. 30).

Nesta direção, Antonio Candido⁷, observa como mesmo depois das independências formais na região, havia uma certa identidade eufórica, quase utópica e ao mesmo tempo passiva, com todas suas potencialidades naturais, como um continente que poderia ser, como uma grandeza não realizada. Com o adentrar do século XX, esta concepção vai se modificando, a utilização do termo “Pátria Grande”, é um exemplo que revela a tomada de consciência de setores da população americana de seu subdesenvolvimento, passando a pensar a região em sua amplitude e a partir da exploração e da miséria, sempre como proposição à luta.

Seguindo esta lógica, tanto no Brasil como na América Latina, diversos intelectuais amadureceram a formulação de uma “teoria do desenvolvimento” como suporte teórico de um processo de modernização do histórico subdesenvolvimento. A Cepal, centralizou este conjunto de intelectuais que, pertencentes a um contexto posterior a Grande Depressão de 1930, refutavam o liberalismo clássico e propunham

⁷ Antonio Candido, no seu ensaio *Literatura e Subdesenvolvimento*, presente no livro *A educação pela noite & outros ensaios* (1989), refere-se à expressão “pátria grande” como um termo que revela uma conscientização mais ampla na população latino-americana de seu subdesenvolvimento, passando a adotar a perspectiva da realidade dos solos pobres, da miséria de sua população e da incultura paralisante presente. Esta abordagem, que se faria presente na literatura latino-americana, superaria a concepção inicial de grandeza não realizada e entenderia a realidade pelo que falta, não pelo que sobra. Desprovido da euforia utópica de outrora, esta nova abordagem deixava de ser passiva, levando à proposição de lutar. Pátria Grande, portanto, seria a identificação de toda a América subdesenvolvida, do México ao Cone Sul.



um maior protagonismo do Estado nacional no processo de industrialização/modernização local.

Celso Furtado e Raul Prebisch são considerados os dois grandes expoentes desta linha de pensamento. Prebisch aponta que os países periféricos ao entrarem no comércio mundial, sofriam com a deterioração de seus produtos primários frente aos produtos industriais importados do centro. Isso se dava porque o centro desenvolvido não transferia o aumento de sua produtividade para a periferia e ainda se apropriava dos escassos avanços produtivos desta última. Deste modo, o fosso que separava os países com polos dinâmicos de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos tendia a aumentar, pois nas transações comerciais, os bens industriais importados pela América Latina reclamavam um montante progressivamente superior de mercadorias exportadas para os países centrais, que se viam, por conseguinte, favorecidos neste intercâmbio (OSORIO, 2009; CAPUTO & PIZARRO, 1971; BIELSCHOWSKY, 2000). Em outras palavras, os preços favoreciam no médio e longo prazo os produtos industrializados, provocando o que foi denominado de “deterioração dos termos de troca”. Sendo assim, a periferia, caso deixada ao sabor da livre força de mercado, segundo a concepção liberal e como de fato fez durante o primeiro século de independência, estaria fadada ao subdesenvolvimento e veria barrada a via que levava à industrialização.

A resposta a este quadro seria criar uma política industrial que invertesse as bases da realidade acima relatada, melhorando a alocação dos recursos produtivos e impedindo a deterioração dos termos de troca, já que o intercâmbio não se daria mais entre matéria-prima versus manufatura. Este processo se realizaria, sobretudo, através do processo de substituição de importação, responsável por criar um desenvolvimento industrial interno, o que deslocaria o eixo econômico até então voltado para fora para um desenvolvimento voltado para dentro (MANTEGA, 1995; CAPUTO & PIZARRO, 1971; BIELSCHOWSKY, 2000). Devido à ênfase na necessidade de superar a condição de região subdesenvolvida e lograr maior independência e autonomia, pode-se considerar que os desenvolvimentistas cepalinos, tinham um caráter nacionalista, derivando-se daí a designação de Nacional-Desenvolvimentismo.

Por outro lado, neste mesmo período, a hegemonia dos Partidos Comunistas latino-americanos no pensamento de esquerda local foi fundamental, influenciando



decisivamente a cultura, a política e as formulações teóricas nestes países⁸. Contudo, apesar de sua importância para a época, estes partidos estavam fortemente influenciados por teorias não elaboradas para as realidades locais ou, em outras palavras, aplicavam teorias que não se encaixavam na complexidade das sociedades em que estavam inseridos; o que alguns autores classificaram como eurocentrismo⁹. Levando isto em conta, deve-se considerar as duas características principais que marcaram a elaboração teórica dos Partidos Comunistas locais: a natureza da revolução, que Löwy (2012) identifica como uma problemática central; e o modo de produção, que José Roberto do Amaral Lapa¹⁰ (1980) propõe como um fio condutor preponderante para a reconstituição do tipo de estrutura econômica local.

Importados os conceitos de alhures, os teóricos comunistas identificavam um modo de produção de estrutura agrária feudal ou semifeudal, no qual uma parcela da burguesia local, ainda incipiente, teria traços progressistas (LÖWY, 2012, p. 11). Nessa linha, o caráter da revolução deveria apontar para uma luta contra o imperialismo, representado localmente pelos latifundiários, que mantinham um modo de produção semifeudal e bloqueavam o desenvolvimento regional. Por outro lado, a burguesia nacional, seria uma aliada nesta empreitada, pois encontrava uma barreira para o seu desenvolvimento na aliança do imperialismo com esses latifundiários. Em suma, o fato é que os Partidos Comunistas da região estavam sob forte influência e ingerência¹¹ das formulações da III Internacional Comunista (IC), hegemônica pela URSS (PCURSS):

⁸Especificamente sobre a formação do Partido Comunista Brasileiro ver Antonio Carlos Mazzeo, *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*, 1999. Mazzeo (1999, p. 23) entende que “[...] como produto de um grande movimento de âmbito mundial e pela dimensão adquirida – ao ser o resultado de uma sociedade que vinha sofrendo dramáticas e profundas alterações, e cuja tradição tinha sido, até então, alijar os trabalhadores da participação da vida social e política do país -, a organização do PCB se constituiu na maior e mais positiva novidade política do Brasil, cujo pioneirismo – além de ser o primeiro partido político *strictu sensu* do país – foi o de procurar fazer protagonista da história brasileira o seu próprio povo”.

⁹ Michael Löwy descreve este processo de importação de teorias que foram feitas para explicar outras realidades em seu clássico *O marxismo na América Latina*(2012).

¹⁰ Amaral Lapa trata da questão do modo de produção em um livro organizado por ele, chamado *Modos de produção e realidade brasileira*, 1980.

¹¹ Segundo Mazzeo (1999, p. 51): “[...] a ação do Komitern no continente foi seguida de um enquadramento esquemático e generalizador, que acabou por vulgarizar os elementos histórico-objetivos componentes das realidades latino-americanas, desconsiderando, assim, a rica complexidade das formações histórico-particulares da América Latina.

É necessário ressaltar, no entanto, que, apesar do esquematismo e do reducionismo, houve a preocupação de analisar os aspectos diferenciadores das realidades latino-americanas, ao menos no período em que Jules Humbert-Droz foi o responsável pelos partidos latinos da IC. [...]. Caracterizando



Dito isto, registremos dentro de um certo consenso – do qual participamos em boa e numerosa companhia – de que a influência das <<propostas>> programáticas da III Internacional Comunista (março de 1919) foram incorporadas pelo VI Congresso Mundial em 1º de setembro de 1928, em Moscou, e postas em prática como um modelo único para a América Latina pelo Bureau Sul-americano da Internacional Comunista que irradiava de Montevidéu para o continente o seu programa teórico e de ação. (LAPA, 1980, p. 11).

Seguindo esta linha, as formulações teóricas destes comunistas desembocavam na necessidade de realizar uma revolução democrático-burguesa que abrisse espaço para o desenvolvimento de um processo de industrialização que geraria força produtiva, o que supunha uma aliança com a burguesia local. Desta forma, a “definição do caráter das economias coloniais como feudais serviam de base às propostas políticas que apontavam para a necessidade de uma revolução burguesa na região” (SANTOS, 2015, p. 31).

Diante disto, evidenciava-se na região, ainda no final da década de 1930 e início da década de 1940 até meados de 1960, uma hegemonia social em torno do projeto de um país urbano-industrial, o que incluía comunistas e nacional-desenvolvimentistas. Com efeito, é interessante notar que, apesar de certa divergência teórica - o que implicava tanto na análise da causa do subdesenvolvimento, como nas aspirações posteriores em que uns visavam ao socialismo e outros ao Estado de bem-estar social -, a maior parte dos marxistas, representados nos Partidos Comunistas latino-americanos, aderiu no limite ao ideário econômico desenvolvimentista¹², justamente por defender um processo de industrialização.

os países da América Latina como semicoloniais, Humbert-Droz consegue perceber o caráter dependente das “burguesias nacionais” latino-americanas em relação ao imperialismo, aspecto esse que será desconsiderado posteriormente, no documento definitivo”.

¹² Ricardo Bielschowsky faz uma aproximação do pensamento dos desenvolvimentistas e dos comunistas (aos quais o autor chama de socialistas) desta época em seu livro *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Segundo Bielschowsky (2000, p. 181-2): “Os desenvolvimentistas diferenciavam-se entre si [...]. Podiam até, como no caso de alguns dos nacionalistas, ter suas inclinações políticas socialistas – na linha da esquerda da social-democracia europeia, ou do socialismo democrático, independente da orientação soviética – e, por essa razão, cultivar o desenvolvimento industrial como etapa para avanços subsequentes, pela via da luta política pacífica, nos quadros do sistema vigente. [...] À sua esquerda, havia uma corrente de pensamento cuja reflexão econômica se fazia a partir da perspectiva da revolução brasileira, ou da transição para o socialismo. A essa corrente, formada por intelectuais ligados ao Partido Comunista – e, no início dos anos 60, também por intelectuais dissidentes do partido – damos a denominação de “socialista”. O contraste entre os socialistas e os desenvolvimentistas nacionalistas, no que diz respeito ao pensamento



Descontentes com a política de conciliação com a burguesia, críticos às teses feudais, e sob forte influência das denúncias dos crimes de Stalin, no XX Congresso do PCURSS, diversos militantes e intelectuais iniciavam um rompimento com a hegemonia dos partidos comunistas locais. A isso, juntou-se uma concreta contestação histórico-teórica, a saber, a Revolução Cubana de 1959. No Brasil, uma das críticas mais contundentes à lógica do PCB, adveio de dentro do próprio partido, por um dos intelectuais mais expressivos do país. Caio Prado Jr. contestava, de modo pioneiro, a concepção dominante sobre o modo de produção no campo brasileiro. Já em seu livro *Evolução Política do Brasil*, de 1932, o autor concluía que:

[...] no Brasil colônia, a simples propriedade da terra, independente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda, nada significa. Nisso se distingue a nossa formação daquela da Europa medieval saída da invasão dos bárbaros. Lá encontraram os conquistadores descidos do norte uma população relativamente densa e estável que já se dedicava à agricultura como único meio de subsistência. O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim *direta e unicamente* da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. Aqui não. A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu.¹³ (PRADO JR., 2012, p. 18-9).

Nesta mesma linha, é importante ressaltar de forma apenas ilustrativa que outros autores contribuíram para o rechaço das teses feudais. Sergio Bagú¹⁴, intelectual marxista argentino, acompanhando Caio Prado Jr., foi um dos primeiros a

econômico, é esclarecedor. Preconizavam, como estes, a industrialização com ampla intervenção estatal, como via de “desenvolvimento das forças produtivas”, e também defendiam investimentos estatais em setores básicos da economia, bem como o controle do capital estrangeiro”.

¹³ “Esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos que não têm assento algum na realidade. Podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa Medieval”. PRADO JR., 2012, p.19.

¹⁴ “O historiador e economista argentino Sérgio Bagú (também autor de trabalhos sobre o materialismo histórico) é um dos representantes mais significativos das ciências sociais marxistas da América Latina. Suas obras de história econômica mostram que, mesmo durante o período de hegemonia do mais tosco dogmatismo, foram elaborados trabalhos marxistas sérios”. LÖWY, 2012, p.253.



refutar de forma sistemática a concepção de que havia um modo de produção feudal na América Latina. Em 1949, através do livro *Economía de la sociedad colonial*¹⁵, o autor ressalta a vigência do modo de produção capitalista na colonização ibérica do continente. Neste sentido, Bagú apontava para o fato de que, com o surgimento das colônias luso-hispânicas americanas, não se replicou o ciclo feudal, ao contrário, tais economias são engendradas por um novo ciclo capitalista que se inaugurava no mundo: o capitalismo mercantil (LÖWY, 2012, p. 253-256). Formava-se aí, portanto, uma nova concepção no continente, segundo a qual a situação das relações servis e escravistas era fruto de (e servia a) um projeto de expansão da atividade colonial, comandada pelo capitalismo mercantil. Theotonio dos Santos, ao fazer um balanço sobre o período, dirá que a “América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada com modo de produção feudal” (SANTOS, 2015, p. 32).

Seria, portanto, no contexto de crise da política econômica nacional-desenvolvimentista e da dificuldade dos intelectuais ligados a esta corrente em encontrar alternativas, somada a crise de hegemonia dos Partidos Comunistas da região com sua linha teórica que transplantava mecanicamente formulações que não levavam em conta a realidade latino-americana e que foi responsável por haver fatigado e desacreditado seus militantes sendo, ao fim, desmentida pela própria Revolução Cubana e pelo golpe militar no Brasil em 1964 -, que iniciar-se-ia a década de 1960 e com ela, surgiria toda uma nova sorte de intelectuais e militantes. Portanto, não sem razão, Theotonio dos Santos observa que:

A teoria da dependência tentou ser uma síntese deste movimento intelectual e histórico. A crítica de Bagú, Vital e e Caio Prado Júnior ao conceito de feudalismo aplicado à América Latina, foi um dos pontos iniciais das batalhas conceituais que indicavam as profundas implicações teóricas do debate que se avizinhava. (SANTOS, 2015, p. 31).

Foi no bojo do surgimento desta “nova esquerda” que Ruy Mauro Marini se desenvolveu intelectual e politicamente. Na segunda metade da década de 1950, Marini ingressa na Escola Brasileira de Administração Pública (Ebab), curso da

¹⁵ “*Economía de la sociedad colonial* (1949) é um livro pioneiro, certamente um dos primeiros que refuta, de forma sistemática, ampla e explícita, o esquema tradicional do ‘feudalismo latino-americano’, ressaltando a dimensão capitalista da colonização ibérica do continente”. LÖWY, 2012, p.253.



Fundação Getúlio Vargas (FGV) que abria amplo espaço ao estudo das ciências sociais. Ali foi decisivamente influenciado por Alberto Guerreiro Ramos - professor de sociologia ligado às ideias cepalinas - de tal modo que, já no segundo ano de curso, passava a atuar como assistente de seu professor. Em 1958, por intermédio e apoio pessoal de Guerreiro Ramos, Ruy Mauro consegue uma bolsa de estudos para cursar no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris (SciencesPo). Na França, Marini é introduzido a leitura de Hegel e ao estudo sistemático da obra de Marx, bem como de Lenin e outros autores marxistas, de sorte que praticamente completaria a sua formação. Politicamente, é ainda em Paris que ele entra em contato com o grupo da juventude do Partido Socialista, grupo este que viria a constituir a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop)¹⁶. Em 1960, Ruy Mauro Marini retorna da França e, em 1962, ingressa como auxiliar de ensino na recém-criada, Universidade de Brasília (UNB), que contava com a condução de Darcy Ribeiro. Junto aos jovens professores Theotonio dos Santos e Vania Bambirra, além de Andre Gunder Frank, professor alemão, radicado nos Estados Unidos e que aporta na UnB em 1963, conforma o Grupo de Brasília, de acordo com a denominação de Claudia Wasserman (2017).

Cabe ressaltar de passagem, que foi o intelectual alemão, absorvendo a contribuição de outros autores como Caio Prado Jr. ao debate sobre o modo de produção e sobre o caráter da revolução na América Latina e no Brasil, o responsável, segundo Theotonio dos Santos, por recolher “esta problemática para dar-lhe uma

¹⁶Segundo narra o próprio Marini: “O período que ali passei coincidiu com o auge da teoria desenvolvimentista na América Latina e no Brasil – com a qual eu me familiarizara na Ebp, pela mão de Guerreiro Ramos, [...]. As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização. Começa, então, o meu afastamento em relação à Cepal, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adscrição ao marxismo. Isso me levaria, ainda na França, a tomar contacto com o grupo que editava, no Brasil, a revista *Movimento Socialista*, órgão da juventude do Partido Socialista [...]. Esse grupo, com suas principais vertentes no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, constituirá, mais adiante, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), primeira expressão no Brasil da esquerda revolucionária que emerge em toda a América Latina”. MARINI, 2007, p. 60-3.

Como demonstra a passagem anterior, mesmo em seu período de formação o autor esteve sempre provido de uma preocupação militante, adquirindo assim, um caráter de intelectual-militante, sempre disposto a pensar a realidade para transformá-la. Marini foi, portanto, “um dos fundadores da Política Operária (POLOP), organização que representou em seu tempo a concepção mais avançada da nova esquerda brasileira e um enfoque crítico das teses dos partidos comunistas para a América Latina. Para a POLOP, a revolução democrático-burguesa não se aplicava a América Latina, e as lutas populares deveriam buscar a construção do socialismo. A região não havia sofrido o feudalismo, e a debilidade de suas burguesias as fazia comprometer-se com o imperialismo”. MARTINS, 2011, p. 10.



dimensão regional e internacional” (SANTOS, 2015, p.31). Isto levaria Gunder Frank a ser um dos autores cuja obra causaria maior impacto político na nova esquerda revolucionária da época. O autor é apontado ainda como o responsável por abrir o caminho e influenciar diretamente o surgimento da Teoria da Dependência¹⁷. Segundo o próprio Ruy Mauro Marini, embora já carregado de algumas influências, foi ao desembarcar no Brasil que “Frank [...] amadureceu as teses que exporia, de maneira provocativa e audaz, em seu *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, publicado em 1967, livro que representa um marco do que viria a se chamar de “teoria da dependência” (MARINI, 2007, p. 66).

Deste período, Ruy Mauro, incorporando o papel de intelectual militante sempre preocupado com a questão política, não se restringia às atividades acadêmicas na UNB:

No caso da Unb, vale ressaltar que a esquerda revolucionária se constituiu na força principal do nascente movimento estudantil de Brasília, hegemonizando a Federação de Estudantes que se criou, e – fato inédito no Brasil e na América Latina – de um significativo movimento docente, que deflagrou, em 1963, a primeira greve de professores universitários de que temos notícias, a qual culminou com a formação de uma pioneira Associação de Professores, em cuja direção a nova esquerda era absolutamente majoritária. Seria um erro pensar que ela ficou restrita à universidade: a nova esquerda vinculou-se ao sindicalismo militar então ascendente, principalmente ao movimento de sargentos, e ao próprio movimento operário que se constituía na capital, a ponto de, no I Congresso Sindical de Brasília, em 1963, estar em condições de “bater chapa” com o PCB, perdendo por escassa margem. (MARINI, 2007, p. 67).

Com a chegada do golpe militar, em 1964, Marini foi exonerado pela UNB e prontamente perseguido, sendo preso em julho do mesmo ano pelo Serviço Secreto da Marinha (CENIMAR) e duramente torturado. Em setembro, apesar de ter sido solto por

¹⁷ Gunder Frank cristaliza sua posição com uma obra de fôlego chamada *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina* (1967), na qual dizia que a região está inserida num sistema mundial integrado de natureza evidentemente capitalista, com o qual a revolução democrático-burguesa (anti-feudal) não passaria de uma ilusão de um setor da esquerda e que a única alternativa realista ao “desenvolvimento do subdesenvolvimento” era a revolução socialista. LÖWY, 2012, p. 392-7. Segundo Frank: “Minha tese é que as contradições do capitalismo e o desenvolvimento histórico do sistema capitalista geraram o subdesenvolvimento nos satélites periféricos expropriados, ao mesmo tempo em que engendraram desenvolvimento nos centros metropolitanos que se apropriaram do excedente econômico daqueles”. FRANK, *Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina*, 1978, p.15.



conta de um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, foi sequestrado pelo CENIMARE, em seguida, entregue ao Exército. Em dezembro, com um novo *habeas corpus*, e após alguns meses na clandestinidade, finalmente consegue se asilar na embaixada do México, e um mês depois viaja para lá, onde parte para o seu primeiro exílio.

Estabelecido no México, Ruy Mauro - que reencontra Andre Gunder Frank então professor da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) -, passa a ser professor do Colégio do México. Desenvolve intensa atividade acadêmica-intelectual e política, de modo que, logo em seus primeiros meses, é incumbido de escrever um artigo sobre a situação recente do Brasil - artigo, que fora bem recebido pela crítica, dando-lhe prestígio no Colégio do México até sua saída em 1969. Desta primeira contribuição, resultam dois outros artigos determinantes para o pensamento latino-americano da época e para o próprio desenvolvimento intelectual de Marini: *Brazilian Interdependence and Imperialist Integration* (1966); e *La Dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil* (1966). O primeiro artigo, que por sugestão de Gunder Frank foi publicado na *Monthly Review*, partia de uma análise que privilegiava um enfoque das transformações da economia mundial do pós-guerra e de seus impactos na economia do Brasil e na burguesia, para então entender a política externa brasileira e seus impactos na América Latina. A grande contribuição desse artigo, além de apontar para a importância de se entender a mudança nos movimentos e na composição do capital no país, que se tornaria um dos pilares da teoria da dependência, foi a introdução do conceito de subimperialismo, que ganharia a atenção de uma série de teóricos por toda a região. Por sua vez, no segundo artigo, Marini buscava conciliar o enfoque de seu primeiro artigo produzido no México, que privilegiava a questão sociopolítica, com este publicado na *Monthly Review*, que articulava a economia brasileira com o sistema imperialista e o resultado desta relação para a América Latina. Assim, *Dialéctica del desarrollo* “procurava sintetizar os dois enfoques, com o propósito de desvendar as grandes linhas do processo histórico do Brasil moderno e a gestação das condições da revolução socialista” (MARINI, 2007, p. 72). Finalmente, estes dois artigos foram incorporados, em 1969, ao que seria até então a maior contribuição feita pelo autor: *subdesenvolvimento e revolução*¹⁸.

¹⁸ A primeira edição desta obra fundamental do pensamento de Ruy Mauro Marini, foi traduzida para o português e publicada no Brasil somente em 2012 pela Editora Insular.



Em maio de 1968, impactado com o movimento estudantil brasileiro, Ruy Mauro escreve um artigo para o jornal *El Día*, periódico que tinha passado a colaborar. Entretanto, o artigo atrasa para ser publicado saindo apenas em agosto, pouco depois da eclosão do movimento estudantil mexicano, que constituiu um dos mais relevantes movimentos do México no século XX. Por conta disso, Marini passou a ser vigiado pelo governo, de sorte que, em outubro do mesmo ano, com o massacre de Tlatelolco, viu sua situação se deteriorar no país, praticamente sendo convidado a se retirar do país, o que viria a ocorrer em 1969, quando parte para o seu segundo exílio no Chile.

Uma vez no Chile, e ajudado por seus amigos Theotonio dos Santos e Vania Bambirra, se estabelece em Concepción como professor contratado da Universidade de Concepción, cidade onde se aproxima do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), organização em que rapidamente se tornaria dirigente. Neste período, a efervescência política no Chile¹⁹ rompe qualquer barreira entre a academia e a política. Convidado pelo Centro de Estudos Sócio-Econômicos (Ceso)²⁰, da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, e num ambiente que atingia seu ápice com a eleição de Salvador Allende, Marini se muda para Santiago no fim de 1970. Segundo o próprio Marini (2007, p. 87) este período seria um dos mais produtivos de sua vida intelectual. Enquanto docente, ficou responsável por algumas disciplinas, entre elas uma, em formato de seminário, com o tema “teoria marxista e realidade latino-americana”, no qual fazia uma leitura d’*O Capital*, de Marx.

¹⁹ “Ali estavam grandes amigos meus, como Vânia e Theotônio, junto a uma vasta colônia de exilados brasileiros, que, enquanto estive no Chile, contou, em momentos diversos, com Darcy Ribeiro, Almino Afonso, Guy de Almeida, José Maria Rabelo, Maria da Conceição Tavares; em pouco tempo, eu faria novas amizades entre os chilenos e hispano-americanos, como Tomas Vasconi, Inés Reca, Pío García, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Aníbal Quijano, reencontrando também Andre Gunder Frank, que lecionava na Universidade do Chile, e sua esposa, Marta Fuentes”. MARINI, 2007, p. 84.

²⁰Juan Cristóbal Cárdenas Castro realizou um estudo inédito e aprofundado sobre o CESO. Ver Juan Cristóbal Cárdenas Castro, *Surgimiento y sistematización de la Teoría Marxista de la Dependencia: el Centro de Estudios Socioeconómicos [CESO] de la Universidad de Chile [1964-1973]*, 2011; Juan Cristóbal Cárdenas Castro, *Una historia sepultada: el Centro de Estudios Socioeconómicos de la Universidad de Chile, 1965-1973 (a 50 años de su fundación)*, 2015; Juan Cristóbal Cárdenas Castro, *Los caminos de la sociología crítica y la cuestión de la dependencia. Un registro de sus huellas en Chile y América Latina*, 2016.

O “Ceso foi, em seu momento, um dos principais centros intelectuais da América Latina. A maioria da intelectualidade latino-americana, europeia e estadunidense, principalmente de esquerda, passou por ali, dele participando mediante palestras, conferências, mesas-redondas e seminários”. MARINI, 2007, p. 88.

“A instituição alcançou o ápice de sua trajetória entre 1972-1973; além de mim, Theotônio e Vânia, ela contava com Vasconi, Frank, Marta Harnecker, Júlio López e, mais jovens, Pizarro, Cristián Sepúlveda, Jaime Torres, Marco Aurélio Garcia, Álvaro Briones, Guillermo Labarca, Antonio Sánchez, Marcelo García, Emir Sader e Jaime Osorio, lista à qual haveria de acrescentar temporários: Régis Debray, recém-libertado de sua prisão na Bolívia [...]”. MARINI, 2007, p. 87.



É neste ambiente propício que, em 1972, Ruy Mauro publica um ensaio que busca articular a teoria marxista com o caráter subdesenvolvido e dependente da economia latino-americana, resultando numa versão ainda incompleta chamada *Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora*. Desta maneira, o autor “analisa em que condições a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana” (MARINI, 2007, p. 90-1). Rapidamente, entre críticas e elogios, o ensaio despertou o interesse por todas as partes. Em seguida, Ruy Mauro se empenhou em esclarecer as deturpações e mal-entendidos em um *post-scriptum* intitulado *Em torno da Dialética da Dependência*, publicado no México, em 1973, junto à primeira edição do que viria a se tornar a grande expressão de sua obra: *Dialética da Dependência*. Marini, com este livro, foi alçado definitivamente aos níveis mais altos do pensamento social latino-americano, pensamento que após um longo período de bloqueio e deturpações²¹, foi resgatado às pressas pela força da história, imersa no aprofundamento das contradições capitalistas, fruto da crise de 2008.

Em busca da dialética do capitalismo dependente

Como relatado, o ambiente em que surge a *Dialética da dependência*, é marcado tanto pela crise dos partidos comunistas e da teoria do desenvolvimento, como por um contexto político de plena efervescência. Neste sentido, se Caio Prado Jr. tem um papel fundamental na crítica à oficialidade comunista no Brasil e, assim como Frank, no surgimento daquela nova esquerda revolucionária, Andre Gunder Frank

²¹ Certamente, o papel exercido por Fernando Henrique Cardoso desde a publicação do primeiro ensaio incompleto sobre a *Dialética da Dependência*, em 1972, foi essencial para deturpar e bloquear qualquer influência do pensamento de Ruy Mauro no ambiente acadêmico brasileiro. Em 1978, Cardoso escreve com José Serra um artigo chamado *As Desventuras da dialética da dependência*, no qual utilizam todos os expedientes possíveis para distorcer o que estava posto em *Dialética da dependência* - livro desconhecido nas universidades brasileiras -, já que teria a primeira publicação no país somente em 2000, pela Editora Vozes. Segundo Marini, este artigo foi, “sem dúvida, a coisa mais grosseira que se escreveu contra mim, o que me forçou – deixando de lado certa indiferença que sempre senti pela sorte dos meus escritos – a fazer uma réplica em forma”. MARINI, 2007, p. 119. Assim, Cardoso e Serra escrevem este artigo em 1978, e aproveitando uma viagem aos Estados Unidos, acabam passando pelo México e publicando *As Desventuras* com concordância do próprio Marini na *Revista Mexicana de Sociologia*, com a exigência de que fosse aceito que se publicasse a resposta. Desse modo, o ambiente acadêmico mexicano pôde conhecer *As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra)*. Sorte igual não teve o público brasileiro, que conheceu o artigo de Cardoso e Serra em 1980, em publicação pelo Cebrap que, no entanto, censurou a resposta de Marini. Para maior aprofundamento sobre as deturpações e o bloqueio sobre o pensamento de Marini, ver nota 1.



pode ser considerado como o outro autor que abriu decisivamente o caminho para as posteriores formulações marxistas da dependência. Frank avança decisivamente através de sua teoria do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”²², no qual apontava que o desenvolvimento capitalista dos países dependentes renovaria a própria condição de subdesenvolvimento. Certamente uma crítica direcionada tanto ao ideário desenvolvimentismo e seu projeto de desenvolvimento capitalista, quanto aos partidos comunistas da região e sua proposta etapista de revolução democrático-burguesa. Além de Marini e de Gunder Frank, o esforço teórico que culminaria com a Teoria Marxista da Dependência, contou com a contribuição fundamental de Theotonio dos Santos e Vania Bambirra²³.

Partindo deste debate, Ruy Mauro Marini foi o autor que mais longe levou as potencialidades da Teoria da Dependência, em seu viés marxista. Sob esta perspectiva, é interessante notar como o autor, logo nas primeiras páginas de *Dialética da Dependência*, direciona uma crítica à tese da revolução democrático-burguesa que remetia às formulações do semifeudalismo e da existência de uma burguesia progressista. Sua crítica tinha como remetente os Partidos Comunistas da América Latina.

Em suas análises da dependência latino-americana, os investigadores marxistas incorreram, em geral, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou da adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde a aceitar sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado foi os estudos marxistas chamados ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se converte em uma formalização que é incapaz de reconstituí-la a nível da exposição, e nos que a relação entre o concreto e o abstrato se rompe, para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isto aconteceu, sobretudo, no campo da história econômica. (MARINI,1982, p. 13).

²² Sobre esta decisiva contribuição, ver o livro de Andre Gunder Frank, *Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina*, [1970] 1978; *Le développement du sous-développement: l'amérique latine*, 1972; *Lumpenburguesia: lumpendesarrollo: dependencia, clase y politica en Latinoamerica*, 1970; *América Latina: subdesarrollo o revolución*, [1969] 1976.

²³ A contribuição de Vania Bambirra, é significativamente maior para a Teoria Marxista da Dependência do que normalmente se atribui. Seu principal aporte foi o livro *O capitalismo dependente latino-americano*, publicado originalmente em 1972, e somente publicado no Brasil em 2012, pela Editora Insular. Neste livro Bambirra faz duras críticas à tipologia feita por Cardoso e Faletto, realizando uma tipologia das sociedades dependentes desde uma abordagem marxista.



No entanto, se é verdade que Ruy Mauro Marini critica a utilização mecânica de conceitos abstratos para a realidade local, também é correto dizer que o autor não se limita a questionar apenas a influência da Internacional Comunista na elaboração teórica daqueles autores. Para ele, existiam certas dificuldades teóricas e metodológicas.

Estes desvios nascem de uma dificuldade real: frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que se dão as vezes como insuficiências e outras – não sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é por tanto accidental a recorrência nos estudos sobre América Latina da noção de “pré-capitalismo”. O que haveria que dizer é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá nunca desenvolver-se da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas chamadas avançadas. É porque, mais que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só cobra sentido se o contemplamos em uma perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional como, e principalmente, a nível internacional. (MARINI, 1982, p. 14).

Para superar esta dificuldade, Ruy Mauro propunha um itinerário de pesquisa que entendia que, “é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado” (MARINI, 1982, p.15). Desta forma, não obstante o autor estar inserido na discussão da esquerda da época, ele ia além das críticas aos Partidos Comunistas da região, observando uma dificuldade metodológica real para aplicar o marxismo na América Latina.

Com efeito, sua pesquisa parte de uma investigação do processo histórico da região, observando o desenvolvimento e a inserção latino-americana na dinâmica do capital internacional, desde o século XVI. Neste sentido, Marini (1982, p. 16) observa que, formada “ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional”. Nesse aspecto, o autor se distancia de Gunder Frank, pois, enquanto o teórico alemão apontava para uma estrutura dependente já no século XVI, Ruy Mauro observava que os países latino-americanos se encontravam,



neste período, em uma situação colonial. Embora houvesse uma continuidade, seria somente a partir do período que corresponde a independência dos países da região e a revolução industrial na Europa que as relações da América Latina com o centro capitalista europeu adquirem uma estrutura definida, através da:

[...] divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento ulterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. Neste sentido, a conhecida fórmula de André Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz. (MARINI, 1982: 18).

Desta última citação, pode-se observar as bases sobre as quais este pensamento se desenvolverá: é a partir da independência política latino-americana e a consequente vinculação econômica “autônoma” na nova divisão internacional do trabalho – determinada pela revolução industrial – que a região se torna dependente; a dependência é a relação de subordinação entre países soberanos, cuja as relações produtivas entre as nações subdesenvolvidas e desenvolvidas só fazem assegurar a manutenção desta dependência; neste sentido, surge o teor essencialmente político que envolve a superação da dependência, apontando para o rompimento com as relações de produção estabelecidas e rejeitando o desenvolvimento capitalista da dependência, cujo resultado seria sua reprodução ampliada, isto é, mais subdesenvolvimento.

A análise da dependência de Marini se apoia essencialmente nas contribuições de Karl Marx²⁴, partindo da análise do mercado internacional e identificando o papel que a América Latina exerceu no sistema capitalista. Para o autor o surgimento da grande indústria moderna teria enfrentado fortes empecilhos, caso não tivesse contado com os países dependentes. Isso pois, o proletariado dos países industriais do século XIX, com ocupação na indústria e no serviço, não teriam tido espaço não fossem

²⁴ “A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América”. *Manifesto Comunista*. Karl Marx; Friedrich Engels, 2010: 41.



os meios de subsistência de origem agropecuária, que em grande medida, foram importados dos países dependentes da América Latina. Foi este fator que permitiu o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, permitindo a especialização dos países industriais como produtores de manufaturas, que circulariam pelo comércio mundial (MARINI, 1982, p. 21).

Em outras palavras, o que particulariza o capitalismo dependente é justamente o fato dele ser necessariamente o reverso da moeda do capitalismo imperialista, de sorte que o desenvolvimento capitalista de alguns países se apoia no subdesenvolvimento de outros. Como se pode ver, aonde a teoria do desenvolvimento enxergava atraso capitalista na América Latina, o brasileiro de Barbace não entende como consequência necessária da inserção subordinada destes países; enquanto os primeiros propunham uma corrida para o desenvolvimento capitalista, Marini aponta para o rompimento com este. Em suma, desenvolvimento e subdesenvolvimento se conjugavam dentro do girar da roda do capitalismo mundial.

A participação latino-americana no mercado mundial não se resumiu simplesmente em fornecer matérias-primas para os países industriais. Ao exportar também meios de subsistência, a América Latina contribui para que o eixo da acumulação do capitalismo industrial se transfira do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo, significando um processo de acumulação que se apoia antes no aumento da capacidade produtiva do que na extensão ou intensificação da exploração laboral. Entretanto, esta relação entre países dependentes e países imperialistas, que contribuirá para mudar qualitativamente as relações de produção no centro do capitalismo, “se dará fundamentalmente com base na maior exploração do trabalhador. É este caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista”. (MARINI, 1982, p. 23).

Neste sentido, a força e a vitalidade deste estudo consistem justamente em partir de uma análise que insere a América Latina na dinâmica do sistema capitalista mundial, para então articular as condições internas que se reproduzem na região, se negando, portanto, a analisar as condições da América subdesenvolvida de modo separado, sem estudar sua devida conexão com o funcionamento do sistema mundial. Marini, assim, padece por causa dos vivos, mas também por causa dos mortos.



Esta perspectiva totalizante, que vincula o âmbito nacional/regional ao internacional levou o autor a desenvolver a categoria de *intercâmbio desigual*, a primeira grande contribuição da *Dialética da dependência*.

Se o eixo de acumulação industrial, impulsionado pela transformação das condições técnicas de produção, se move para a produção de mais-valor relativo, isto contém algumas implicações das quais Marini se atém. Para os capitalistas, o aumento de produtividade por si só, não assegura o mais-valor relativo, já que o aumento da produtividade do trabalho garante a produção de mais produtos no mesmo tempo que antes, porém não agrega mais valor ao produto. Em realidade isto permite ao capitalista de um setor industrial específico reduzir o valor individual da sua mercadoria em relação às condições gerais de produção, “obtendo assim uma mais-valia superior a de seus competidores – ou seja, um mais-valor extraordinário” (1982, p. 24). A corrida por um mais-valor extraordinário dinamiza o processo de reprodução ampliada de capital, sendo fator fundamental do progresso técnico.

Por um lado, esta condição significa uma alteração na repartição do mais-valor entre os capitalistas e, por consequência, traduz-se em um lucro extraordinário, mas por outro lado não modifica o grau de exploração do trabalhador naquele determinado setor, ou seja, não incide na taxa de mais-valor²⁵. Para entender o raciocínio, é importante ter em conta que quando a técnica, que permitiu o aumento da produtividade de um capitalista, se espalha para os outros capitalistas do setor, “o valor social da unidade do produto se reduziria em termos proporcionais ao aumento da produtividade do trabalho. A consequência seria, então, não o incremento do mais-valor, senão que sua diminuição” (MARINI, 1982, p. 25). Neste caso, somente o aumento do trabalho excedente sobre o trabalho necessário, pode alterar a taxa de mais-valor, de sorte que é preciso que se reduza o valor social das mercadorias que compõe os bens de salário.

²⁵ Karl Marx aborda a questão da massa de mais-valor e da taxa de mais-valor, no livro I d’*OCapital* (2013 p. 175). Diz o autor: “Se, por exemplo, o trabalho necessário é de 6 horas diárias, expressas numa quantidade de ouro de 3 xelins = 1 táler, então o táler é o valor diário de uma força de trabalho ou valor do capital adiantado na compra de uma força de trabalho. Se, além disso, a taxa de mais-valor é de 100%, esse capital variável de 1 táler produz uma massa de mais-valor de 1 táler, ou o trabalhador fornece diariamente uma massa de mais-trabalho igual a 6 horas”. Neste sentido, Marini atenta para o fato de que a determinação da taxa de mais-valor está dada no grau de exploração do trabalho, ou seja, na “relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valor) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente de seu salário)”.Ruy Mauro Marini, *Dialéctica de la dependência*, 1982, p. 25.



E é justamente nesta direção que se desenvolve a roda da economia mundial, na qual a América Latina se inseria decisivamente. A região provia os meios de subsistência ao centro capitalista, contribuindo para a diminuição “do valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valor cada vez mais elevadas”, ou dito de outra forma, “mediante sua incorporação no mercado mundial de bens de salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento do mais-valor relativo nos países industriais” (1982, p. 27).

Pois bem, o papel da América Latina, que se torna independente em um cenário de Revolução Industrial, está dado: exportar matérias-primas e diminuir o valor dos bens de salário dos operários das indústrias do centro. Neste sentido, o intercâmbio desigual, se traduz no aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas diretamente acompanhado do declínio de seus preços em comparação aos preços dos produtos manufaturados. Isto é, a deterioração deste intercâmbio expressa-se na depreciação dos bens primários.

No entanto, é fundamental distinguir a raiz deste problema:

Não é porque se cometeram abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, mas é porque eram fracas que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram mais do que o devido que sua posição comercial se deteriorou, senão que foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala. (MARINI, 1982, p.31).

Diante deste fato, cabe então o questionamento do motivo pelo qual as burguesias latino-americanas não se desestimularam em incorporar-se à economia internacional. Carlos Eduardo Martins responde à esta questão indicando que esta associação dependente “permite aos grupos que dela participam liderar o processo de acumulação e alcançar posições monopólicas em suas regiões ou Estados Nacionais, sem qualquer proporção aos resultados que seriam alcançados com o uso de recursos internos” (2011, p. 240).

Nesta linha, sabedoras desta encruzilhada, as burguesias dos países dependentes buscavam menos corrigir os desequilíbrios do intercâmbio desigual - o que exigiria um determinado grau de enfrentamento perante o imperialismo -, do que compensar no âmbito da produção interna a transferência de valor e de preços. Esta compensação seria o revés da moeda, a contrapartida pela inserção dependente no



mercado mundial, fundamentando-se através da superexploração do trabalho. Chega-se aqui na principal contribuição de Ruy Mauro Marini para a formulação da Teoria Marxista da Dependência, bem como para toda uma sorte de pensadores latino-americanos e movimentos sociais. Neste sentido, este conceito, ao se utilizar das descobertas presentes em *O Capital*, dá um passo adiante dentro do próprio marxismo, ao identificar um tipo diferente de exploração do trabalhador. Para o autor, a peculiaridade que o sistema capitalista impunha aos países dependentes se exprimia na superexploração do trabalho a partir de três características:

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento do mais-valor, logrado através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se pode dizer da prolongação da jornada de trabalho, é dizer, do aumento do mais-valor absoluto em sua forma clássica; à diferença do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele que o operário segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Dever-se-ia que assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além do seu limite normal, pelo qual 'o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, no fundo de acumulação de capital', implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente [...]. Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. (MARINI, 1982, p. 38-40).

Com efeito, diante do desenvolvimento da economia dependente em função do mercado mundial, a burguesia local buscou compensar o intercâmbio desigual através da superexploração do trabalho. Isto equivale a dizer que a realização da produção latino-americana, encontra-se na exportação, em detrimento do consumo interno das massas trabalhadoras. O consumo dos trabalhadores representa “um elemento decisivo na criação de demanda para as mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo de



circulação” (1982, p. 51)²⁶. Como o setor dinâmico da economia latino-americana formou-se com base na exportação, o consumo individual do trabalhador latino-americano não interfere na realização do bem ali produzido. É nesse aspecto que se apresenta o caráter social perverso desta situação, já que como consequência, a tendência do sistema produtivo será o de superexplorar a força de trabalho, sem a preocupação de repô-la – o que foi possível e amplamente utilizado, por conta do exército industrial de reserva, ou seja, o batalhão de mão de obra presente e pronto para substituir os braços exauridos. Portanto,

[...] esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição radica a essência da dependência latino-americana. (MARINI, 1982: 49).

²⁶ Sobre a cisão entre produção e circulação, Marini(1982, p. 50) diz: “Opera-se assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente a produção capitalista em geral, é dizer, a que opõe o capital ao trabalhador em tanto que vendedor e comprador de mercadorias”.

Sobre o consumo do trabalhador ver *O Capital*, livro I (2013). Por outro lado, já na introdução dos *Grundrisse* (2011, pp. 39-64), Marx indica a importância da relação geral entre produção, distribuição, circulação (troca) e consumo, o que facilita entender as consequências de se realizar a produção no consumo externo. De acordo com o autor:

“[...] a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente seu contrário. Mas tem lugar simultaneamente um movimento mediador entre ambos. A produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento¹. [...]. Sem produção, nenhum consumo; mas, também, sem consumo, nenhuma produção, pois nesse caso a produção seria inútil. O consumo produz a produção duplamente: 1) na medida em que apenas no consumo o produto devém efetivamente produto. [...] 2) na medida em que o consumo cria a necessidade de *nova* produção, é assim o fundamento ideal internamente impulsor da produção, que é o seu pressuposto. [...] Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade. [...] do lado da produção, que ela 1) fornece ao consumo o material, objeto. [...] 2) Ela também dá ao consumo sua determinabilidade, seu caráter, seu fim. Assim como o consumo deu ao produto seu fim como produto, a produção dá o fim do consumo. [...] Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. [...]. A produção cria, portanto, os consumidores. 3) A produção não apenas fornece à necessidade um material, mas também uma necessidade ao material. [...]. A necessidade que o consumo sente do objeto é criada pela própria percepção do objeto. [...]. Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo do consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos. Produz, assim, o objeto do consumo, o modo do consumo e o impulso do consumo. Da mesma forma, o consumo produz a *disposição* do produtor, na medida em que o solicita como necessidade que determina a finalidade” (MARX, 2011, p. 46-47).



Esta é a essência da dialética da dependência, que move os países dependentes em direção ao subdesenvolvimento e os países imperialistas ao desenvolvimento produtivo. Esta é a base de uma formação social de produção capitalista que acentua as contradições próprias deste sistema e que, ao fazê-lo, configura uma situação particular da relação de produção ancorada na superexploração da força de trabalho, criando um ciclo de capital que tende a reproduzir em forma ampliada a própria dependência. Ademais, a contradição capital-trabalho se intensifica nesta relação, no sentido de que a classe trabalhadora latino-americana é duplamente explorada²⁷, pois parte do mais-valor gerado de seu trabalho era retida pelas burguesias do centro dinâmico do capital, por consequência do intercâmbio desigual, e a superexploração da força de trabalho se encarregaria de garantir a outra parte deste excedente produzido para a burguesia nacional. Assim, a superexploração da força de trabalho local significa o livramento da exploração ancorada no mais-valor absoluto da classe trabalhadora das economias centrais.

Neste sentido, sacrifica-se o consumo individual do trabalhador, diminuindo a demanda interna nestes países, consolidando, por sua vez, a exportação como única via de realização da produção, o que por outro lado, contrasta com a demanda por manufaturas importadas por parte das burguesias locais em um primeiro momento, e pelas camadas médias posteriormente. Esta contradição explica a formação de um mercado interno específico, cindido entre a “baixa circulação” e a “alta circulação” e incidirá “de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que se apresentam nela atualmente” (MARINI, 1982, p. 54-5).

Com efeito, não obstante a crise de 1929 possibilitar um salto industrial em alguns países da região e até uma certa posição monopolista das burguesias locais em âmbito interno, apoiadas nas barreiras à importação, o fato é que a industrialização dos países dependentes da América Latina se desenvolve apoiada naquelas antigas bases econômico-sociais. A relação de produção baseada na superexploração da força de trabalho, que restringia a criação de um mercado interno, desembocou no surgimento de uma “indústria fraca” dependente de “fatores externos” que, assim

²⁷É nesse sentido que Jaime Osorio propõe em classificar a superexploração do trabalho como Exploração redobrada. Ver Jaime Osorio, *Teoría marxista de la dependencia: historia, fundamentos, debates y contribuciones*, 2016.



como o período anterior, se estruturou a partir das necessidades e exigências do mercado internacional e dos países mais desenvolvidos, de sorte que tal industrialização nascia de maneira complementar às indústrias avançadas, reproduzindo, em outro patamar, a dependência. Neste sentido, o baixo nível tecnológico destas indústrias culminou com que o preço da produção não se determine pela produtividade, mas principalmente pelo salário dos operários, de maneira que a burguesia industrial recorrerá ao,

[...] excedente de mão-de-obra criado pela própria economia exportadora e agravado pela crise que esta experimenta (crise que obriga ao setor exportador a liberar mão-de-obra), para pressionar aos salários no sentido da baixa. Isso lhe permitirá absorver grandes massas de trabalho, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e a prolongação da jornada, acelerará a concentração de capital no setor industrial. (MARINI, 1982, p. 63).

Em suma, estariam dadas as bases para um novo ciclo de superexploração da força de trabalho, agora na etapa industrial da economia dependente.

Neste ponto, a *Dialética da Dependência* entra no período histórico que corresponde ao processo de industrialização pelo qual passaram alguns países dependentes da região. Neste sentido, com a nova dinâmica da acumulação do capital em escala mundial, devido à nova configuração da economia internacional do pós-guerra, organizada sob a égide norte-americana, as burguesias industriais locais aprofundaram o processo de industrialização mediante o incremento da produtividade recorrendo à tecnologia externa.

Este processo aponta para uma nova divisão internacional do trabalho, em que os países dependentes passaram a absorver as etapas inferiores da produção industrial, como por exemplo a siderurgia – anteriormente reservada às economias industriais clássicas –, que se generalizou a tal ponto que países como o Brasil começaram a exportar aço, “reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.)” (MARINI, 1982, p.68-9).

Nesta nova dinâmica do capitalismo mundial, o progresso técnico dos países dependentes se deu de tal modo que, por um lado o aumento da produtividade se deu



especialmente através da intensificação do trabalho operário, e por outro lado combinou-se com a tendência à remuneração inferior ao valor da força de trabalho. “A absorção do progresso técnico em condições de superexploração do trabalho acarreta inevitável restrição do mercado interno, ao qual se contrapõe a necessidade de realizar massas sempre crescentes de valor” (1982, p. 74). Desta forma, houve uma mudança na relação de produção destas economias mantendo, no entanto sua estrutura intacta, de modo que a industrialização do capitalismo dependente, ao perpetuar a restrição do consumo dos trabalhadores e da formação de um mercado interno dinâmico, manteve a cisão entre o consumo dos trabalhadores em bens-salário e o consumo por parte dos “não trabalhadores”, que consiste no que Marini denomina de “esfera alta de circulação” ou consumo de bens suntuários.

Tendo em vista a necessidade de realizar seus produtos e da impossibilidade de fazê-lo no mercado interno, um grupo reduzido de países dependentes adota uma política agressiva de competição internacional, levando o autor a retomar a análise do subimperialismo: “Nos últimos anos, a expressão acentuada dessas tendências no Brasil nos levou a falar de um subimperialismo” (MARINI, 1982, p.76). No entanto, se é certo que as condições políticas e econômicas específicas do Brasil, na década de 1960, desembocaram num regime militar e na exigência de se recorrer ao subimperialismo para poder realizar suas mercadorias, Marini deixa claro que este fenômeno não é especificamente brasileiro, nem corresponde a uma anomalia do capitalismo dependente. “Na Argentina ou em El Salvador, no México, Chile, Peru, a dialética do desenvolvimento capitalista dependente não é essencialmente distinta da que procuramos analisar aqui em traços gerais” (MARINI, 1982, p.76).

Intercâmbio desigual, superexploração do trabalho e subimperialismo consistem nas grandes contribuições teórica de *Dialética da Dependência*, levando a assinatura de um dos grandes pensadores latino-americanos, filho, é verdade, de um período histórico específico que trouxe à superfície contradições seculares, renovando-as e complexificando-as.

A atualidade da Dialética da Dependência

Evidentemente, algumas questões expostas no livro estavam delimitadas pelo tempo histórico em que o autor se inseria, de sorte que diversas questões da



atualidade não poderiam estar ali presentes. Contudo, categorias como a superexploração da força de trabalho, intercâmbio desigual e, em certa medida, subimperialismo, ainda estão presentes na reflexão de muitos intelectuais latino-americanos, que as utilizam para construir diversas sortes de análise a partir delas, não obstante a Teoria da Dependência (especialmente sua vertente marxista) ter sido declarada “morta”²⁸.

Paradoxalmente, em um mundo em que o capitalismo se transformou drasticamente, engendrando um novo padrão de reprodução do capital²⁹, as contribuições de Marini se tornam decisivas para apreender os movimentos do capitalismo dependente. Mesmo no *post-scriptum* da *Dialética da Dependência*, o autor deixa algumas indicações para os estudos posteriores do capitalismo dependente:

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a *legalidade específica* pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, propor seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os *graus intermediários* mediante os quais essas leis se vão especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida. (MARINI, 1982, p. 99).

Assim, uma análise renovada da dependência deve partir da identificação do movimento geral do sistema capitalista para então situar as particularidades das economias que nele se integram, de sorte a apreender o processo atual de desenvolvimento dos países dependentes.

²⁸ Em um artigo chamado *La Dependencia de Theotônio*(2003) - uma breve resenha sobre o livro deste autor, *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas* -, Gunder Frank retoma a polêmica de um artigo da revista *Foreign Policy Magazine* (2002). A revista, nesta edição, se dedica a indagar o que aconteceu, entre outras coisas, com a teoria da dependência. A publicação, redigida pelo Professor de Finanças Internacionais, Andrés Velasco, da Universidade de Harvard, a declara morta e extinta e enumera seus autores, incluindo o próprio Gunder Frank. Fernando Henrique Cardoso salvou-se desta publicação, pois, segundo a mesma, teria abandonado a teoria. Frank olha para a conhecida “década perdida” de 1980 na América Latina e a posterior crise das dívidas externas da década seguinte – que partia do México, passava pelo Peru, Brasil e chegava na Argentina - e contesta: “Se isto não é uma manifestação de dependência, Sr. Perito em Finanças Internacionais Andrés Velasco, agradeceria qualquer esclarecimento sobre o que sim poderia ser dependência” (2003, p.174, tradução nossa).

²⁹Um dos principais avanços da Teoria Marxista da Dependência, consistiu na formulação da categoria do Padrão de reprodução do capital, formulada em seus traços gerais por Ruy Mauro Marini e aprofundada por Jaime Osorio. Para melhor entender a categoria ver a coletânea de artigos reunidos n’*O Padrão de Reprodução do Capital*, organizado por Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce, 2012.



A transição e direcionamento do novo padrão de reprodução do capital que se impôs na região, especialmente a partir da década de 1990 – com exceção do Chile, que foi o laboratório desse processo na década de 1970 e 1980³⁰-, teve no capital estrangeiro um ator central, através do investimento externo direto (IED), que em 1990 era de 14,9% ao passo que em 1996 já alcançava 37,8% do total mundial de IED (OSORIO, 2012, p. 108)³¹.

TABELA 1 - América Latina: as quinhentas maiores empresas locais e transnacionais, em 2006, por vendas e setores de atividade econômicas (em %):

	Privadas Locais	Estatais	Transnacionais
Primário			
Mineração	19	51	30
Petróleo/ gás	10	80	10
Manufatureiras			
Automobilística/ peças	7	-	93
Eletrônica	23	-	77
Agroindústria/alimentos	63	-	37
Serviços			
Telecomunicações	53	1	46
Energia elétrica	21	53	26
Comércio	70	-	30

Fonte: Cepal, *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe 2007* apud OSORIO, 2012, p. 110.

As empresas apresentadas na tabela anterior são responsáveis por canalizar as principais plataformas de exportação, bem como as atividades que se voltam para o mercado interno, que se concentra, por sua vez, em setores de serviço que atuam principalmente no ramo de telecomunicações e energético, constituindo-se num setor

³⁰ Uma análise impactante e que antecipa a consolidação do neoliberalismo na região foi feito por Orlando Caputo em “Notas teórico-metodológicas para el estudio de las formas de funcionamiento del capitalismo en América Latina”, 1981.

³¹ Jaime Osorio, em *América Latina: O novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região*, presente no livro *O Padrão de Reprodução do Capital, op. cit.*, atualiza alguns dos conceitos de Marini à luz do exemplo atual de cinco países dependentes da América Latina, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México.



da burguesia com relevância interna. Seguindo estas características, Jaime Osorio identifica as “leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto”, apontando para um novo período histórico dos países dependentes da região, definido por um padrão de reprodução de capital caracterizado pela exportação e especialização produtiva que opera,

[...] sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do design [...]. Esses novos eixos produtivos constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais, sob direção do capital transnacional, que já não obedecem a projetos nacionais de desenvolvimento, sendo o capital mundial, ao contrário, o que define que nichos privilegiar e impulsionar nas economias específicas. [...] Se no sistema mundial capitalista a soberania sempre foi objeto de uma distribuição desigual, mais forte nas economias centrais e mais débil nas regiões e economias periféricas, tal situação foi agudizada nas atuais condições de cadeias globais de direção transnacional, com elos e segmentos distribuídos pelo mundo. (OSORIO, 2012, p. 113)

Não à toa, toda a década de 1990 e o início da década seguinte, foi marcada pela pressão por parte dos países imperialistas, principalmente dos Estados Unidos, para que os países dependentes da região assinassem o acordo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o que jogaria as economias destes países numa completa e absoluta dependência da exportação para o centro dinâmico da região e do mundo, isto é, a própria economia norte-americana. Foi o que ocorreu com o México ao assinar o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que como se verá, acabou acentuando as contradições e características da dependência.

Rapidamente, apenas como ilustração, convém salientar que, em termos relativos, o Chile e o México são os países com o maior peso das exportações em relação ao PIB, seguidos por Colômbia e à uma distância razoável, Brasil e Argentina (OSORIO, 2012, p.115).

Em relação aos bens materiais exportados, estes também variam de acordo com os países analisados. Entre 2007 e 2009, enquanto a Argentina concentrava 38,2% da exportação de matérias-primas, 30,4% de manufaturas com tecnologia e 7,9% de serviços, a Colômbia concentrava sua exportação em 46,6%, 32% e 5,3% respectivamente, ao passo que o México segue com uma exportação de 17,3%, 71,1% e



3,1% respectivamente. Aqui, mais uma vez, o México torna-se o exemplo mais bem-acabado desta nova característica de especialização produtiva do atual padrão de reprodução do capital nos países dependentes. A partir da vigência do NAFTA, as maquiladoras mexicanas passaram a servir de suporte para a economia dos Estados Unidos melhorar sua competitividade.

Por outro lado, o destino da exportação destes bens, variou ao longo da primeira década do novo século. Se antes os Estados Unidos eram o espaço absoluto de realização destas mercadorias, seguido pela União Europeia, a partir de então verificou-se uma forte inserção da China e da Ásia como um todo.

TABELA 4 - Mercados das exportações: 2000 e 2007 (em % do total de exportações)

	AL e Caribe	China	Ásia/ Pacífico	Estados Unidos	União Europeia
AL e Caribe	16-18	1-6	6-12	60-42	12-15
Argentina	48-39	3-10	8-16	12-18	18-19
Brasil	25-25	2-10	12-18	24-15	28-24
Chile	22-16	5-15	29-36	18-13	25-24
Colômbia	29-36	0-3	3-6	51-31	14-18
México	3-6	0-1	1-3	89-78	3-6

Fonte: Cepal, *Panorama de la inserción de América Latina y el Caribe 2007* apud OSORIO, 2012, p.121.

Não é de se estranhar, no entanto, que no sentido oposto às imensas remessas de lucro transferidas para os centros do capitalismo neste período, os salários dos trabalhadores, as suas condições trabalhistas e as condições de vida da maioria da população da América Latina tiveram uma drástica deterioração. Desta forma, mantendo as características anteriores, os trabalhadores dos países dependentes interessam essencialmente enquanto produtores e não enquanto consumidores.

Nesse sentido, Carlos Eduardo Martins observa que no período entre 1980 e 2002, os resultados deste padrão desarticularam a arquitetura de crescimento e aprofundaram a periferização e a desigualdade da América Latina. Com “taxas de crescimento econômico medíocres para a região, a desnacionalização e destruição dos segmentos de maior valor agregado do aparato produtivo”, a consequência não poderia ser outra que o “aprofundamento da superexploração do trabalho para suas formas mais graves e a deterioração ecológica” (MARTINS, 2011, p. 315).



Com efeito, Osorio (2012, p. 129) observa que no caso brasileiro, se em 1992 o percentual de jovens entre 15 e 24 anos que não trabalhava e tampouco estudava era de 21,1%, em “2007, após políticas sociais que buscaram mitigar a barbárie dominante, as cifras seguiam sendo altas, reduzidas apenas com relação à anterior, passando para 18,8%”. Outros indicadores seguem na mesma direção, já que “o percentual da população ocupada que tem de trabalhar mais de 48 horas semanais sobe, em 2007, para 20,3%”, ao passo que a “população que trabalha mais de 44 horas semanais chega a 35,5%”. No México, a situação exprime ao máximo a superexploração da força de trabalho – a partir, sobretudo, do aumento do mais-valor absoluto -, pois “o número de trabalhadores que tiveram de incrementar sua jornada de trabalho para mais de 48 horas passou de 2.336.316 trabalhadores em 1988 para 12.845.728 trabalhadores em 2002”. Neste último ano, “a porcentagem de trabalhadores em atividades sem receber benefícios sociais (13° salário, previdência social, fundos de pensão) alcançava 63,14%”, ao passo que em 2010, “a taxa de desemprego real no país superava os 15% (mais de 8 milhões de pessoas), muito acima dos 5,3% reconhecidos pelas autoridades”.

É bom ter em conta que, as políticas neoliberais implementadas na região, não foram somente consequência da pressão direta do imperialismo, mas são também fruto “de uma conformação entre os interesses da classe dominante da região e os imperativos político-ideológicos do centro da economia mundial, implícitos no Consenso de Washington” (CARCANHOLO, 2009, p. 257). Tendo em vista esta nova aliança formada, Marcelo Carcanholo combina a análise da superexploração da força de trabalho com este período neoliberal que também é caracterizado pela desregulamentação e livre circulação do capital fictício. Segundo o autor, o aumento da taxa de mais-valor propiciado pela superexploração da força de trabalho é apropriado progressivamente por este capital fictício, que se valoriza exatamente no setor financeiro (com os juros, por exemplo). Sendo assim, esta situação,

[...] incentiva os capitais individuais a se transferirem para essa primeira esfera, a operar segundo a lógica do capital fictício. Isso deprime ainda mais a taxa de lucro do capital produtivo, uma vez que se tem menor produção de excedente, definindo um círculo vicioso de acumulação de capital travada. [...] Essa dialética do desenvolvimento periférico permite entender, por exemplo, o que ocorreu na economia da América Latina durante os anos 1990. [...] durante a maior parte do período, a região apresentou uma dinâmica



de acumulação de capital travada, de forma que a elevação da taxa de mais-valia por intermédio da superexploração da força de trabalho não se transformou em maior ritmo de acumulação de capital, porque a apropriação financeira pelo capital fictício reduziu as taxas de lucro do capital produtivo, principal incentivo para a acumulação de capital. A década mais do que perdida para a região, como ficou conhecido o período, combinou superexploração da força de trabalho com uma acumulação de capital travada. (CARCANHOLO, 2009, p. 263).

Neste contexto, a crise mundial de 2008, que intensificou a transferência do capital produtivo para o capital fictício, centralizando cada vez mais o poder econômico, requer um sinal de alerta e um olhar cuidadoso com o que vem ocorrendo recentemente na América Latina. Pressionados por uma forte especulação financeira e uma ação política organizada de amplos setores da burguesia, aqueles governos que até então eram considerados progressistas passam a intensificar essa combinação explosiva que desemboca na acumulação de capital travada e superexploração da força de trabalho. Assim, como pôde-se notar nestes breves escritos, nada mais evidente do que a persistência da superexploração da força de trabalho e da situação de dependência na América Latina, o que fica claro com esta breve análise nos dados apresentados.

Conclusão

Ao se debruçar sobre as grandes questões que se apresentavam na América Latina, Ruy Mauro Marini (ao lado de Theotonio dos Santos, Vania Bambirra e Andre Gunder Frank) abriu um importante caminho para compreender os grandes problemas que caracterizam a região. Evidentemente, questões importantes ficaram de fora ou não foram exploradas pelo autor. Por outro lado, passadas quase cinco décadas da publicação de sua principal contribuição, novos temas se somam aos problemas anteriores.

As novas tecnologias da comunicação e a criação de um espaço virtual apropriado pelo capitalismo abrem novos desafios interpretativos; a questão racial, problema que foi ignorado pelos autores da dependência - mas que foi recolhido e explorado por Lélia Gonzalez a partir do debate que partia do exército industrial de reservas e da superpopulação relativa³²; o feminismo; a questão dos povos

³² Ver Araujo, Barbara, Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro, 2020.



originários³³; a questão ambiental com a ameaça da mudança climática; o problema da ideologia dominante³⁴, entre outros são temáticas centrais que atualmente se impõem no debate público e acadêmico brasileiro e latino-americano.

De toda maneira, como vimos, o movimento dialético da dependência foi capturado e exposto por Marini. Politicamente isso significou uma proposta de superação do capitalismo dependente.

Ao não conhecer a essência do capitalismo dependente, ao mesmo tempo que concebe a dependência como um limite estrutural, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (CARDOSO & FALETTO, 2011), apontava para um movimento contínuo que perpetua o capitalismo latino-americano dentro do seu limite, a saber, a própria dependência. Esta solução, nada mais faz do que constranger a dialética da dependência ao que Hegel³⁵ denominaria de *infinito ruim*. E como característica do pensamento que leva ao infinito ruim, tudo o que busca ultrapassar esta representação é entendido como aquilo que não se permite pensar ou determinar; aquilo que é indeterminado³⁶.

Sendo assim, apreender a essência da *Dialética da Dependência* significa apreender a negação da própria produção de vida da sociedade burguesa dependente, o que nos levaria à *aufhebung*, a superação da situação atual que, ao negar o capitalismo dependente, chegaria a uma outra forma de sociedade. É justamente da recusa do estado de coisas tal qual se apresentam, que toda uma nova geração de estudantes e militantes latino-americanos começa a tomar contato com a obra de Ruy



³³ Gunder Frank tratou dessa questão em *Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina*, op. cit. No entanto, isso se deu antes da contribuição de Ruy Mauro Marini, *Dialética da Dependência*, op. cit.; Vania Bambirra, *Capitalismo dependente latino-americano*, op. cit.; e Theotonio dos Santos, *Imperialismo y dependencia*, 1978. Dessa forma, a questão dos povos originários não foi tratada a partir de uma perspectiva da TMD. Para ver essa temática a partir de uma perspectiva que articula o marxismo ver, Jean Tible, *Marx Selvagem*, 2013.

³⁴ Tomás Vasconi tratou da questão da ideologia em países dependentes de maneira incipiente, sem propor um método e ainda antes da configuração da vertente marxista da dependência. Seu principal trabalho consiste em: Tomás Amadeo Vasconi, *Dependencia y superestructura y otros ensayos*, 1970. Posteriormente, Tomás Vasconi e Marco Aurélio Garcia publicaram um artigo primoroso sobre a temática: Tomás Amadeo Vasconi & Marco Aurélio Garcia, “Le développement des idéologies dominantes en Amérique latine”, 1974. Busquei contribuir com o debate em Fabio de Oliveira Maldonado, *A ideologia da dependência na América Latina*, 2017.

³⁵ Sobre a contradição e o movimento da dialética em Hegel, ver HEGEL, G. W. F.; *Ciência da Lógica (excertos)*, 2011, pp. 156–169.

³⁶ Não por acaso, conforme foi mencionado, Fernando Henrique Cardoso e José Serra escreverem 1978, *As desventuras*, no qual atacam fortemente a *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini, que como fica claro desde o princípio, busca pensar formas de superação da situação de dependência.

Mauro Marini, Vania Bambirra, Theotonio dos Santos e Andre Gunder Frank, renovando a vitalidade e dando atualidade para a Teoria Marxista da Dependência.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Barbara. **Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro**. *Jacobin Brasil*, 13/09/2020. Acessado em: jul. 2021. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/>>. Acesso: 25.out.21.

BAGÚ, Sergio. **Economía de la sociedad colonial**. In: LÖWY, Michael (Org). *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Brasil: Insular, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

CAPUTO, Orlando. **Notas teórico-metodológicas para el estudio de las formas de funcionamiento del capitalismo en América Latina**. *Investigación Económica*, n. 155, México, jan-mar 1981, pp. 221-244.

CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. **Imperialismo, Dependencia y Relaciones Económicas Internacionales**. Santiago do Chile: CESO, 1971.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico**. In: SANTOS, Theotonio; SADER, Emir(coords.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (orgs). *A América Latina e os Desafios da Globalização: Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio. São Paulo: Boitempo, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTRO, Juan Cristóbal Cárdenas. **Surgimiento y sistematización de la Teoría Marxista de la Dependencia: el Centro de Estudios Socioeconómicos [CESO] de la Universidad de Chile [1964-1973]**. Dissertação de mestrado. México, D.F.: Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.

CASTRO, Juan Cristóbal Cárdenas. **Una historia sepultada: el Centro de Estudios Socioeconómicos de la Universidad de Chile, 1965-1973 (a 50 años de su fundación)**. De Raíz Diversa. Revista Especializada en Estudios Latinoamericanos. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, vol. 2, n. 3, jan-jun. 2015, pp. 121-140.



CASTRO, Juan Cristóbal Cárdenas. **Los caminos de la sociología crítica y la cuestión de la dependencia**. *Un registro de sus huellas en Chile y América Latina*. Tese de doutorado. México, D.F.: Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, Facultad de Filosofía y Letras/Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo: 2012.

FRANK, André Gunder. **Lumpenburguesia: Lumpendesarrollo. Dependencia, clase y política en Latinoamérica**. Medellín: Editorial La Oveja Negra, 1970.

FRANK, André Gunder. **Le développement du sous-développement: l'amérique latine**. Paris: Librairie François Maspero, 1972.

FRANK, André Gunder. **América Latina: subdesarrollo o revolución**. México D.F.: Ediciones Era, 1976

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. México: Siglo XXI, 1978.

FRANK, André Gunder. **La Dependencia de Theotonio**. In: *Economía Crítica e Desarrollo*. Santiago, Chile, ago. 2003.

HEGEL, G. W. F. **Ciência da Lógica (excertos)**. São Paulo: Barcarolla, 2011.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LÖWY, Michael (Org). **O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

MALDONADO, Fabio de Oliveira. **A ideologia da dependência na América Latina**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2017.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México D.F.: Ediciones Era, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. **Las razones del neodesarrollismo** (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008 [1978].

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.



MARX; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999.

OSORIO, Jaime. **Dependência e Superexploração**. In: SANTOS, Theotonio; SADER, Emir(coords.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (orgs). *A América Latina e os Desafios da Globalização: Ensaio dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio. São Paulo: Boitempo, 2009.

OSORIO, Jaime. **América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região**. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de reprodução do capita: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo: 2012.

OSORIO, Jaime. **Teoría marxista de la dependencia: historia, fundamentos, debates y contribuciones**. Los Polvorines: Universidad Nacional General Sarmiento, 2016.

PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil: e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO, Fernando Correia. **História de um Não-Debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil**. *Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*. Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2011. Acessado em: jul. 2021. Disponível em: <http://imperialismoedependencia.org/blog/textos-para-baixar/textos-atuais-em-torno-a-tmd/>.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2015.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y dependencia**. México D.F.: Ediciones Era, 1978.

SANTOS, Theotônio dos; SADER, Emir(Coords). MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (orgs). **A América Latina e os Desafios da Globalização: Ensaio dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio. São Paulo: Boitempo. 2009.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. **As Desventuras da Dialética da Dependência**. *Estudos CEBRAP*, nº. 23. São Paulo, 1980.

TIBLE, Jean. **Marx Selvagem**. São Paulo: Annablume, 2013.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.



VASCONI, Tomas Amadeo. *Dependencia y superestructura y otros ensayos: sobre ideologías y educación en América Latina*. Caracas: Ediciones de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1970.

VASCONI, Tomas Amadeo; GARCIA DE ALMEIDA, Marco Aurélio. “*Le développement des idéologies dominantes en Amérique latine*”. In: Guy Caire (Org.). *Pouvoir, mythes et idéologies*. Tiers-Monde, Paris, v.15, n.57, 1974, pp. 171-188.



Dependência Latino-Americana na obra de Agustín Cueva: polêmicas e breves notas de um debate

Gustavo Menon³⁷

Introdução

Agustín Cueva nasceu na cidade de Ibarra, no Equador, em 1937. Pensador interdisciplinar e comprometido com a teoria crítica, Cueva, desde a sua juventude, foi um exemplo de militância e engajamento político na capital equatoriana, em Quito. Expulso da Pontifícia Universidade Católica, onde estudava direito, teve que terminar seus estudos na Universidade Central do Equador (LARREA MALDONADO, 2016). Durante sua formação, no curso dos anos 1960, recebeu uma bolsa para a Escola de Altos Estudos Sociais na França, onde iniciava suas investigações políticas, sociais e culturais a partir das concepções maoístas. No retorno ao Equador, em meio ao contexto de Guerra Fria, Cueva, mesmo não sendo filiado a nenhuma organização partidária, se colocava contrário à submissão dos partidos comunistas latino-americanos frente aos interesses e a burocracia da URSS (PRADO, 2002). Crítico das correntes trotskistas, Cueva ajudou a instituir e se tornou diretor da Escola de Sociologia da Universidade Central do Equador, fundada em 1967. Comprometido com uma visão latino-americanista, Cueva também ministrou aulas no Chile e no México, abordando questões centrais sobre a teoria social latino-americana. Exilado, em função do golpe militar dirigido em seu país, em 1972, e com a queda de Salvador Allende, em 1973, Cueva produziria então boa parte de suas obras na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

De acordo com Beigel (1995) e Trezeiman (2016), sua obra se divide em três grandes momentos: o primeiro, durante os anos 1960 e o início dos anos 1970, suas abordagens concentram-se nos estudos literários e na relação entre cultura e política presentes na sociedade equatoriana. Resgatando correntes indigenistas em seu país, o livro *“Entre a ira e a esperança”*, de 1967, retoma a figura de Jorge Icaza, romancista equatoriano que aborda questões de identidade no país andino-amazônico. Essas

³⁷ Pós-doutorando em Direitos Humanos na Universidade de Salamanca (Espanha) e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo – PROLAM/USP. Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Docente na Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP. E-mail: gustavo.menon@usp.br.



importantes interpretações literárias, configuradas em tom ensaístico, foram reconhecidas internacionalmente e Cueva projetava-se como um grande crítico da literatura nacional e latino-americana. Neste mesmo período, a partir do marxismo, Cueva formula seu maior ensaio de interpretação sociológica: “O processo de dominação política no Equador”, de 1972. A obra, estruturada pelo materialismo, retoma a história do país enfatizando as contradições geradas desde o período colonial. Ao mesmo tempo, volta-se para a compreensão do século XX, utilizando-se de categorias *gramscinianas* com o intuito de compreender as crises de hegemonia geradas no Equador diante das disputas entre o partido conservador e liberal. Neste sentido, essa grande obra, premiada pela Casa das Américas conjuntamente com “As veias abertas da América Latina” (1972), de Eduardo Galeano, formula as primeiras concepções a respeito do principal fenômeno político equatoriano do século XX: o *velasquismo*. Acusado de desvios weberianos por outros teóricos marxistas de seu tempo (QUINTERO, 1980), o ensaio tornou-se obra obrigatória para o entendimento e análise da luta de classes no Equador.

No segundo momento de sua obra, iniciado na segunda metade dos anos 1970 até o início dos 1980, suas atenções recaem sobre os temas latino-americanos. Seus aportes à sociologia crítica, envolvendo uma abordagem marxista-leninista, celebrará uma intensa polêmica em torno das teorias da dependência, tanto em sua versão cepalina, bem como na vertente marxista. Neste contexto, duas grandes obras marcam as críticas do autor perante aos debates sobre as teorias da dependência na região, sendo elas: “*El desarrollo del capitalismo en América Latina*” (1977) e, de forma explícita, o texto “*Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia*” (1974). Em tais obras, Cueva questiona a originalidade das novas concepções marxistas de André Gúnder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambilra e Ruy Mauro Marini, uma vez que, na sua crítica, a teoria marxista da dependência (TMD) possuía um cerne *desenvolvimentista* em sua formação. Para o autor, a TMD seria uma espécie de prolongamento das teses cepalinas para a compreensão das sociedades latino-americanas. De acordo com o sociólogo equatoriano, as abordagens da TMD seriam insuficientes, pois priorizam as dinâmicas da economia mundial em detrimento de um olhar apurado e pautado nas disputas e contradições internas. Em suma, a TMD, na visão de Cueva, trata-se de uma teoria que coloca em segundo plano a questão



nacional e a luta de classes no interior das sociedades latino-americanas. Tal debate será o alvo das reflexões do presente trabalho.

Por fim, cabe sinalizar que o final da sua vida foi marcado por uma posição intransigente contrária às teorias pós-modernas e neoliberais proclamadas na América Latina na virada do milênio. Em defesa do marxismo, Cueva criticou duramente as correntes conservadoras que dirigiram e condicionaram os processos de transição dos países latino-americanos, criando um cenário de “democracias restringidas” em toda a região (CUEVA, 1988b). Mesmo em um quadro de dissolução da URSS e predomínio das teses neoliberais, Cueva se manteve na posição de um teórico socialista questionando a mudança ideológica cômoda de ex-integrantes da esquerda latino-americana, como Vargas Llosa e Octavio Paz. O refluxo político e teórico, das crises dos anos 1980 e 1990, não fez com que Cueva abrisse mão do materialismo histórico. Suas concepções continuam sendo fundamentais nas ciências sociais críticas na América Latina. Dessa forma, esse estudo vislumbra destacar o debate de Agustín Cueva com os formuladores da Teoria Marxista da Dependência, naquilo que ficou conhecida como a segunda fase teórica do autor. Para isso, enfatizaremos a análise da tese de Cueva sobre a via oligárquica-dependente do capitalismo latino-americano e, conseqüentemente, sua relação com imperialismo.

A pesquisa de natureza teórico-exploratória almeja discutir qualitativamente os debates sobre a questão da dependência latino-americana na obra de Agustín Cueva por meio dos seguintes textos: *“Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia”*, de 1974, e *“El desarrollo del capitalismo en América Latina”*, datado de 1977. Ao mesmo tempo, a investigação pretende ressaltar as críticas de Cueva frente às obras de André Gúnder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Em suma, a abordagem se desenvolverá contrastando as críticas de Cueva com as principais concepções da teoria marxista da dependência dos anos 1960 e 1970.

A Crítica de Agustín Cueva

Em seu texto publicado na primeira metade da década de 1970, *“Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia (1974)”*, Cueva faz um resgate das abordagens da TMD, sinalizando para certos limites formulados nas obras de André Gúnder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. De acordo com o autor equatoriano, enquanto a TMD formula críticas às correntes burguesas das



ciências sociais de um lado; por outro, se afasta do marxismo-leninismo ao adotar uma visão “muito impregnada de desenvolvimentismo em suas concepções” (CUEVA, 2018, p. 37-38). Além disso, para Cueva, a análise da TMD, se constitui com uma abordagem neomarxista à margem de Marx, uma vez que no contexto da segunda metade do século XX, novas expressões políticas de esquerda foram concebidas na região – do castrismo até as correntes maoístas na América Latina. Segundo Herrera Mosquera (2018), organizadora da coletânea sobre o pensamento crítico do Equador pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais:

Cueva va a defender la necesidad de una mirada sistemática a los procesos históricos y culturales específicos de cada nación para comprender el desarrollo del capitalismo y la forma como se despliega la lucha de clases, pero esto no quiere decir que defienda la idea de una singularidad histórica. Más bien reivindica la necesidad de entender la articulación global que alcanza el capitalismo, a pesar de sus inconmensurables diferencias y especificidades históricas y políticas (Herrera Mosquera, 2018, p. 18).

Na visão do sociólogo equatoriano, André Günder Frank (1969), apesar de criticar as correntes do chamado “dualismo estrutural”, nas ciências sociais, que operacionalizava conceitos como “moderno” e “atrasado”, acaba caindo em novas categorias duais, como “desenvolvido” e “subdesenvolvido”, onde o esquema delineado por Günder Frank *“la lucha de clases está simplemente ausente”* (CUEVA, 2018, p. 40). Segundo Cueva, as interpretações formuladas pela TMD, fortemente influenciadas por abordagens nacionalistas, não consideram os processos dialéticos e, conseqüentemente, contraditórios forjados ao longo da história.

Nesta perspectiva, mesmo colocando-se contrários às formulações da CEPAL, os autores da TMD, ao desconsiderar as dinâmicas da luta de classes nos mais variados países da América Latina, acabam se aproximando de teses desenvolvimentistas em suas perguntas de pesquisa. Ao abandonar conceitos como luta de classes, forças produtivas e outras categorias marxistas, Cueva (2018, p. 44) aponta que os teóricos da dependência, em muitas ocasiões, caem em certo economicismo para o entendimento das relações de produção. Por isso, a insistência de Augustin Cueva em suas obras no sentido de trabalhar o conceito de formação econômica-social com o objetivo de recuperar as especificidades históricas e a heterogeneidade política e social da América Latina sem, ao mesmo tempo, desconsiderar aspectos de totalidade inerentes ao modo de produção capitalista. Dessa forma, não podemos falar em



excepcionalismo latino-americano. Contudo, as peculiaridades domésticas da luta de classes, nos respectivos países, devem ser consideradas na teoria social (Andrés Tzeiman, 2017; Herrera Mosquera, 2018). Segundo o autor, o manejo arbitrário de determinadas categorias e modelos, como “capitalismo clássico” e “capitalismo dependente”, acaba gerando caracterizações pautadas em modelo de tipos ideais weberianos, fugindo da análise do materialismo-histórico.

Para Cueva, es muy simplista la afirmación de reducirlo todo a nuestra dependencia con la economía mundial, y reclama una dialéctica de lo externo con lo interno que permita entender cómo se constituyen las clases sociales. Según Cueva, la teoría de la dependencia no debe remplazar nuestra comprensión de los procesos de explotación presentes también en el capitalismo europeo y latinoamericano, de allí que la idea de crisis como estado permanente del capitalismo es importante para este autor (Herrera Mosquera, 2018, p. 18-19).

Quanto às críticas formuladas a Theotônio dos Santos, o autor equatoriano pondera que Dos Santos (1970) se afastou das teorias do imperialismo clássicas formuladas por Lenin. Especialmente, naquilo que Lenin (2005) julgava poder dinamizar certas forças produtivas de países “atrasados” a partir da exportação de capitais dos países imperialistas sobre as economias dessas regiões menos desenvolvidas. Para os teóricos da TMD, trata-se de exatamente o contrário: onde há uma extração de valor das economias periféricas para os países centrais (MARINI, 1973). De todo modo, Cueva assinala para a leitura equivocada de Theotônio dos Santos diante da obra “Imperialismo, fase superior do capitalismo”.

Lenin no dice lo que Theotonio Dos Santos le atribuye. En el resumen que este hace de la tesis de aquél hay una diferencia terminológica que, en el fondo, remite a una diferencia de conceptos y universos teóricos, que es el origen de todo el malentendido: Lenin no afirma, en ningún momento, que las exportaciones de capital “llevarán al crecimiento económico de los países más atrasados” sino que dichas inversiones producirán en estos países un acelerado desarrollo del capitalismo que significará, a la postre, una extensión y ahondamiento de dicho modo de producción a escala mundial (CUEVA, 2018, p.42).

Em relação às críticas direcionadas à obra de Cardoso e Faletto (1970), Cueva assinala que a análise realizada por esses autores, no sentido de compreender as frações de classes burguesas, pode ser visto como “*un inadecuado manejo del*



marxismo”, correndo o risco de cair em análises meramente empiristas no entendimento das relações sociais (CUEVA, 2018, p. 46).

Entre los problemas que esta corriente presenta está, naturalmente, el derivado del uso totalitario de los conceptos “dependencia” y “dependiente cuyos límites de pertinencia teórica jamás han logrado ser definidos y cuya insuficiencia teórica es notoria, sobre todo cuando se trata de elaborar vastos esquemas de interpretación del desarrollo histórico de América Latina. Por lo tanto, la esencia de nuestra problemática no puede descubrirse haciendo de la oposición capitalismo clásico/capitalismo dependiente, el rasgo de mayor pertinencia, sino a partir de las leyes que rigen el funcionamiento de todo capitalismo. El mantenimiento de aquella oposición como eje central del análisis no es, por lo demás, otra cosa que el testimonio fehaciente de cierta “continuidad en el cambio”; toda vez que representa la traducción a términos aparentemente marxistas del clásico binomio cepalino “centro/periferia”, que Frank a su turno, retomó con el nombre de “metrópoli/satélite” (CUEVA, 2018, p. 44-48).

Martins (2018, p. 468) também sublinha a crítica realizada por Cueva durante a década de 1970, onde, para o sociólogo equatoriano, Ruy Mauro Marini “estiliza as diferenças entre capitalismo clássico e dependente, e trabalha com modelos e não leis” de funcionamento do sistema capitalista. Ainda segundo Martins (2018, p. 468), “Cueva aponta que as leis gerais do capitalismo são modificadas pela presença do imperialismo e pela articulação de modos de produção, mas que são modificações de grau e não de qualidade”. No entanto, cabe ressaltar que o autor equatoriano, em outras obras, mais adiante, como em *Las democracias restringidas de América Latina* (1989) reconhece certas categorias formuladas pelos teóricos da dependência. Em especial, o conceito de superexploração de trabalho, no plano histórico do subcontinente. Mesmo revendo sua posição no final de sua vida, sobre as contundentes críticas à TMD, por outro lado, Cueva continuou rechaçando a ideia de subimperialismo, uma vez que tal categorização não se concretizou no cenário latino-americano (CUEVA. 1989). Ainda em suas investigações, Cueva parece adotar uma postura endogenista para o entendimento das contradições e luta de classes na América Latina, não priorizando na análise o processo de transferência de valores colocados no desenvolvimento do imperialismo e na dinâmica da divisão internacional do trabalho. O risco, de acordo com o sociólogo equatoriano, seria a crítica social cair em esquemas mecanicistas a respeito do funcionamento do capitalismo.

Nuestra tesis es, por lo tanto, la de que no hay ningún espacio teórico en el que pueda asentarse una “teoría de la dependencia”, marxista o



no; por la misma razón que no la hubo ni en la Rusia de Lenin, ni en la China de Mao; aunque en todos estos casos haya, naturalmente, complejos objetos históricos concretos cuyo conocimiento es necesario producir a la luz de la teoría marxista. Además de los problemas ya mencionados, la teoría de la dependencia presenta otro, que consiste en el tratamiento no dialéctico de las relaciones entre lo externo y lo interno; lo que lleva, en muchos casos, a la postulación de esquemas mecánicos en los que no queda otro motor de la historia que la determinación externa (CUEVA, 2018, p. 50).

Em sua obra de 1977, *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, novamente dialogando com Ruy Mauro Marini (1973), retoma uma série de debates a respeito das heranças coloniais nos países da América Latina e suas respectivas conexões com o capitalismo europeu. Para Cueva (1977), o processo de acumulação primitiva do capital na Europa implicou em um movimento de “desacumulação originária na América Latina”, criando as condições, a partir dos processos de independência, para a via oligárquica-dependente; isto é, um processo de forte concentração de terras nas mãos de *junkers* e da burguesia compradora nascente em aliança com o capital monopolista ligado às atividades primário-exportadoras. Segundo o autor, “as estruturas pré-capitalistas são a antessala do subdesenvolvimento” (CUEVA, 1977, p. 11).

Algunos aspectos de esa problemática retomaremos a lo largo del presente trabajo; por el momento nos interesa destacar que la primera fase de nuestra vida independiente; lejos de impulsar la inmediata disolución de esta matriz precapitalista, registró un movimiento en sentido inverso (CUEVA, 1977, p. 16).

Tal obra de Cueva, de forma vacilante, trabalha com conceitos de pré-capitalismo, estruturas semifeudais e a própria categorização do conceito de feudalismo para o entendimento da vida colonial. Neste aspecto, Cueva parece convergir com as teses de muitos partidos comunistas na América Latina da época acerca das teses do etapismo. Dessa forma, Cueva articula uma análise de articulação de diferentes modos de produção, considerando a relação dialética entre o particular e o universal, com o intuito de investigar os diversos tipos de formações sociais e econômicas provenientes no mundo capitalista.

Por último, destacando que o capitalismo nas sociedades latino-americanas não se constituiu a partir de revoluções burguesas, conforme observado na Europa, Cueva enfatiza a questão agrária dos primeiros anos de independência como chave



explicativa de entendimento da via oligárquica-dependente; ou seja, a manutenção, combinação e prevalência de modos de produção distintos, onde na história do capitalismo latino americano “existe uma espécie de unidade na diversidade dada pelo fato de que este desenvolvimento ocorre de acordo com uma modalidade que, longe de abolir o latifúndio tradicional, conserva-o como eixo de toda a evolução” (CUEVA, 1983, p. 82). Assim, podemos perceber o caráter reacionário e atrasado do capitalismo latino-americano, onde “elementos semi-escravistas ou semifeudais continuam envolvendo por longo tempo o movimento do capitalismo”, de tal forma que, categoricamente, “as forças produtivas se desenvolvem de maneira extremamente morosa e desigual” (CUEVA, 1983, p. 84).

De qualquer maneira, as concepções de Cueva, passíveis de uma série de críticas, fazem parte dos debates sobre as teorias da dependência na América Latina durante os anos 1960 e 1970, que renovaram o debate marxista na região. Embora tenha reconhecido a legitimidade de certas discussões no final de sua vida, o sociólogo equatoriano não poupou ponderações em relação às obras de Theotônio dos Santos, André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini. Considerando a TMD uma expressão de certos debates desenvolvimentistas, Cueva sublinhou a necessidade de pensar a articulação do local com o global levando em consideração a centralidade do debate da luta de classes em *Nuestra América*.

Considerações finais

O presente trabalho identificou as especificidades e as críticas da obra de Agustín Cueva sobre as abordagens das Teorias Marxista da Dependência, nos anos 1970. Para o sociólogo equatoriano, ao priorizar os fluxos do comércio internacional, a TMD coloca em segundo plano as contradições internas das sociedades latino-americanas. Dessa forma, temas como a questão nacional e a disputa política interna, cujo motor é a luta de classes, passam a ser deslocadas nas análises dos teóricos da TMD. Por fim, vale a pena considerar que a crítica de Cueva também está vinculada à associação da TMD com teses cepalinas; em especial, o debate sobre a relação centro-periferia diante do sistema capitalista. Assim, segundo o sociólogo, o próprio conceito marxista-leninista de imperialismo passa a ser descaracterizado. Por isso, na concepção do autor, se faz necessário uma retomada da interpretação marxista



colocando no núcleo das discussões conceitos como modo de produção, formação econômico-social específica, luta de classes e o próprio papel do imperialismo na região. Essa leitura, obviamente, só pode ser feita a partir de uma observação meticulosa das contradições internas e externas do capitalismo latino-americano.

REFERÊNCIAS:

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, [1973], 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. México, Era, 1978.

BEIGEL, Fernanda. Agustín **Cueva: estado, sociedad y política**. In: América Latina. Quito: Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1995.

CUEVA, Agustín. **Las democracias restringidas de América Latina**. Quito: Planeta, 1989.

CUEVA, Agustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**. México, Siglo XXI, 1977.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento oligárquico dependente do capitalismo**. In: **Desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

CUEVA, Agustín. **Entre la ira u la esperanza**. Quito: Planeta, [1967], 1987.

CUEVA, Agustín. **El proceso de dominación política en el Ecuador**. Quito: Editorial Planeta, [1972], 1997.

CUEVA, Agustín. **La teoría marxista: categorías de base y problemas actuales**. Quito: Planeta, [1987], 1988.

CUEVA, Agustín. **Problemas y perspectivas de la Teoría de la Dependencia** [1979]. In: Antología del pensamiento crítico ecuatoriano contemporáneo / Editado por Gioconda Herrera. Buenos Aires : CLACSO, 2018.

CUEVA, Agustín. **Tiempos conservadores: América Latina en la derechización de Occidente**. Quito: El Conejo, [1987], 1988c.

FALETTO, Enzo; CARDOSO, Fernando. Henrique. **Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica**. México: 2da. Edición, 1970.

FRANK, André Günder. **Desarrollo del Subdesarrollo**. México: Escuela Nacional de Antropología e Historia, 1969.

FRANK, André Günder. **La sociología del desarrollo y el subdesarrollo de la sociología**. In: Revista de Ciencias Sociales, Puerto Rico: Universidad de Puerto Rico, Nº 3(13), 1969b.

HERRERA MOSQUERA, Gioconda. **Antología del pensamiento crítico ecuatoriano contemporáneo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

LARREA MALDONADO, Ana Maria. **Agustín Cueva**. In: LATINOAMERICANA. ENCICLOPEDIA. Organização de Emir Sader et al. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. In: Lenin: Política. Organizador: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1978.



- LENIN, Vladimir. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2005.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana**. São Paulo: Alfa-Omega. 1975.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México: ERA, 1973.
- MARTINS, Carlos Eduardo. **A Teoria Marxista da Dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo**. Caderno CRH [online]. 2018, v. 31, n. 84, pp. 463-481.
- MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Introdução de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MONCADA, Jose. **Capitalismo y subdesarrollo ecuatoriano en el siglo XX**. Quito: Impreso en el Departamento de Cultura y Difusion Popular, 1982.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. A trajetória de Agustín Cueva. In: **Estudios Avanzados**, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 203-206, Dez. 1992.
- QUINTERO, Rafael. **El mito del "populismo velasquista" y la consumación del pacto oligárquico**, 1980. In: Ecuador Antología del pensamiento crítico ecuatoriano contemporáneo Org: Gioconda Herrera. Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, Theotônio dos. **El capitalismo colonial según André Gunder Frank**. In: *Dependencia y cambio social, Cuadernos de estudios socio-económicos*. Universidad de Chile: N° 11, 1970.
- SANTOS, Theotônio dos. **El nuevo carácter de la dependencia**. Centro de Estudios Socio-Económicos, Universidad de Chile, 1968.
- TZEIMAN, Andrés. 2017 Agustín Cueva. **Marxismo y política en América Latina**. Quito: Abya Yala, 2017.
- TZEIMAN, Andrés. **Agustín Cueva: el pensamiento irreverente**. Argentina, Universidad Nacional de General Sarmiento (Pensadores de América Latina), 2016.
- VELASCO ABAD, Fernando. **Ecuador: subdesarrollo y dependencia**. Quito: El Conejo, 1983.



EL EXILIO BRASILEÑO EN CHILE Y LA TEORÍA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA (O CÓMO, A 100 AÑOS DE LA PUBLICACIÓN DE EL CAPITAL, LA OBRA DE MARX IMPACTÓ EN AMÉRICA LATINA)

Juan Cristóbal Cárdenas Castro³⁸

Comienzo agradeciendo a todas y todos los que se encuentran hoy conectadas/os a distancia. Es para mí un privilegio compartir esta conversación con Roberta Traspadini y Jaime Osorio. Bueno, a Jaime lo tuve como profesor en el Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos de la UNAM. Él es parte de la segunda generación de teóricos marxistas de la dependencia; sin duda, uno de los más lúcidos discípulos de Ruy Mauro. A Roberta, hasta ahora, no había tenido el gusto de conocerla personalmente, pero he leído con atención varios de sus trabajos y estoy enterado de la enorme estima y respeto que muchas compañeras y compañeros que conozco en Brasil tienen por su labor docente e investigativa, además de su compromiso político. Deseo agradecer especialmente a Fabio Maldonado por la invitación que me realizó para participar de este encuentro. A Fabio lo conocí en el 2017 en Chile y desde entonces hemos estado en contacto y colaborado. Para él solo tengo palabras de agradecimiento por su infinita generosidad. En fin, se me ha pedido acotar mi presentación a la “etapa chilena”, por llamarla de algún modo, de la teoría (marxista) de la dependencia, que se corresponde con el exilio brasileño en Chile y con el primer esfuerzo por sistematizar una teoría *dey contra* (como le gustaba agregar acertadamente a André Gunder Frank) la dependencia. El contexto de esta teoría es el de “la larga década de los sesenta” o, el de la también llamada, *década revolucionaria* –tal y como la bautizó el filósofo argentino Tomás Amadeo Vasconi –, década que se inauguró victoriosamente el 1° de enero de 1959 con la Revolución Cubana y se cerró

³⁸ Economista, Maestro y Doctor en Estudios Latinoamericanos. Ha sido profesor en la Universidad Autónoma de México y en la Universidad de Chile. En 2015 fue reconocido por CLACSO con uno de los premios del *Concurso de Ensayos Ruy Mauro Marini para investigadores/as de América Latina y el Caribe*, por su trabajo titulado «Para leer *Dialéctica de la dependencia* (del giro dependentista al giro decolonial)» (Cárdenas, 2018). En la actualidad se desempeña como investigador a honorarios en la Universidad de Valparaíso y profesor de Economía Social en las Universidades de Valparaíso y de Aysén. Correo electrónico: juan.cardenas@uv.cl.



trágicamente el 11 de septiembre de 1973 con el golpe militar que derrocó al gobierno de la Unidad Popular en Chile.³⁹ Desde entonces la historia es más o menos conocida. En Chile, prácticamente, nació el neoliberalismo, y ya van más de 45 años desde que ese experimento se impuso a sangre y fuego. Pero desde el 18 de octubre de 2019 mayoritariamente *Chile despertó*, y antes de que la pandemia del Covid-19 azotara al mundo, en ese país asistíamos a los prolegómenos de una insurrección en contra –si se me permite, y yo creo que Ruy Mauro podría estar de acuerdo conmigo– de la *superexplotación de la vida*.⁴⁰ El *segundo tiempo* de esa revuelta popular quedó en *stand by*, en espera. Y por acá muchos estamos ansiosos por hacer realidad esa frase grafitada en una pared: “El neoliberalismo nace y muere en Chile”. Pero bien sabemos que no basta con deshacernos solo del neoliberalismo. Ya veremos, pues, si, ahora sí, como canta el trovador latinoamericano, “el tiempo está a favor de los pequeños, de los desnudos, de los olvidados”. Y es que, si somos sensatos, *tendremos que hacer* lo imposible por no despilfarrar esta oportunidad histórica abierta en octubre. Por ahora, en tiempos de enclaustramiento forzado, en tiempos donde la muerte deambula, no es fácil sentir el tiempo en toda su lentitud, porque duele demasiado ver cómo tantas vidas humanas sucumben frente a las pandemias que nos acorralan.



A modo de introducción

Dicho esto, entro en tema. Deseo comenzar apuntando que el primer esfuerzo de sistematización de una *teoría marxista de la dependencia* tuvo lugar en Chile entre 1967 y 1973. De otro modo, la primera etapa de ese *atrevimiento teórico* duró escasamente 7 años. Algunas, algunos, han preferido hablar, en plural, de *teorías de la dependencia*,⁴¹ para dar cuenta de la disputa teórica, que no es sino parte de la disputa política entre diversos agentes (militantes e intelectuales) involucrados. No obstante, hay que decirlo, desde muy temprano, hubo un segmento del llamado *dependentismo* latinoamericano que se desmarcó decididamente de la apuesta por formular una *teoría* sobre la cuestión (lo que no quiere decir que no haya contribuido, a su manera,

³⁹Vasconi (1995).

⁴⁰Cárdenas Castro (2020).

⁴¹Beigel (2006), Katz (2016).

a esa tarea).⁴² Por lo mismo, considero que resulta acertado señalar que el intento por formular una teoría de la dependencia es, al menos, genuinamente un asunto de una parte de los *marxistas*—aunque no solo— latinoamericanos, particularmente de aquellos que se vincularon políticamente con la llamada *nueva izquierda*, y que, en el caso de Brasil y de Chile, tuvieron como expresiones políticas a la *Organización Revolucionaria Marxista-Política Operária* (ORM-POLOP) y al Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), respectivamente. Fue en el seno de las organizaciones de la nueva izquierda que, al decir de Ruy Mauro, comenzó a fraguarse una alternativa teórica a las teorías desarrollistas a las que adhirieron los partidos comunistas de la región.⁴³ En definitiva, esa disputa teórico-política es del todo importante ponerla de relieve, pues es una disputa que sigue viva, presente, en las izquierdas. Una parte de las izquierdas latinoamericanas, a no dudarlo, sigue siendo profundamente desarrollista. Y el desarrollismo lejos de permitirnos salir del subdesarrollo y enfrentar la dependencia, por no decir superar el capitalismo, guste o no, nos retrotrae, una y otra vez, al fascismo o, más precisamente, al *Estado de contrainsurgencia*,⁴⁴ en definitiva, a la barbarie, en escala ampliada.

Pero regresemos. Decía que fue en Chile donde la reflexión sobre la dependencia logró alcanzar estatuto *teórico*, principalmente de la mano de un grupo, si se me permite la expresión, de “militantes comprometidos” —para no usar la expresión *sartreana* de “intelectuales comprometidos”—, es decir, de “militantes comprometidos” no solo con la revolución sino con la reflexión teórica a propósito del contexto en el que se despliega la práctica revolucionaria en América Latina.

Desde entonces ha transcurrido más de medio siglo de *disputas campales* en torno a la llamada *teoría de la dependencia*, lo que da cuenta que, con más altos que bajos, esa teoría sigue estando viva,⁴⁵ pues *viva* siguen estando *la dependencia y la*

⁴²Cardoso (1970).

⁴³ No resulta una mera casualidad que los dos primeros (de cinco) ministros de economía que en 1000 días tuvo Salvador Allende hayan sido economistas de la Comisión Económica Para América Latina (CEPAL) y que otros dos hayan sido militantes del Partido Comunista.

⁴⁴ Marini (1976).

⁴⁵ Entre otra, ver Cardoso (1972), Marini (1973), Cueva (1974), Bambirra (1978), Cardoso y Serra (1978), Marini (1978). Y más recientemente, Katz (2017, 2018 y 2019), Osorio (2018, 2018b y 2018c), entre otros.



lucha de clases, tal y como señalara Frank en la polémica que sostuvo con algunos de sus detractores a comienzo de la década de los setenta.⁴⁶

El «Grupo de Brasilia»

Antes de apuntar algo sobre la breve pero densa “etapa chilena”, bien vale recordar que en el segundo semestre de 1963 fue invitado a impartir clases en la Universidad de Brasilia André Gunder Frank, el destacado economista estadounidense de origen alemán, el *hijo rebelde* de la Escuela de Chicago. Ya en el programa del curso que impartió, titulado *Relaciones entre subdesarrollo y desarrollo*, Frank aclara que su curso se distinguía de los cursos ortodoxos del desarrollo porque presuponen que el subdesarrollo es apenas un estado pre-existente al, o una falta de, desarrollo. Además, propuso “enfocar el desarrollo y sobre todo el subdesarrollo... desde el punto de vista del mundo subdesarrollado, y de América Latina y de Brasil en especial”, y advertía: “vamos a tener nosotros mismos... que *construir nuestra propia teoría*”.⁴⁷ En ese curso impartido en la Universidad de Brasilia, Frank tuvo entre sus alumnos a Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos y Vania Bambirra. Este hecho es el que lleva a Claudia Wasserman a hablar del denominado «Grupo de Brasilia», que a lo largo de un semestre (en la Universidad de Brasilia) reflexionó críticamente sobre el subdesarrollo latinoamericano.⁴⁸

Sabido es que, tras el golpe militar del 31 de marzo de 1964 en Brasil, el “Grupo de Brasilia” se disgregó. Frank regresó por un tiempo breve a Chile y de ahí partió primero a trabajar a México y luego a Canadá. Aunque a Chile volvió en más de alguna ocasión (pues había contraído nupcias con la chilena Marta Fuentes, que fue alumna de Vania), no fue sino hasta mediados de 1968 que retornó a Santiago (no sin dificultades políticas para conseguir su permiso de permanencia en el país), donde residió hasta 1973.⁴⁹ En 1965 Frank se reencontró con Ruy Mauro en México y en 1967 con Theotonio y Vania en Chile.

En definitiva, “el Grupo de Brasilia” se reunió en Chile antes de finalizar la década de los sesenta. Theotonio y Vania aterrizaron en Santiago –en calidad de

⁴⁶Frank (1972).

⁴⁷ Frank (1963).

⁴⁸Wasserman (2012).

⁴⁹Frank (1991).



exiliados– hacia mediados de 1966. Frank, regresó a Chile hacia mediados de 1968 y; Ruy Mauro en noviembre de 1969, donde afrontó su “segundo exilio”. Todos ellos, más tarde, coincidieron en el *Centro de Estudios Socio-económicos* de la Universidad de Chile.

El «giro dependentista»

Un dato importante. Se recordará que en 1867 Karl Marx publicó el primer tomo de su *opus magnum* titulado *El Capital. Crítica de la Economía Política*.

Bueno, en Chile, en 1967, al celebrarse justamente 100 años de la publicación de *El Capital*, aconteció lo que en algunos de mis trabajos he denominado como el «giro dependentista», el momento de *florecimiento* o “lanzamiento público” –si se me permite la expresión– del llamado enfoque de la dependencia que, a la postre, dio lugar a llamada *teoría de la dependencia* y, más precisamente aún, a la *teoría marxista de la dependencia*.

Me importa este dato, esto es, que el «giro dependentista» haya acontecido justo un siglo después de la publicación de *El Capital* de Marx, pues me interesa aportar a la comprensión del impacto que la obra de Marx tuvo en un momento determinado de la historia reciente de Chile y América Latina, tiempo histórico en el que se transitaba –al decir del sociólogo chileno Eduardo Hamuy– hacia un “proceso de democratización fundamental”,⁵⁰ que en 1973 fue interrumpido con el golpe militar que se inauguró con el bombardeo al palacio presidencial de La Moneda.⁵¹

Cabe indicar que en 1967 André Gunder Frank publicó en inglés su conocido ensayo *Capitalism and underdevelopment in Latin America*,⁵² en donde expuso su conocida tesis sobre *el desarrollo del subdesarrollo*. Dicho libro, tal y como décadas

⁵⁰Hamuy (1967). Por otros motivos, 1967 es un año que bien vale recordar. Es el año de la caída en combate de Tamara Bunke y de Ernesto “Che” Guevara en Bolivia, y de Lucio Cabañas en México. En tanto, en Brasil, en marzo de ese año, entró en vigor la nueva Constitución impuesta por la dictadura dirigida por Castelo Branco. En Chile, es el año de la promulgación de la Ley de Reforma Agraria; el del estallido de la Reforma Universitaria y; el de la trágica muerte de la cantautora popular Violeta Parra, célebre por su «Gracias a la vida».

⁵¹ Y que incluyó cuervos y metrallas, miles de desaparecidos, ejecutados políticos, torturados, encarcelados y exiliados. Pero, además, que millones de proletarios y proletarias, con el advenimiento del neoliberalismo, vieran aún más mermadas sus condiciones de vida.

⁵² Frank (1967).



más tarde advirtiera Ruy Mauro, constituyó “un marco de lo que vendría a llamarse «teoría de la dependencia»”.⁵³

Igualmente, en 1967 circuló un documento mimeografiado, elaborado en la División de Programación del Desarrollo Social del Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), que llevaba por título «Dependencia y desarrollo en América Latina», escrito por Fernando Henrique Cardoso⁵⁴ y Enzo Faletto. Los autores destacan “la valoración del concepto de *dependencia*, como instrumento teórico para acentuar tanto los aspectos económicos como los procesos políticos de *dominación de unos países por otros*, de unas clases sobre las otras, en un contexto de dependencia nacional”.⁵⁵No obstante, para estos autores la dependencia en modo alguno constituía un obstáculo para el desarrollo, de ahí que se opusieran a la tesis de Frank sobre *el desarrollo del subdesarrollo*.

Al ensayo anterior se sumó otro documento que también puso de relieve la noción de dependencia. Bajo el nombre «Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica»,⁵⁶ el sociólogo peruano Aníbal Quijano, que trabajaba en la División de Asuntos Sociales de la CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), criticaba el hecho de que, por lo general, en los estudios sobre el subdesarrollo latinoamericano la dependencia apareciera como un conjunto de «factores externos», pues, nos dice: “*la problemática total del desarrollo histórico de nuestras sociedades está afectada radicalmente por el hecho de la dependencia. Esto no es un dato externo de referencia, sino un elemento fundamental en la explicación de nuestra historia: no se trata de sociedades con una legalidad histórica autónoma, que como consecuencia de una posterior situación a la dominación externa, son forzadas a reajustarse en su comportamiento a las exigencias de los dominadores; por el contrario, la legalidad total de estas sociedades es dependiente y su comportamiento no es un sometimiento a una imposición externa, sino una correspondencia interna a las leyes generales del*

⁵³ Marini (c1990).

⁵⁴ Ciertamente es que, a mediados de la década de los sesenta, Cardoso había redactado en el ILPES (Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social) un texto que es sin duda un primer borrador del que más tarde publicó con Faletto. En el documento en cuestión, titulado «*El proceso de desarrollo en América Latina: hipótesis para una interpretación sociológica*», apuntaba que en el análisis de las condiciones del desarrollo de América Latina se imponía considerar la “situación de dependencia” (Cardoso, 1965: 18).

⁵⁵ Cardoso y Faletto (1967;1969[2003]): pp. 161-162; énfasis nuestro).

⁵⁶ Quijano (1967).



sistema de dominación en su conjunto, pero especificadas por múltiples elementos de intermediación y singularización”.⁵⁷El sociólogo peruano definió a la dependencia como “un sistema particular de interdependencia en el universo capitalista, dentro del cual un sector es dominante sobre los demás”.⁵⁸Esto es, no se trata de un conjunto de acciones unilaterales de determinados países poderosos contra otros débiles y, por eso, de “factores externos”.

También intervinieron ese año en la discusión los economistas chilenos Osvaldo Sunkel, con la publicación de «Política Nacional de Desarrollo y dependencia externa»; y Pedro F. Paz, con su trabajo «Dependencia financiera y desnacionalización de la industria interna»; además del sociólogo brasileño Helio Jaguaribe con un texto titulado «Dependencia y autonomía en América Latina». ⁵⁹

Finalmente, cabe destacar que en el *Centro de Estudios Socio-económicos* de la Universidad de Chile, Theotonio dos Santos publicó la primera parte de su conocido ensayo sobre *El nuevo carácter de la dependencia*.⁶⁰

Los dos programas de investigación sobre la dependencia

Pero antes de referirnos a la apuesta teórica de la que Theotonio fue uno de los protagonistas, es preciso apuntar que fue en los primeros días de enero de 1965 que comenzó a funcionar, en la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Chile, el *Centro de Estudios Socio-económicos*, mejor conocido como el “CESO”, pues su fundador, el sociólogo Eduardo Hamuy, padre de la institucionalización de la sociología científica en Chile, consideraba que ese centro debía ser la *cabeza pensante* de esa Universidad.⁶¹ Dijimos ya que fue a mediados de 1966 que llegó exiliado a Chile el joven Theotonio dos Santos. A propósito de una entrevista que le realizó en Chile nuestra compañera Paula Vidal en 2013, Theotonio recordaba:

Tuve mucha suerte; cuando llegué a Chile estaban de visita en el ILPES [Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social] Florestan Fernandes, quien tenía una relación muy buena conmigo, Fernando Henrique Cardoso de Brasil y otros amigos. Florestan era muy amigo de Eduardo Hamuy –quien dirigía el CESO en ese momento– y le pidió que me considerara. Él me contrató

⁵⁷Ibid.: 12; énfasis nuestro.

⁵⁸ Ibid.: 5.

⁵⁹ Sunkel (1967), Paz (1967) y Jaguaribe (1967).

⁶⁰Santos (1967).

⁶¹Cárdenas Castro (2015).



inmediatamente, y cuando supo que Vania [Bambirra] venía a Chile, también la contrató.⁶²

En junio de 1967, un año después de su incorporación al CESO, Theotonio constituyó ahí un *equipo de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina*. Entre sus integrantes, destacan los jóvenes economistas chilenos Orlando Caputo, Roberto Pizarro y Sergio Ramos, así como la propia Vania. A comienzos de 1968, Theotonio redactó el primer «*Esquema de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina*». El texto de ese *primer programa de investigación* fue desempolvado por Theotonio recién en 2015, en sus *Obras Reunidas*.⁶³ En términos sencillos, de acuerdo con Orlando Caputo,⁶⁴ el programa de investigación del equipo sobre relaciones de dependencia del CESO consideraba tres grupos de trabajo. El primero, a cargo de Theotonio, se dedicó al estudio del capitalismo en los países centrales (o, de otra manera, de las estructuras económicas de los países desarrollados en el período del Capitalismo Monopólico); el segundo, a cargo de Vania, se abocó al estudio del capitalismo en los países de América Latina (es decir, de las estructuras económicas de los países dependientes, para el mismo período); el tercero, a cargo de Orlando, al estudio de las relaciones económicas internacionales (o sea, de las relaciones económicas entre el centro hegemónico y las economías latinoamericanas, y sus efectos sobre las estructuras económicas de estos países).

Entre las investigaciones más relevantes de ese equipo destacan: *El nuevo carácter de la dependencia* (1968), *Socialismo o fascismo, dilema latinoamericano* (1969), y *Dependencia y cambio social* (1970), de Dos Santos; *Desarrollismo y capital extranjero. Las nuevas formas del imperialismo en Chile* (1970), e *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales* (1971), de Caputo y Pizarro; *Capitalismo dependiente latinoamericano* (1973), de Bambirra.

Ahora bien, tras el triunfo de la Unidad Popular y de Salvador Allende, diversos investigadores del CESO se trasladaron a colaborar con el nuevo gobierno. Este es el caso, entre otros, de Orlando Caputo y de Sergio Ramos. Por su parte, a Roberto Pizarro se le encomendó la dirección de ese Centro y, al poco tiempo, fue nombrado decano de la nueva Facultad de Economía Política de la Universidad de Chile. Lo

⁶²Theotonio dos Santos; en Vidal (2013).

⁶³ Ver

http://www.iiec.unam.mx/sites/www.iiec.unam.mx/files/libros_electronicos/theotonio_tomo_I_0.pdf

⁶⁴ Cárdenas Castro (2018).



anterior sirve para indicar que a fines de 1970 el equipo de investigación sobre relaciones de dependencia conformado por Theotonio dos Santos debió reestructurarse casi por completo.

No obstante, esas salidas coincidieron con la incorporación al CESO tanto de Ruy Mauro Marini como de André Gunder Frank. A su arribo a Chile, Ruy Mauro vivió cerca de un año en la ciudad de Concepción. Ahí se incorporó al Instituto Central de Sociología de la Universidad de Concepción e inició su militancia en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Por su parte, desde 1968 André Gunder obtuvo un contrato como profesor-investigador en el Departamento de Sociología de la Universidad de Chile. Aun así, en el último trimestre de 1970, Frank y Marini finalmente decidieron trasladarse al CESO. Y lo hicieron presentando un nuevo *programa de investigación* que titularon «*Acumulación de capital, relaciones de clase y estructuras políticas en condiciones de subdesarrollo*», que se propuso como objetivo “establecer una alternativa teórica para los estudios sobre el desarrollo dependiente” desde distintos puntos de vista (el de la reproducción dependiente, el de la superexplotación del trabajo, el de la monopolización asimétrica, proletarianización y marginalidad; el de la violencia, participación y grado de flexibilidad institucional y; el de la intervención estatal y del capitalismo de Estado). De acuerdo con los autores, en rigor no existían investigaciones sobre el tema:

...sino más bien trabajos que lo han tocado de manera más o menos explícita, a partir de dos perspectivas: la dinámica global de la acumulación y el proceso y las formas de dependencia. En el primer caso, el objeto de estudio es el sistema en su conjunto, lo que no permite tratar a las formaciones sociales subdesarrolladas en su especificidad; en el segundo, el objeto de estudio son las relaciones que se establecen entre esas formaciones y el sistema, lo que, si arroja alguna luz sobre su dinámica interna, no permite captarla a partir de lo que la determina en última instancia –las relaciones entre las clases, tanto a nivel de la economía como de la política.⁶⁵

De los productos teóricos relacionados con este *segundo programa de investigación*, sin duda despunta *Dialéctica de la dependencia* (1972), el hoy conocido ensayo de Marini que dio origen a la más célebre disputa en el seno del

⁶⁵ CESO (1971: s/n).



dependentismo.⁶⁶ Igualmente, deben destacarse dos trabajos de Frank, en gran medida producidos en sus años en el CESO, pero publicados recién a fines de la década de los setenta, cuando ese Centro ya había sido clausurado. Nos referimos a *Crítica y anticrítica. Ensayos sobre la dependencia y el reformismo* (1978) y *Acumulación dependiente y subdesarrollo* (1979).

Es preciso señalar que, a diferencia de otras vertientes del *enfoque de la dependencia*, a la que tuvo como anclaje institucional al CESO de la Universidad de Chile a la postre se le conoció como el *enfoque marxista* de la dependencia.⁶⁷

La disputa política que dio origen a la teoría (marxista) de la dependencia

Ya apuntaba al inicio de esta exposición, mi acuerdo con Ruy Mauro cuando en su *Memoria* sostuvo que:

En realidad, y contrariando interpretaciones generalmente admitidas que ven la teoría de la dependencia como un subproducto y alternativa académica a la teoría desarrollista de la CEPAL, ella tiene sus raíces en las concepciones que la nueva izquierda – particularmente en Brasil...– elaboró para hacer frente a la ideología de los partidos comunistas. La CEPAL sólo se convirtió en blanco en la medida en que los comunistas... empezaron a apoyarse en las tesis cepalinas del deterioro de las relaciones de cambio, del dualismo estructural y de la viabilidad del desarrollo capitalista autónomo, para sostener el principio de la revolución democrático-burguesa, antiimperialista y antifeudal, que ellos habían heredado de la Tercera Internacional. Contraponiéndose a eso, la nueva izquierda caracterizaba la revolución como, simultáneamente, antiimperialista y socialista, rechazando la idea del predominio de relaciones feudales en el campo y negando a la burguesía latinoamericana capacidad para dirigir la lucha antiimperialista. Fue en el Brasil de la primera mitad de los 60 que esa confrontación ideológica asumió un perfil más definido y que surgieron proposiciones suficientemente significativas para abrir camino a una elaboración teórica, capaz de enfrentar y, a su tiempo, derrotar la ideología cepalina –no siendo, pues, motivo de sorpresa el papel destacado que en ese proceso desempeñaron intelectuales brasileños o vinculados, de alguna forma, con Brasil.

Pero Ruy precisaba que:

En el nivel teórico, eso sólo vendría a dar todos sus frutos después del golpe militar de 1964, cuando, limitada en su militancia, la joven intelectualidad brasileña encontraría tiempo y condiciones para

⁶⁶ Ensayo reproducido en Marini (1973).

⁶⁷ Aunque Frank, particularmente, se resiste a ser encasillado como “marxista”. Ver Frank (1991).



dedicarse plenamente al trabajo académico y se vería, de hecho, convocada a eso por la situación que se pasó a vivir en toda América Latina, asolada por la contra-revolución.⁶⁸

Y el hecho es que una parte de esa joven intelectualidad brasileña se exilió en Chile y se incorporó a trabajar en el CESO. Aparte de Theotonio, Vania y Ruy, más tarde llegaron también a trabajar a ese Centro los brasileños Edimilson Bizelli, Marco Aurelio García y Emir Sader. Y fue en el CESO que la sistematización de la teoría (marxista) de la dependencia fue posible, aunque de ninguna manera debe entenderse como una tarea acabada.

Lo que nos interesa resaltar aquí, en todo caso, es que, aunque la *crítica a la teoría del desarrollo de la CEPAL* haya sido un medio –como sostiene Marini– para hacer frente a la *ideología* de los partidos comunistas de la región, fue precisamente esa crítica teórica la que lanzó a la *teoría (marxista) de la dependencia* y la que la proyectó tanto a nivel nacional como internacional.⁶⁹

De la crítica a la ideología alemana...

Y esa crítica a la teoría desarrollista es, sin duda, un aspecto de la mayor relevancia. No puedo evitar recordar que justamente el primer trabajo conjunto entre Marx y Engels fue *La ideología alemana*, escrito en 1845, texto que no llegó a publicarse en vida de los autores, siendo confiado “a la crítica roedora de los ratones”.⁷⁰ Años más tarde, en el prólogo a la *Contribución a la crítica de la economía política* de 1859, Marx expresó que la finalidad de ese trabajo realizado con Engels era:

...desentrañar conjuntamente el *antagonismo entre nuestra concepción y la concepción ideológica de la filosofía alemana*; en realidad, ajustar cuentas con nuestra conciencia filosófica anterior. Y el propósito se llevó a cabo bajo la forma de una *crítica de la filosofía post hegeliana*.⁷¹

Desde muy temprano Marx tuvo en claro que “los ideólogos *lo vuelven todo del revés*”.⁷² Es decir, que todo lo *invierten*, todo lo *voltean*, todo lo *adulteran*.

⁶⁸ Marini (c.1990).

⁶⁹ Importante es señalar que no sólo se objetó a las teorías del desarrollo sino también a algunas de las conclusiones a las que arribaban las teorías del imperialismo. Véase, Santos(1968b).

⁷⁰ Marx (2017[1859]: 6).

⁷¹ Marx (2017[1859]: 6; énfasis nuestro).

⁷² Marx (2017[1845]: 503; énfasis nuestro).



...a la crítica de la ideología desarrollista

Y la teoría de la dependencia –o más particularmente, la teoría *marxista* de la dependencia– se dio a la tarea de mostrar, de develar, en qué consiste *La ideología desarrollista* en América Latina, o, si se prefiere, *La ideología cepalina*.

En primer lugar, la teoría del desarrollo –predominante entonces en nuestros países– pone el énfasis en el tránsito desde una sociedad atrasada o subdesarrollada hacia una sociedad moderna o desarrollada. Este énfasis supone que los problemas por resolver provienen del polo atrasado de estas economías e hizo concentrar el análisis científico en los obstáculos al desarrollo que se encontraban en estos polos atrasados.⁷³ De otra manera, son nuestros países, nuestras economías, las responsables del atraso económico. Partiendo de esa premisa, los desarrollistas determinan un conjunto de políticas económicas para “salir” de esa situación de atraso. La ruta hacia el desarrollo pasaba por la industrialización de nuestras economías, tal y como lo habían hecho las economías avanzadas. Para tal propósito, consideran que un medio para dinamizar ese proceso es la apertura a la inversión extranjera.

Al respecto, en 1970 Orlando Caputo y Roberto Pizarro, en su artículo «Dependencia e inversión extranjera en Chile», develan que:

...el capital extranjero, en vez de constituir [un] factor vital en el proceso de desarrollo –como lo señalan los desarrollistas– *representa una clara forma de intensificación de los lazos de dependencia con el centro imperialista*, lo cual se traduce en definitiva en un proceso de *desnacionalización y descapitalización creciente de la economía chilena*.⁷⁴

De acuerdo con los autores, esa *descapitalización creciente* es el:

...producto de las *utilidades extras* obtenidas por el monopolio extranjero y la *super explotación del trabajo* (*utilidades remitidas al exterior y acumulación interna de capital*).⁷⁵

La crítica de la economía política desarrollista mostraba, una vez más –con Marx– que *los ideólogos todo lo vuelven al revés*. Las políticas desarrollistas, lejos de

⁷³ Santos (1968c).

⁷⁴ Caputo y Pizarro (1970b: 28; énfasis nuestro).

⁷⁵ Ibid.: 22; énfasis nuestro.



conducirnos “al desarrollo”, nos vuelven más subdesarrollados y dependientes. Esa crítica al desarrollismo inauguraba *un nuevo punto de partida* y dio lugar –para utilizar una expresión de Boaventura de Sousa Santos– a una *epistemología del Sur*, a una teoría *decolonial*, que se propuso pensar el subdesarrollo y la dependencia desde América Latina y no con los ojos –ni siguiendo las recetas– provenientes del Norte dominador. Es decir, la concepción ideológica de la teoría desarrollista –cuyos límites teóricos y políticos se hicieron evidentes hacia la década de los sesenta del siglo pasado– dio paso a una nueva concepción, a un nuevo enfoque, al *enfoque de la dependencia*.

En su versión *marxista*, ese enfoque se propuso la formulación de una *teoría*. Esa apuesta fue resistida duramente por otros *dependentistas*. Entre los más conocidos, destaca el denodado combate que Fernando Henrique Cardoso libró particularmente en contra de las tesis de Frank y Marini.

Pero no deseo detenerme en esa historia de desencuentros entre aquellos que en algún momento adhirieron a un mismo enfoque teórico, aunque, a la postre, desde opciones políticas que rivalizaban. Con todo, antes de concluir mi intervención deseo centrarme en otras analogías interesantes entre el proyecto teórico de Marx y la teoría *marxista* de la dependencia.



Las leyes del (sub)desarrollo del capitalismo dependiente

Como es conocido, muy tempranamente, en 1857, Marx aclaró que “la sociedad burguesa no es en sí más que una *forma antagónica de desarrollo*”.⁷⁶De ahí que el principal objetivo de su libro *El Capital* fuera “sacar a la luz la *ley económica* que rige el movimiento de la sociedad moderna”, capitalista.⁷⁷Hacia el final del primer tomo de su libro, esa ley fue sintetizada del siguiente modo:

*La acumulación de riqueza en un polo es al propio tiempo, pues, acumulación de miseria, tormentos de trabajo, esclavitud, ignorancia, embrutecimiento y degradación moral en el polo opuesto, esto es, donde se halla la clase que produce su propio producto como capital.*⁷⁸

⁷⁶ Marx (2007 [1857]: 26; énfasis nuestro).

⁷⁷ Marx (2008 [1867], T.1: 8; énfasis nuestro).

⁷⁸ *Ibid.*: 805; énfasis nuestro.

Más sintéticamente –nos dice– “*acumulación del capital es, por tanto, aumento del proletariado*”.⁷⁹Esta tesis estaba lejos de ser una idea original, pues –de acuerdo con Marx– la economía clásica tenía una comprensión cabal de la misma.

Si Marx se propuso develar las leyes *generales* del desarrollo capitalista, la teoría marxista de la dependencia se planteó, más específicamente –y en palabras de Ruy Mauro–, el “estudio de las *leyes de desarrollo del capitalismo dependiente*” latinoamericano.⁸⁰Y para encarar ese desafío, utilizó como marco de referencia el análisis que del capital *en general* había efectuado Marx; de ahí que Marini insista en comparar la forma clásica de desarrollo del capitalismo en Europa Occidental (Inglaterra), con la manera en que el capitalismo prosperó en América Latina.

Crítica vs. Ideología

Y si Marx en el Epílogo a la segunda edición de *El Capital* arremetió contra la *economía política alemana* acusándola de ser “una ciencia extranjera”,⁸¹de “oficiar de *dómines en un territorio que en realidad les era extraño, bajo el relumbrón de la sapiencia histórico-literaria o mediante la mezcla de ingredientes extraños, tomados en préstamo de las llamadas ciencias de cámara, un revoltijo de conocimientos a cuyo purgatorio debe someterse el esperanzado candidato a la burocracia alemana*”.⁸²

Por lo mismo, se refirió a los economistas alemanes como “*meros aprendices, reiteradores e imitadores, vendedores ambulantes y al pormenor de los mayoristas extranjeros*”.⁸³

Es sin duda esta inquietud la que permea las primeras páginas de *Dialéctica de la dependencia*. Ahí Ruy Mauro veía con preocupación cómo el autodenominado marxismo latinoamericano iba pareciéndose cada vez más a los economistas políticos alemanes del siglo XIX. Al modo de Marx, al comienzo de su ensayo Marini dio cuenta de los distintos tipos de desviaciones en las que solían incurrirlos investigadores marxistas a la hora de abordar el análisis de la dependencia latinoamericana, ya sea –nos dice– cuando sustituyen el hecho concreto (la realidad) por un concepto abstracto

⁷⁹ Ibid.: 761; énfasis nuestro.

⁸⁰ Marini (1973: 81; énfasis nuestro).

⁸¹ Marx (2008 [1873], T.1: 12).

⁸² Ibid.: 12-13; énfasis nuestro.

⁸³ Ibid.: 15; énfasis nuestro.



(la teoría) o cuando adulteran un concepto en nombre de una realidad rebelde a aceptarlo en su formulación pura. Es decir, las anteojeras con las que miraban los sociólogos e historiadores marxistas de su tiempo hacían de ellos *dómines* en un territorio que, teóricamente, no lograban captar en su *especificidad* y que, por ende, les resultaba ajeno e incomprensible. Por lo mismo, eran meros imitadores a los que la *crítica* les era esquivo.

Dicho de otra manera, Marini consideraba que el pensamiento crítico latinoamericano debía realizar una contribución original acerca del desarrollo capitalista en la región y ser capaz de superar formulaciones tales como las del “take-off” *rostowiano* o del desarrollismo *cepalino*, a las que sin tapujos caracterizaba como típicas “expresiones ideológicas de las burguesías nacionales”.⁸⁴

Así, frente a la tesis *cepalina* de que la industrialización era la palanca para superar el subdesarrollo y para avanzar hacia un desarrollo nacional autosustentado, en su libro *Subdesarrollo y revolución* (1969), Marini observa que:

*Cada avance de la industria latinoamericana afirmará, pues, con mayor fuerza su dependencia económica y tecnológica frente a los centros imperialistas.*⁸⁵

Y, además, que:

*El proceso de industrialización en América Latina... ha tenido como principal efecto intensificar la explotación de las masas trabajadoras de la ciudad y del campo.*⁸⁶

Por lo mismo advierte que, en el marco de la dialéctica del desarrollo capitalista mundial:

*el capitalismo latinoamericano reprodujo las leyes generales que rigen el sistema en su conjunto, mas, en su especificidad propia, las acentuó hasta su límite.*⁸⁷

Esto explica el importante lugar que en su análisis tiene la categoría *superexplotación del trabajo*. Para que las burguesías latinoamericanas puedan *acumular*, deben superexplotar a los trabajadores, pues por su situación de burguesías dependientes se ven compelidas –por el intercambio desigual y la competencia– a *transferir* a las burguesías de los países desarrollados parte del *plusvalor* expoliado por ellas a la clase trabajadora de nuestros países.

⁸⁴ Ruy Mauro Marini; en Sepúlveda (1972: s/n).

⁸⁵ Marini (1969: 22; énfasis nuestro).

⁸⁶ *Ibid.*: 24; énfasis nuestro.

⁸⁷ *Ibid.*: 20; énfasis nuestro.



Preguntarnos por qué los países latinoamericanos son subdesarrollados y dependientes, y por qué, por ejemplo, la clase política chilena hipotecó al llamado “Sueldo de Chile”, es decir, por qué desnacionalizó el Cobre, y por qué ha privatizado las principales riquezas naturales del país, se conecta inevitablemente con las preguntas por los bajos salarios que perciben los trabajadores, por los altísimos niveles de endeudamiento, por las bajas pensiones que reciben las y los otrora trabajadores, por el negocio de las Administradoras de los Fondos de Pensiones, por la devastación de la naturaleza que sufren muchas comunidades a lo largo y ancho del país, por la colusión entre políticos y empresarios, por la creciente deshumanización que penetra en todos los intersticios de nuestra sociedad, y de la que no se salvan ni nuestros hijos ni nuestras hijas ni miles de mujeres que día con día sufren la violencia de la sociedad patriarcal capitalista.

Así pues, la teoría (marxista) de la dependencia ha sido un esfuerzo que, inspirado en la teoría de Marx, buscó (y debiera seguir buscando) respuestas a las preguntas por las miserias que sufren nuestros pueblos en manos de la cada vez más abierta *colusión* de las burguesías latinoamericanas con las burguesías transnacionales.

Es importante al menos apuntar, para concluir, que en tiempos de la Covid-19, y de crisis económica mundial agravada por esta particular pandemia, resulta por demás evidente, por ejemplo, la dependencia de insumos e instrumental médico, vacunas, etc., lo que implica la transferencia de cuantiosas sumas de valor, de dinero, desde nuestros países a los países centrales o avanzados; es decir, de la profundización de la dependencia tecnológica, financiera y comercial; de las desigualdades sociales en salud, de que los muertos mayormente provengan de las filas de la *clase que vive de su trabajo*. En tiempos donde la muerte abunda, *vivas están la dependencia y la lucha de clases*. ¡La dependencia ha muerto!, podríamos repetir con Frank. Sobre la vieja dependencia se edifican dependencias aún más sofisticadas, que siguen drenando la sangre de *las venas abiertas* que sobreviven a estos terribles días en que *La peste* – parafraseando a Albert Camus– “silba en el aire pesado” de este mundo y, con particular fuerza, de esta desangrada América.⁸⁸

REFERENCIAS

⁸⁸ Camus (1947).



BAMBIRRA, Vania. **Capitalismo dependiente latinoamericano** (Cuaderno del Centro de Estudios Socio-económicos, 16). Santiago: CESO-PLA (Prensa Latinoamericana), 1973.

BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. México: Ediciones ERA, 1978.

BEIGEL, Fernanda. **Vida, muerte y resurrección de las “teorías de la dependencia”**. En F. Beigel, et al. *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, Colección Becas de Investigación, 2006.

CÁRDENAS CASTRO, Juan Cristóbal. **Una historia sepultada: el Centro de Estudios Socio-económicos de la Universidad de Chile, 1965-1973** (a 50 años de su fundación). *De Raíz Diversa*, Vol. 2, n° 3 (Ene.-Jun., 2015), 121-140.

CÁRDENAS CASTRO. **Para leer Dialéctica de la dependencia** (del giro dependentista al giro decolonial). En D. Giller, et al. *Desafíos, perspectivas y horizontes de la integración en América Latina y el Caribe: actualidad del pensamiento de Ruy Mauro Marini*. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

CÁRDENAS CASTRO. **(Re)Vuelta a Marx. Prolegómenos de una insurrección interrumpida contra la superexplotación de la vida**. *Revista Némesis* n°16 (Oct., 2020), 121-130.

CARDOSO, Fernando Henrique. **El proceso de desarrollo en América Latina** (Hipótesis para una interpretación sociológica). Santiago: ILPES, mimeo., noviembre, 1965.

CARDOSO, Fernando Henrique. «**Teoría de la dependencia**» o análisis concretos de situaciones de dependencia. *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, 1(3), (Dic., 1970), 402-414.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia**. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* (4), (Dic., 1972), 3-31.

CARDOSO, Fernando Henrique y FALETTO, Enzo. **Dependencia y Desarrollo en América Latina** (Ensayo de Interpretación Sociológica). Santiago: ILPES, mimeo, febrero, 1967 (Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1969[2003]).

CARDOSO, Fernando Henrique y SERRA, José. **Las desventuras de la Dialéctica de la dependencia**. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 40, n° Extraordinario (Dic., 1978), 9-55.

CAMUS, Albert. **La peste**. Barcelona: Edhasa, 2010 [1947].

CAPUTO, Orlando y PIZARRO, Roberto. **Desarrollismo y capital extranjero. Las nuevas formas del imperialismo en Chile**. Santiago: Ediciones de la Universidad Técnica del Estado, 1970.

_____. **Dependencia e inversión extranjera en Chile**. En V. Brodersohn (comp.). *Chile, hoy*. México: Siglo XXI Editores, 1970b.

_____. **Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales** (Cuaderno del Centro de Estudios Socio-económicos, 12-13). Santiago: CESO, 1971.

CESO. **Presentación de Proyecto de Investigación** [Acumulación de capital, relaciones de clase y estructuras políticas en condiciones de subdesarrollo]. Santiago: Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, mimeo., 1971.

CUEVA, Agustín. **Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia**. *Historia y Sociedad* n° 3, (Otoño, 1974), 55-77.

FRANK, André Gunder. **Relações entre subdesenvolvimento e desenvolvimento**. Propósito para um curso de pós-graduação para o segundo semestre de 1963 no Departamento de



- Ciências Humanas da Universidade Nacional de Brasília, Brasil, 1º de julho, 1963. Disponible en <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16006>
- FRANK, André Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. *Historical Studies in Chile and Brazil*. New York: Monthly Review Press, 1967.
- FRANK, André Gunder. **La dependencia ha muerto. Viva la dependencia y la lucha de clases**. Una respuesta a críticos. *Sociedad y desarrollo* n° 3 (Jul.-Sep., 1972), 217-234.
- FRANK, André Gunder. **Crítica y anticrítica. Ensayos sobre la dependencia y el reformismo**. Madrid: Zero, 1978.
- FRANK, André Gunder. **Acumulación dependiente y subdesarrollo**. México: Ediciones ERA, 1979.
- FRANK, André Gunder. **El subdesarrollo del desarrollo. Un ensayo autobiográfico**. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- HAMUY, Eduardo. **Chile: El proceso de democratización fundamental** (Cuaderno del Centro de Estudios Socioeconómicos, 4). Santiago: CESO, 1967.
- JAGUARIBE, Helio. **Dependencia y autonomía en América Latina** (Documento N° 67). Santiago: ICIRA, mimeo., 1967.
- KATZ, Claudio. **El surgimiento de las teorías de la dependencia**. Fechado en 2016, disponible en <https://katz.lahaine.org/el-surgimiento-de-las-teorias-de/>
- KATZ, Claudio. **Aciertos y problemas de la superexplotación**. *LaHaine.org* (Sep., 2017). Disponible en <https://katz.lahaine.org/aciertos-y-problemas-de-la-superexplotacion/>
- KATZ, Claudio. **Controversias sobre la superexplotación**. *LaHaine.org* (Mar., 2018). Disponible en <https://katz.lahaine.org/controversias-sobre-la-superexplotacion/>
- KATZ, Claudio. **Actualización o veneración de la teoría de la dependencia**. *LaHaine.org* (Ene., 2019). Disponible en <https://katz.lahaine.org/actualizacion-o-veneracion-de-la-teoria/>
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI Editores, 1969.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia** (Documento de Trabajo). Santiago: CESO, mimeo., 1972.
- MARINI, Ruy Mauro. **En torno a Dialéctica de la dependencia**. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n° 5 (Jun., 1973a), 35-44.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones ERA, 1973b.
- MARINI, Ruy Mauro. **El reformismo y la contrarrevolución** (Estudios sobre Chile). México: Serie popular ERA, 1976.
- MARINI, Ruy Mauro. **Las razones del neodesarrollismo** (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana de Sociología*, 40, n° Extraordinario (Dic., 1978), 57-106.
- MARINI, Ruy Mauro. **Memoria**. c.1990. Recuperada el 15 de junio de 2013, Disponible en http://www.marini-escritos.unam.mx/002_memoria_es.htm
- MARX, Karl. **Grundrisse. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador 1857-1858)**. México: Siglo XXI Editores, 2007 [1857].
- MARX, Karl. **El Capital. Crítica de la economía política (Tomo I, Volúmenes 1-3)**. México: Siglo XXI Editores, 2008 [1867].



- MARX, Karl. **Epílogo a la Segunda Edición**. En K. Marx. *El Capital. Crítica de la economía política (Tomo I)*. México: Siglo XXI Editores, 2008 [1973].
- MARX, Karl. **La Ideología Alemana**. En K. Marx. *Llamando a las puertas de la revolución*. España: Penguin Clásicos, 2017 [1845].
- MARX, Karl. **Contribución a la crítica de la Economía Política**. En K. Marx. *Llamando a las puertas de la revolución*. España: Penguin Clásicos, 2017 [1859].
- OSORIO, Jaime. **Los avatares de una nueva interpretación sobre el subdesarrollo y la dependencia**. Notas críticas a la propuesta de Claudio Katz. *Herramienta Web* (Dic., 2018). Disponible en <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=2942>
- OSORIO, Jaime. **¿Renovación de la Teoría marxista de la dependencia o esbozo de una nueva teoría?** *Rebellion.org* (Jul., 2018b). Disponible en <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=244281>
- OSORIO, Jaime. **Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente**. Respuesta a Claudio Katz. *Rebelión.org* (Jul., 2018c). Disponible en <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=244034>
- PAZ, Pedro. **Dependencia financiera y desnacionalización de la industria interna**. Santiago: ILPES, mimeo., noviembre, 1967.
- QUIJANO, Aníbal. **Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica**. Santiago: ILPES, mimeo., noviembre, 1967.
- SANTOS, Theotonio dos. **El nuevo carácter de la dependencia (I)**. *Gran Empresa y Capital Extranjero (Cuaderno del Centro de Estudios Socio-económicos, 6)*. Santiago: CESO, 1967.
- SANTOS, Theotonio dos. **El nuevo carácter de la dependencia (Cuaderno del Centro de Estudios Socio-económicos, 10)**. Santiago: CESO, 1968.
- SANTOS, Theotonio dos, et al. **Imperialismo y dependencia externa**. *Resúmenes y discusión de las principales teorías (Documento de trabajo)*. Santiago: CESO, 1968b.
- SANTOS, Theotonio dos. **Crisis de la Teoría del Desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina**. *Boletín del Centro de Estudios Socio-Económicos*, n° 3 (Oct., 1968c), 2-40.
- SANTOS, Theotonio dos. **Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano**. Santiago: CESO-PLA, 1969.
- SANTOS, Theotonio dos. **Dependencia y cambio social (Cuaderno del Centro de Estudios Socio-económicos, 11)**. Santiago: CESO, 1970.
- SEPÚLVEDA, Cristián. **Dos modelos de acumulación de capital en el desarrollo capitalista chileno (Memoria-Facultad de Ciencias Económicas)**. Santiago: Universidad de Chile, 1972.
- SUNKEL, Osvaldo. **Política Nacional de Desarrollo y dependencia externa**. *Revista de Estudios Internacionales*, Vol. I, n° 1 (Abr., 1967), 43-75.
- VASCONI, Tomás **Amadeo**. **Las ciencias sociales en América del Sur y Chile 1960-1990**. Santiago: Universidad ARCIS, 1995 [1991].
- VIDAL, Paula. **Theotonio dos Santos en el Chile de la Unidad Popular**. *Cuadernos de Historia*, n°39 (Dic., 2013), 185-200.
- WASSERMAN, Claudia. **Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile**. *História Unisinos*, Vol. 16, n° 1 (Ene.-Abr., 2012), 82-92.



O momento populista do Chile? Noções de Ernesto Laclau para a compreensão do país

Franco Alejandro López⁸⁹

Introdução

Os protestos multitudinários de 2019 no Chile provocaram um sismo de réplicas intermináveis. Acostumados aos movimentos telúricos, os chilenos experimentam – e protagonizam com bastante simpatia – os efeitos de um terremoto social que derrubou o paradigma do neoliberalismo na região e evidenciou a farsa do milagre chileno.

Há três anos, o que começou com um grupo de estudantes pulando uma catraca do metrô, em solidariedade ao aumento da passagem que afetava os adultos⁹⁰, deu início à formação de um sujeito coletivo agrupado sob um mesmo mantra: fim do modelo neoliberal.

O ápice foi o dia 18 de outubro de 2019, quando dois milhões de chilenos abarrotaram a principal praça de Santiago e a rebatizaram como *Dignidad*. Uma semana depois, uma imagem icônica foi reproduzida amplamente no mundo: a fotografia de um jovem sentado sobre uma estátua, enquanto agitava a bandeira Mapuche⁹¹. No entorno, milhares de chilenos eufóricos e por trás um sol fulgurante que ardia sobre a cordilheira.

Os protestos seguiram por meses, sempre massivos e de norte a sul do país, sem que nada os aplacasse. Nenhuma oferta paliativa, como a revogação das tarifas

⁸⁹ Graduado em Jornalismo (ULARE), mestre em Ciências (Prolam/USP) e doutorando em Sociologia (UFPE).

⁹⁰ Para mais informações sobre as medidas que motivaram o início dos protestos, ver CNN Chile (2019).

⁹¹ Para a BBC News, a atriz chilena Susana Hidalgo, responsável pela foto icônica, conta que fez o registro a partir de seu celular. A imagem correu o mundo e tornou-se o maior símbolo dos protestos. Para detalhes, ver a reportagem de Carmo (2019).



de transporte ou a redução da energia ou a diminuição dos salários de políticos⁹², nada conseguiu acalmar os chilenos. Até que a proposta de um plebiscito para uma nova Constituição encontrou consenso absoluto. Um ano depois, em 25 de outubro de 2020, a pressão popular conseguiu colocar em pauta a votação por uma nova carta magna, opção que resultou ser a vencedora com mais de 80% dos votos. A composição devia ter representantes populares, dos povos originários e ser, por regra, paritária.

Mas o que parecia desembocar no fim dos protestos foi o catalisador de novos sismos inesperados.

Os tradicionais partidos políticos, unidos em um duopólio que governou alternadamente durante os últimos 30 anos, ficaram reduzidos à minoria, sendo a direita conservadora a mais prejudicada, pois perdeu o poder de veto nas discussões da futura Constituição. Defensor do modelo neoliberal, com raízes atreladas à direita e à centro-direita como será explicitado mais adiante, o binômio foi surpreendido com a eleição em massa de constituintes sem filiação política.

Eram chilenos comuns, profissionais de várias áreas, donas de casa engajadas com suas comunidades, lideranças sociais, feministas, ambientalistas, mas a grande maioria civis que concentravam demandas em torno de um único discurso, o fim do modelo neoliberal. Formaram assim a surpresa da Convenção Constituinte, a *Lista del Pueblo*.

Seguiu-se a vitória da jovem Irací Hassler para a prefeitura de Santiago, a única prefeita comunista liderando uma capital em toda América Latina, e a irrupção em julho de 2021 de Elisa Loncón Antileo, acadêmica Mapuche, que foi eleita como a presidenta da Convenção Constituinte.

Como se a estrutura política chilena já não tivesse sido totalmente abalada e apossada por outras vozes em apenas três anos, entre as candidaturas presidenciais destaca-se um nome imposto pelo apelo popular nas pesquisas: Daniel Jadue, prefeito reeleito de Recoleta, descendente de palestinos e militante do Partido Comunista do Chile, oficialmente publicitado como o *candidato del pueblo*.

Um *pueblo* que reivindica reunir os excluídos e os insatisfeitos que não estão dispostos a aceitar concessões nem conquistas menores e que exigem ser reconhecidos como a maioria, tal como Laclau (2005, p. 120) nos apresenta na teoria

⁹² Em novembro de 2019, Câmara de Deputados aprovou a diminuição de 50% dos salários e benefícios dos parlamentares. A medida não surtiu efeito nas ruas. Para detalhes, ver Folha de S.Paulo (2019).



em que ressignifica o populismo. Uma comunidade, ou *pleb* em suas palavras, que se transforma agora em *populus* ou povo do populismo (LACLAU, 2005, p. 122).

Reflexão sobre o populismo

O populismo, terminação que originalmente nasceu na Rússia, reaparece a cada certo tempo como habitual coringa para abordar fenômenos de massa, principalmente na América Latina. Relegado a um lugar degradado em que não é aceito como fenômeno político ou sequer considerado como caminho legítimo de vínculo para estratégias discursivas (LACLAU, 2005, p. 87), este termo adquiriu um novo sentido e matriz teórica ancorado na Teoria Política do Discurso dos autores Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Para Laclau (2005, p. 90), o populismo como movimento não pode ser reduzido aos comportamentos de massa, pois estes não são capazes de explicar por si só fenômenos que conseguem unificar milhões mobilizados como força política expressiva por meio de uma construção discursiva.

A partir de tais considerações, verifica-se o que pode ser determinado como um momento populista no Chile tendo como base as noções da Teoria Política do Discurso.

O processo chileno tornou-se midiaticamente conhecido como *Estallido Social*, entendido como uma detonação que estoura sem prévio aviso e se extingue quando controlado o fogo. Contudo, os sucessivos protestos que continuam após três anos não terminam com a formulação de uma nova Constituição e parecem, com o passar do tempo, exibir novos e diferentes elementos, entre eles, o estabelecimento de uma identidade popular articulada com elementos novos e bastante complexos para serem explicitados.

Tomando as palavras de Burity:

Os fenômenos sociais são sobredeterminados: não têm uma única forma de abordar, de descrever, de explicar; não estão sujeitos a uma relação simples de causalidade; não se constituem por um único investimento de sentido, ou uma única agência: não envolvem implicações unívocas; não se esgotam na pura facticidade dos acontecimentos encadeados que permitem narrar-lhes um certo desdobramento no tempo e no espaço. (BURITY, 2014, p. 66).



Vale frisar que os protestos no Chile existiram desde a ditadura e se mantiveram durante as últimas três décadas. Com episódios mais álgidos e governos mais atingidos, mas presentes talvez como característica da idiosincrasia chilena. Contudo, é fato que antes não conseguiram unificar forças nem representatividade suficiente que pudesse se unir em torno a uma construção discursiva como a atual.

Consequentemente, não se pode pensar os movimentos de 2019 em diante como desconexos do passado recente do país. Ou como argumentou a classe política chilena em praticamente tom unísono, que eram produto de uma massa ensandecida, marginal e de retórica vazia. Todavia, como já alertava Laclau (2005, p. 88), é próprio da institucionalidade contestar desqualificando os movimentos, a partir da desmoralização por uma suposta manipulação e vazio argumentativo, que teria como objetivo a destruição da estrutura social. Um preconceito contra a multidão, o povo, que rejeita também um Chile mais real e diverso, oposto àquele que durante três décadas foi publicitado dentro e fora do país.

Partimos do entendimento de Joanildo Burity sobre o populismo para refletir sobre a atual realidade política no Chile, pois a sua noção é a que mais se enquadra ao momento social vivido no país.

El populismo no es una ideología, un movimiento o cualquier cosa con contenidos específicamente definibles (como en casi toda la historia del concepto). El populismo es una lógica política, una lógica de construcción del vínculo social a partir de la demarcación de una frontera que dicotomiza lo social entre los de abajo y los de arriba, el pueblo y la élite/sus enemigos. (BURITY, 2020, p. 16)

Experimento Neoliberal

Laclau (2005, p. 125) ensina que a construção de uma identidade popular atinge seu objetivo mais pleno quando congrega uma cadeia de demandas. Transpondo essa teoria para a realidade chilena, por exemplo, temos que cada setor da sociedade é aparentemente oprimido por uma força diferente. Assim, os aposentados repudiam o sistema das aposentadorias via Administradores de Fundos de Pensões (AFPs), os ambientalistas reclamam dos grandes conglomerados que contaminam e usufruem dos recursos naturais, os estudantes são obrigados a se endividar com os bancos para conseguir estudar, etc. Cada categoria tinha “pontos nodais”, na terminologia de Laclau (2005, p. 136), porém isso não os impede de se unir



e identificar como núcleo sustentador dessa opressão o modelo econômico neoliberal. Neste caso, totalmente ancorado constitucionalmente e protegido por lei.

Ou seja, para Laclau (2005, p. 136), a união das demandas às quais se apontam objetivos maiores representa a “lógica das equivalências”, também chamadas de pontos nodais, fundamental para que os objetivos maiores sejam atingidos.

En otras palabras: la identidad popular se vuelve cada vez más plena desde un punto de vista extensivo, ya que representa una cadena siempre mayor de demandas; pero se vuelve intensivamente más pobre, porque debe despojarse de contenidos particulares a fin de abarcar demandas sociales que son totalmente heterogéneas entre sí. Esto es: una identidad popular funciona como un significante tendencialmente vacío. (LACLAU, 2005, p. 125)

Para compreender a lógica das equivalências que permitiu aos diferentes movimentos unir forças em torno aos protestos, é necessário pontuar que cada representação social, política, estudantil ou identitária, unificou petições que giravam sempre em torno ao modelo econômico. O neoliberalismo que no Chile foi ancorado na constituição de maneira a salvaguardar os privados e manter a figura do Estado como ator secundário.

O Chile foi berço do neoliberalismo nos anos 1970, muito antes que a Inglaterra e que os Estados Unidos adotassem o modelo. Cobaia de laboratório econômico graças a Pinochet, foi no Chile que Milton Friedman implantou o pacote de medidas radicais que desmembravam o Estado a partir de cortes sociais, previdência privada e a transformação de direitos básicos, como saúde e educação, em bens de consumo, como explica Ffrench-Davis:

El papel tradicional del Estado como empresario, promotor de la inversión y la industrialización, debía reducirse en el más breve plazo posible para que estos procesos resultaran exclusivamente de las decisiones tomadas por los agentes privados en mercados liberados y abiertos al exterior. (FFRENCH-DAVIS, 2003, p. 71)

O neoliberalismo da ditadura entregou o país aos privados por meio de compras e licitações ilegais, corrupção escancarada, tudo em meio a assassinatos, torturas, desaparecimentos forçados e a implantação de um regime de terror durante 17 anos com o governo de Pinochet.

O que veio posteriormente a chamada *Concertación de partidos por la democracia*, uma aliança de partidos que se definia inicialmente como sendo de



“centro-esquerda” próxima à socialdemocracia europeia e que excluía o Partido Comunista. Essa aliança se impôs no plebiscito que a ditadura convocou em 1988, quando os Estados Unidos já tinham cortado todo o apoio a Pinochet e a resistência de grupos guerrilheiros cercava cada vez mais o ditador.

Neste cenário, manteve-se a constituição criada por Pinochet em 1981 e o sistema político chamado binominal. Assim, duas forças políticas, consideradas como maioritárias e democráticas – que não se diferenciavam muito em essência, administraram o modelo econômico, excluindo grupos de esquerda e sociais em geral, que pudessem ameaçar o sistema.

A *Concertación* governou sem fazer mudanças no modelo neoliberal. Ao mesmo tempo, o conglomerado decidiu não se opor ao Consenso de Washington e apostou por uma “mudança em continuidade”, segundo a expressão cunhada por Ffrench-Davis, ou seja, um oxímoro que expressava manter no central o modelo e, a partir do aumento do crédito, simular uma melhoria de vida das pessoas.

Durante os dois primeiros períodos, governou o partido da Democracia Cristã, que tinha apoiado ativamente o golpe contra Salvador Allende em 1973 e que internacionalmente é alinhado às políticas econômicas liberais. Assim, os chilenos não se surpreenderam por manterem a continuidade do modelo na década de 1990.

Como explica Ffrench-Davis, aproveitando a bonança que veio com a alta nos preços do cobre, minério conhecido como o “salário do Chile”, deu-se início:

(...) a uno de los períodos de mayor prosperidad de la historia económica de Chile, con una tasa de crecimiento promedio anual de 7% que se sostuvo entre 1989 y 1998, marcando un claro quiebre en la tendencia histórica de expansión del PIB, asociado a una alta formación de capital, y a un ambiente de estabilidad generalizado hasta 1998. (FFRENCH-DAVIS, 2003, p.183).

O período foi um dos mais prósperos em termos de empregos com a chegada de capital estrangeiro. No entanto, ao mesmo tempo, a pobreza e a desigualdade no país se aprofundaram. Posteriormente, com a virada do século em 2000, a situação continuou piorando com a eleição de dois presidentes pertencentes à ala do Partido Socialista conhecida como os “renovados”. Este fato é crucial à hora de definir o verdadeiro espectro político do conglomerado que governou o Chile após a ditadura. Caracterizados habitualmente como sendo de centro-esquerda, em estrito rigor, este



grupo manteve e aprofundou a política econômica da ditadura. Inclusive, as duas figuras presidenciais militantes do mesmo partido do Salvador Allende e que tinham sido exiladas durante a ditadura, Ricardo Lagos (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006-2010 / 2014-2018), terminaram muito mais próximas ao setor privado.

Decerto, os governos da *Concertación*, todos, não apenas administraram o neoliberalismo como promoveram o setor privado em detrimento da maioria da população chilena, cada vez mais endividada e praticamente sem direitos sociais.

O Chile é o único país no mundo onde a água é totalmente controlada por privados, assim como a eletricidade e a educação superior. Por exemplo, no primeiro dos governos dos “renovados”, durante o mandato de Ricardo Lagos, as transferências do Estado para os administradores privados da educação atingiram cerca de US\$ 2,5 milhões. E ainda entre 1994 e 2003, os investidores privados educacionais foram beneficiados com isenções de impostos que se triplicaram, alcançando US\$ 28 milhões. Em termos de gastos com educação, as famílias chilenas investem 3,52% do PIB e o governo 4%, sendo que a metade é destinada a subvencionar também o setor privado. (GOBIERNO DE CHILE, 2005, p. 19-20).

A previdência é privada e precária. O sistema chamado Associação de Fundos de Pensões (AFP) foi um dos pilares da economia na ditadura. Tido como pioneiro na região e sendo citado frequentemente como referência para o atual governo no Brasil, o modelo foi criado em 1981 por José Piñera, irmão do presidente Sebastián Piñera, que propunha um sistema de capitalização absolutamente individual sem participação do Estado ou empregadores. Desta maneira, o dinheiro iria para um sistema de investimentos que tinha como objetivo movimentar a economia nacional e promover o crescimento. No entanto, o capital da maioria dos fundos privados das AFPs foi sempre investido fora do Chile, e a realidade é que as pensões dos aposentados não atingem sequer a metade de um salário mínimo no país, sendo nítido o fracasso do sistema⁹³.

De forma mais exemplificadora, idosos a partir de 60 anos lideram as taxas de suicídio no Chile⁹⁴. Muitos autores chilenos pesquisam sobre essa questão e notam que entre as causas estaria o aumento no custo de vida, situações de dependência

⁹³ Nos anos 1980, o Chile fez uma reforma do sistema previdenciário, que provocou a mudança de um regime solidário para outro de capitalização, em que o indivíduo é responsável por sua própria aposentadoria e não conta com aportes de seus empregadores ou do governo. Para entender mais, ver Gomes (2019).

⁹⁴ Para um estudo sobre a tendência de mortalidade por suicídio no Chile entre 1997 e 2018, ver Vidal et al. (2021)



financeira e dificuldade de sobrevivência com o surgimento de enfermidades crônicas. Sem um sistema de proteção social, com pensões precárias e doentes, a maioria opta de forma drástica pelo suicídio.

Frente ao sistema de pensões, componente central da estrutura do sistema econômico, formou-se um grupo que foi também um dos mais representativos do *Estallido*: o movimento *No + AFP*. Atuante há pelo menos uma década e com várias representações em todo o país, conseguiu se entrosar com diversos outros movimentos: estudantis, ambientalistas, feministas, sindicatos, entre os de maior representatividade numérica, formando o elemento chave do populismo, a já mencionada equivalência de demandas, a partir da ideia de Laclau.

Todos e cada um destes desastres originados por esse modelo econômico compõem o complexo emaranhado que levou à catarse social que país inteiro vivenciou.

El surgimiento del pueblo requiere el pasaje – vía equivalencias – de demandas aisladas, heterogéneas, a una demanda “global” que implica la formación de fronteras políticas y la construcción discursiva del poder como fuerza antagónica. (LACLAU, 2005, p. 127)

Dessa conjunção natural acontecida nos protestos, nasce o que Laclau (2005, p. 127) denomina o momento de vacuidade. É fundamental para o momento populista que as demandas segmentadas possam se transformar em reivindicações universais e que outras consigam se alinhar a uma formação hegemônica, sem perder a particularidade, mas como parte da construção de uma identidade popular.

No caso chileno, irrefutavelmente o inimigo que concentrava todos os olhares sempre foi o neoliberalismo, que está presente na história de cada chileno que cresceu após a chegada da democracia, ouvindo como o próprio país serviu de cobaia para um experimento econômico importado, mediante opressão, mortes e desaparecimentos de outros compatriotas.

Esse mesmo inimigo também esteve presente na luta dos estudantes que pularam a catraca do metrô em solidariedade aos adultos e, em cada protesto, invariavelmente, ficava mais nítido o causador da tragédia

Para a chegada do *Estallido* que foi aglutinador, cada luta parecia superar a lógica das equivalências. Embora diferentes desde a singularidade e especificidade, essas reivindicações permaneciam conectadas como um sistema de diferenças em que primava no tecido social o sentimento de totalidade. Ou, sob o olhar laclauniano, essa



congruência de forças já se tornava uma realidade e, agora, o próximo objetivo era passar a algo concreto, um recomeço (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 271).

Três anos depois, foi justamente este grito expresso em algum cartaz perdido na multidão o que seria a declaração da mapuche Elisa Loncón Antileo ao assumir a presidência da Convenção Constituinte: *Vamos a refundar Chile*.

Democracia Radical

Como dito antes, as formas de resistência existentes há anos no Chile permaneceram ocultas para grande parte do mundo que considerava o país como o exemplo latino-americano ou como dito pelo ministro Guedes “a Suíça da América Latina”.

Por ser o paradigma neoliberal, o país sempre foi blindado midiaticamente, tal como os seus problemas que pareciam pontuais e nunca ligados a uma mesma raiz: a farsa da economia bem-sucedida. Embora alguém pudesse questionar sobre a existência de uma democracia saudável no país, que inclusive tinha alternância de governantes com aparentes diferenças políticas, faz-se necessário destacar que nas últimas quatro eleições os votos não superaram os 3,5 milhões – isto em um país em que 12 milhões constituem a população de votantes.

No último pleito, Sebastián Piñera foi eleito por apenas 26% da população. Michelle Bachelet teve quase a mesma porcentagem e, após protestos consecutivos, foi obrigada a revogar o sistema binominal e incluir o Partido Comunista, isto quando os estudantes começaram grandes mobilizações ainda no seu primeiro governo.

Foi justamente com Michele Bachelet, em 2006, que se iniciou um processo nacional conhecido como a “Revolução dos Pinguins”, chamada assim pelas cores do uniforme dos colégios públicos que combina calça escura e camisa branca. Nessa mobilização, estudantes realizaram uma greve de mais de 3 meses em todo o país, ocupando mais de 250 escolas e derrubando os ministros de Interior e Educação.

Os estudantes voltaram a protestar massivamente em 2011. As principais reivindicações dos secundaristas era o fim da LOCE, a última lei promulgada pela ditadura que entregava a administração de algumas escolas a privados e previa a cobrança de mensalidades e taxas tanto de alunos quanto do governo. Em 2014, pressionada também pelos estudantes, Bachelet aprovou a “Lei de inclusão” que



retirou das prefeituras a administração das escolas públicas e fortaleceu a presença do Estado, excluindo a ideia de que a educação era um bem de consumo destinado para poucos.

Todavia, neste período, identificamos a fase inicial do que Laclau (2005, p. 98) denomina a prática articulatória populista. Isto é a primeira etapa da construção do populismo como movimento maior de forças. Assim, neste primeiro período aparecem as menores unidades da estrutura, conhecidas como “demandas sociais”, válidas, mas ainda dispersas e sem maior vínculo.

De maneiras e expressões diferentes, houve um claro centro que agitou sempre o espectro social chileno: a irrenunciável discordância de um modelo que afetava a camadas diferentes, mas maioritárias da população. Fortaleceu-se assim a construção do que Burity (2020, p. 12) denomina como “subjetividade política”, que entende como essencial para a construção de um povo ou, dito de outra maneira, para hegemonizá-lo, não desde sua origem, mas sim no seu destino.

Trasladado ao caso chileno, isto se observa no processo inicial com a apresentação das demandas, em 2019, quando existia um apelo de diferentes movimentos, ainda dispersos, para que estas fossem aceitas. Reivindicavam o lugar dos excluídos pelo sistema, que estava identificado no modelo econômico ancorado na Constituição, tida como a origem dos problemas desde a ditadura e o objetivo a ser derrubado.

Três anos depois, com o início do processo da Convenção Constituinte e a continuação dos protestos, o *pueblo* já estava legitimado como maioria por meio de um forte arraigo popular, participação dos povos originários e pelas mulheres por sua composição paritária. Ressignificado como sujeito político, o projeto era agora de uma nação plurinacional e por um novo Chile.

Foi no governo de Sebastián Piñera que observamos, a partir de Laclau, que as diversas categorias sociais unificaram as demandas e exigiram transformações. Em três anos, Piñera reduz o seu setor político à minoria representativa em pesquisas e na Convenção Constituinte.

A memória histórica, atávica e presente na formação dos chilenos, é talvez um dos elementos essenciais que remetem à conformação de “*el Pueblo*” do populismo. Tanto Piñera, como qualquer representante da direita entende que este elemento é indissolúvel.



E, conforme, Laclau (2005, p. 94), visto que compõe uma mutua identificação entre múltiplos membros e uma hostilidade única para com algo ou alguém, no caso o passado, conforma também a categoria de *Pueblo*. Assim a definição deste último não constitui apenas uma expressão ideológica e sim uma relação verdadeira entre agentes sociais, uma forma concreta de unidade de um grupo, inclusive dentro das possíveis identidades diversas do momento populista.

A exclusão, inerente do modelo econômico, converteu-se também em sentimento permanente de grande parte da população chilena. Esta conjugada com os próximos componentes: ódio e demonização do inimigo (LACLAU, 2005, p. 94), seriam detonantes para coesão final de momento populista.

Durante os últimos anos, a acumulação de absurdos e fatos escandalosos que rodeiam os que detêm o poder político e econômico no país junto ao desbande dos neoliberais, têm levado ao limite a paciência dos chilenos.

Neste período, configuram-se também as dimensões que determinariam, no Chile, o momento populista (LACLAU, 2005, p. 102). A primeira delas foi a constituição de uma fronteira interna que dividiu a sociedade em dois campos, agora de forma nítida e indiscutível: de um lado governo e a minoria privilegiada defensora do modelo econômico, e do outro, o resto do país, o conjunto de *los de abajo*, os excluídos, que continuavam reivindicando ser a única voz legítima.

Soma-se ainda a união entre os diversos movimentos que constituíram uma identidade popular. Não obstante, para criar essa unidade e coerência do campo popular, foi necessário o reconhecimento de significantes vazios, nos termos de Laclau.

Posto de outra maneira, isto quer dizer que para concretizar a identidade popular de maneira mais ampla, arguindo uma cadeia maior de demandas, é necessário se despojar de conteúdos particulares que passam a ser secundários com o intuito de atingir demandas sociais heterogêneas entre si.

Para Laclau (2005, p. 125), uma identidade popular real funciona como um significante tendencialmente vazio. A modo de exemplo, as particularidades próprias dos movimentos identitários ou dos sindicatos acabam adquirindo um lugar secundário quando o objeto a ser combatido é compreendido como algo superior e maior que as reivindicações individuais. E, de qualquer maneira, este requisito para a coerência popular não inabilita ou arroja um subdesenvolvimento ideológico ou político.



A ruptura com a institucionalidade, já fragilizada há anos como dito, junto com a aparição de equivalências entre as lutas dos movimentos, prevaleceu por sobre quaisquer demandas particulares, impulsionada também pelos casos detalhados.

A lógica da equivalência, então, levada às suas últimas consequências, implicaria na dissolução da autonomia dos espaços em que cada uma destas lutas é constituída, não necessariamente porque algumas delas se subordinassem a outras, mas porque todas elas se tornaram, rigorosamente falando, símbolos equivalentes de uma luta única e indivisível. (LACLAU E MOUFFE, 2014, p. 271).

Outro fator que resultou crucial para a unificação dos chilenos e a conformação de cenário antagônico foi a resposta do Estado. Sebastián Piñera convocou os militares, afirmou “estar em guerra” e decretou o toque de recolher diante dos protestos populares.

A resposta foi imediata. Aumentaram as manifestações nas ruas e criou-se uma lógica de ditadura. Militares nas ruas, abusos e detenções arbitrárias. Um mês depois havia mais de 23 mortos e centenas de chilenos haviam perdido a visão total ou parcial pela violência policial. A repressão chegou a tal ponto que em novembro de 2019, apenas um mês começado o *Estallido*, a Sociedade Chilena de Oftalmologia declarou que existia uma “emergência sanitária” e que as cifras de afetados superavam incluso a países em guerra⁹⁵.

La terminología tradicional – que ha sido traducida al lenguaje común – ya aclara esta diferencia: el pueblo puede ser concebido como *populus* – el cuerpo de todos los ciudadanos –, o como *plebs* – los menos privilegiados –. Sin embargo, ni siquiera esta distinción capta aquello a lo que estamos apuntando. Ya que la distinción podría fácilmente ser vista como una que es jurídicamente reconocida, en cuyo caso sería simplemente una diferenciación dentro de un espacio homogéneo que otorga una legitimidad universal a todas sus partes componentes – es decir, la relación entre sus dos términos no sería una relación antagónica –. A fin de concebir al “pueblo” del populismo necesitamos algo más: necesitamos una *plebs* que reclame ser el único *populus* legítimo – es decir, una parcialidad que quiera funcionar como la totalidad de la comunidad. (LACLAU, 2005, p. 108).

⁹⁵ Ver reportagem de Smink (2019).



Considerações finais

O fenômeno político que vivencia o Chile há três anos é inusitado. Não apenas pela forma como se construiu, mas também por não se encaixar nos moldes em que tradicionalmente se entende o populismo. Nos habituais casos em que se cita o conceito, existe uma figura principal que é a do líder – tanto para levantes populares guiados por carismáticos representantes quanto para mobilizações associadas a chefes de Estado com tintes autoritários, mas que mantêm camadas de fidelidade complexas.

No Chile, a construção discursiva do povo foi nitidamente popular e massiva, sem participação de figuras representadas em um líder que alavancasse os movimentos. E, conseqüentemente, sem apresentar ações ou movimentos que pudessem ser apontados como autoritários. Tampouco existia um fator de manipulação ou falsas promessas de algum governo.

Constituído por evidente maioria, mas também unificado a partir das diferenças e especificidades, é notório o processo de construção de uma nova identidade popular. Não podendo ser mais chamada de massa ensandecida, de retórica e horizontes vazios. A efervescência não parece declinar nem estabilizar. Ao contrário, confirma-se participação política e o interesse crescente em ver figuras atípicas para o sistema, como uma prefeita feminista na capital, uma acadêmica mapuche na Convenção ou um prefeito comunista como candidato presidencial favorito a liderar o país que era até pouco tempo o paradigma econômico de um modelo.

Em um esforço por uma democracia cada vez mais participativa, o Chile parece traçar o caminho para uma nova configuração social, desta vez única e sem receio de ser classificada como populista.

REFERÊNCIAS

BURITY, Joanildo. **Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau**. IN: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Leo Peixoto (org.). Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BURITY, Joanildo. El pueblo evangélico: construcción hegemónica, disputas minoritarias y reacción conservadora. **Encartes**, vol. 3, núm. 6, 2020, pp. 1-35

CARMO, Maria. 'O Chile acordou': autora da foto viral que marcou protestos conta o que sentiu ao capturar imagem. **BBC News brasil**, 29 out. 2019. Buenos Aires. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50229216>. Acesso em 28 mai. 2021



ELISA Loncón tras asumir como presidenta de la CC: “Todos juntos vamos a refundar este Chile”. **CNN Chile**. 4 jul. 2021. Disponível em https://www.cnnchile.com/pais/elisa-loncon-presidenta-cc-refundar-este-chile_20210704/ Acesso em 6 jul. 2021

EM resposta a protestos, Chile reduz pela metade salário de políticos. **Folha de S.Paulo**. 27 out 2019. São Paulo e Santiago. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/em-resposta-a-protestos-chile-reduz-pela-metade-salario-de-politicos.shtml?> Acesso em 27 mai. 2021.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. IN: **Nueva Sociedad**. N. 183, 2003, pag. 70-90.

GOBIERNO DE CHILE, **GANE – Gran Acuerdo Nacional de la Educación**, Julio de 2011. Disponível em: <http://data.fech.cl/files/2011/07/GANE.pdf>. Acesso em 20 mai. 2021.

GOMES, Luís E. A capitalização no Chile deixou metade dos idosos sem aposentadoria, diz economista chileno. **Sul 21**. 3 jun. 2019. Disponível em: https://sul21.com.br/entrevistasz_areazero/2019/06/a-capitalizacao-no-chile-deixou-metade-dos-idosos-sem-aposentadoria-diz-economista-chileno/. Acesso em: 27 mai. 2021.

LACLAU, Ernesto. **La Razón Populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015

MARENCO, Daniel. Guedes defende capitalização para Previdência e diz que Chile ‘virou a Suíça da América Latina’. **O Globo**. 7 jul. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/guedes-defende-capitalizacao-para-previdencia-diz-que-chile-virou-suica-da-america-latina-23457209>. Acesso em 3 jul 2021.

MINISTRA Hutt rechaza evasión de escolares en el Metro: “No tienen argumento, no se les cambió la tarifa”. **CNN Chile**, 15 out. 2019. Disponível em: https://www.cnnchile.com/pais/ gloria-hutt-rechaza-evasion-escolar-metro_20191015/. Acesso em 28 de mai. 2021

MONTES, Rocio. La derecha chilena se queda sin opciones de veto en el articulado de la nueva Constitución. **El País**. 19 mai. 2021. Santiago de Chile. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2021-05-19/la-derecha-chilena-se-queda-sin-opciones-de-veto-en-el-articulado-de-la-nueva-constitucion.html> Acesso em: 28 mai 2021

SMINK, Veronica. Protestas en Chile: la "epidemia" de lesiones oculares que ponen en entredicho al gobierno de Piñera. **BBC News**. 8 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50354968>. Acesso em 5 jul. 2021

VIDAL, Carolina et al. Cambios en la tendencia de mortalidad por suicidio en Chile, 1997-2018. **Salud Colectiva**, v. 17, p. e3363-e3363, 2021.



Reflexiones sobre literatura guatemalteca

Carlos González Orellana⁹⁶

Desde hace algunos años, estoy convencido de que la literatura no tiene patria. «Esta es la patria/esta la que me mata» escribió el poeta Julio Fausto Aguilera, a finales de la década del sesenta, y con estos versos iluminaba el terrible vínculo que une los nacionalismos modernos con la violencia y la muerte. Este vínculo, sin embargo, ilumina otro: el de la resistencia a esa violencia y a esa muerte. Si pudiera encontrar una característica, por ambigua que fuera, para calificar la literatura escrita en el territorio que hoy llamamos Guatemala, pienso que sería la resistencia a esa muerte y a esa abyección que lamentablemente han acompañado su desarrollo.

El carácter de apátrida que me gustaría atribuirle a la literatura, en cambio, no difumina un vínculo intrínsecamente ligado a ella: la identidad, cuya relación con la idea de país puede atravesar por diversos grados de complejidad y contradicción. Hablar de literatura guatemalteca significa intuir un vínculo, por demás complejo, entre nación e identidad. Y la raíz de esta complejidad deriva de una pregunta cuya respuesta, aunque pareciera obvia, puede suscitar muchos problemas: ¿qué es Guatemala?

El nombre Guatemala es la castellanización de un topónimo náuatl (Quauhtlemallan) que significa «lugar de muchos árboles». Muchos lugares de Guatemala han sido nombrados con los topónimos de ese idioma. Aparece castellanizado por primera vez en una de las cartas de relación que Pedro de Alvarado envió a Hernán Cortés en el siglo XVI. «Que yo, Señor, partí de la ciudad de Utlatán, y vine en dos días a esta Ciudad de Guatemala» (Tipografía Nacional, p. 87). Seguramente, él conoció el nombre por parte de los guerreros tlaxcaltecas que lo acompañaban durante su proyecto de invasión y colonización. Fue así como, de la mano de un genocida español, surgió la palabra escrita adaptada al castellano que hoy en día sigue nombrándonos. Cuando Rafael Landívar escribió desde el exilio sobre Guatemala, su «terruño natal» (Landívar, 2019, p. 99), lo hizo en un largo poema

⁹⁶ Máster en filosofía e ingeniero químico de la Universidad Rafael Landívar. Es poeta y profesor de literatura. Actualmente coordina la Maestría en Filosofía y la Maestría en Literatura Hispanoamericana de la URL. Pertenece al grupo de trabajo de Clacso: El Istmo Centroamericano, repensando los centros.



titulado *Rusticatio Mexicana*, evitando decir en el título el nombre de Guatemala; en su lugar nombró y describió primero la metrópoli más cercana, más visible y por tanto, más relevante para los lectores europeos.

Si hablamos de geografía, las fronteras de nuestro país han sido, en varias ocasiones, repensadas o reconfiguradas, pero nunca en función de la pertinencia cultural de los pueblos que han ocupado su territorio, sino en función de los intereses políticos y económicos de una camarilla de caudillos que se peleaban por las líneas fronterizas. En función de esos intereses, se han forjado pueblos y nacionalismos... y es sobre estas fronteras impuestas que pensamos hoy la soberanía y el ejercicio del poder del Estado; pensamos un país, una nación y –con mucha dificultad– una literatura nacional.

Hablar de literatura guatemalteca es por lo tanto, hay que decirlo, insistir en la utilización de la categoría del estado nación moderno para pensar un conjunto de textos cuya pertenencia nacional pareciera ser borrosa. Por otro lado, y desde el lugar desde donde pensamos Guatemala, sería impertinente hablar de una literatura nacional, sobre todo en momentos en los que cada vez son más frecuentes los llamados a pensar en Guatemala como un estado plurinacional. Preferible sería decir que hay muchas literaturas que, en muchas ocasiones, han cuestionado la ideología hegemónica del nacionalismo. El ejercicio que propongo tiene únicamente fines introductorios, y en realidad, puede ser también una trampa, pues entendemos hoy la idea de identidad como una construcción moderna. Estamos a punto de ver hacia el pasado desde categorías del presente y, sin embargo, esta acción funciona para delinear eso que podríamos llamar «literatura guatemalteca». También hay que observar la precaución de no reducir Guatemala a los intentos de construcción identitarios gestados desde el ideario liberal. Esta identidad, eminentemente ladina, construida desde la negación de lo indígena, ha forjado su hegemonía a través de diversos proyectos que transitaron un camino tortuoso, que pasó por el blanqueamiento y la ladinización, y que terminó de mostrar su rostro más terrorífico con el genocidio maya en la década de 1980.

Pienso, de momento, por lo menos en cuatro diferentes lugares de enunciación con relación a la idea de país. Vale decir que no se trata de lugares excluyentes, muchas veces, sus fronteras son difusas y se mezclan unos con los otros. El primero, cuya mención se hace ineludible, es el de las literaturas indígenas, a la cual no



prestábamos importancia sino hasta en la década del setenta, gracias a Luis de Lión, un poeta maya kaqchikel, que militó en el Partido Guatemalteco del Trabajo y fue asesinado por el Ejército de Guatemala en 1984. Fue a través de su literatura que tuvimos noticia de un prolongado y fecundo ejercicio de pensamiento y resistencia gestado durante siglos de resistencia anticolonial. El *Popol Vuh*, los *Anales de los Kaqchikeles*, el *Título de la casa de Ixquín Nehaib* eran textos que nuestra ceguera encontró lejanos, y míticos, pero que en realidad han tenido un desarrollo activo.

Esta literatura sufrió cambios relevantes en el momento de la invasión y en los sucesivos proyectos coloniales genocidas, que nunca fueron capaces de interrumpirla, pero sí de modificar las vías de su difusión y conservación: ante la quema de los libros y los códices protagonizada por un obispo español, se establecieron otras vías de transmisión tales como la oralidad, los tejidos y las danzas. A finales del siglo XX, Emil' Keme ubica a Luis de Lión y a Francisco Morales Santos en la fase inicial de «la insurgencia literaria maya» (Keme', 2020, p. 20). Tanto De Lión como Morales Santos escribieron sus textos en español, tomaron la palabra apropiándose del registro poético, y supieron enmarcar las demandas históricas de las poblaciones indígenas dentro de la coyuntura de los proyectos revolucionarios armados guatemaltecos. La novela póstuma de Luis de Lión, *El tiempo principia en Xibalbá*, es un hito para la literatura guatemalteca. Se trata de una toma de posición política desde un lugar discursivo con plena autoridad literaria.

Aunada a estas propuestas, sumamente relevante fue la aparición del testimonio de Rigoberta Menchú: *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*, escrito en colaboración con Elizabeth Burgos. Por una parte se trataba de la voz de una mujer indígena, con una gran trayectoria política. Por otro lado, abría la brecha para la validación del género testimonial en América Latina y en Guatemala como una vía de acceso o de «intrusión» a la ciudad letrada, como en su momento la calificó John Beverley (2002, p. 10).

Además de los autores y la autora que se mencionan arriba, es posible sumar a este listado nombres que van apareciendo conforme nos acercamos al momento presente. Las referencias de Humberto Ak'abal (que comienza a escribir en k'iche'), Daniel Caño, Maya Cú, Rosa Chávez, Sabino Esteban Francisco, Gaspar Pedro González, Manuel Tzoc, Julio Cúmez, Irma Alicia Velásquez, Manuel Tzoc entre otras y otros.



En este momento, vale la pena recurrir a lo anecdótico para recordar el momento en que Humberto Ak'abal rechazó el premio nacional de literatura, que lleva el nombre de nuestro premio Nobel, Miguel Ángel Asturias. Las reacciones a esta negación, en su mayoría violentas y racistas, pusieron frente a nosotros la evidencia de que este tipo de gestos son aún muy necesarios. También, de alguna manera, caracterizaron una manera determinada de asumir la cultura letrada como propia, que no admitía cuestionamientos –hechos con respeto– de las personas subalternizadas por la racialización estructural del estado. Tomo esta anécdota para introducir el segundo lugar de enunciación del que me gustaría hablar esta tarde. Se trata de la literatura guatemalteca que durante mucho tiempo pensamos como única. Esa «literatura guatemalteca» a secas, sin necesidad de un apellido, que no necesita saltar ningún cerco para ser asumida como una «literatura nacional». Su origen se remonta hacia la época colonial, y fue escrita en un principio de la mano de los conquistadores con las crónicas, que iniciaron el proyecto construcción de una identidad que difería de la peninsular y que reclamaba las tierras invadidas como propias. Fue esta la construcción identitaria que a principios del siglo XIX firmaría un documento en el que se independizaban de la Corona española, al darse cuenta de la insostenibilidad del sistema económico colonial y de los obstáculos que propiciaba para el enriquecimiento propio.

Esta literatura tuvo drásticos cambios cuando simultáneamente sintió sobre sí, dos pesos indisolubles: el peso de reconocerse a sí misma como literatura, y el peso de reconocerse a sí misma como la literatura de un país. De ahí, muchos de los textos generados buscaban construir una identidad mediante la rememoración del pasado colonial criollo –José Milla es el ejemplo emblemático de esta búsqueda histórica–. Pero también surgieron desde entonces las manifestaciones quínicas que a través del humor, encontraban las vías para burlarse del proyecto nacional. Pienso, por ejemplo, en María Josefa García Granados y su inolvidable poema, *El sermón*, y pienso en José Batres Montúfar y sus *Relatos en verso*. Esta veta humorística quínica, vital en la literatura guatemalteca, pasaría magistralmente por varios autores y autoras del siglo XX: Augusto Monterroso, Miguel Ángel Asturias, Marco Antonio Flores, Estuardo Prado entre otras y otros.

La literatura ladino-mestiza ha tenido otras vertientes, otros desarrollos a través de una enorme diversidad de géneros. Uno de sus debates centrales ha sido,



precisamente, el tema de la identidad; también ha problematizado el mestizaje y durante un largo periodo, tuvo una fuerte influencia criollista regionalista: tendencia que se «elongó» a lo largo del siglo XX hasta la década del sesenta, según el reciente recorrido historiográfico hecho por David Rozotto. Rozotto ubica esta tendencia entre 1924 y 1963, y atribuye su prolongada (aunque no siempre prolija) vitalidad a características específicas del sistema literario guatemalteco, y a las características agrarias de Guatemala (Rozotto, 2019, s.p.). Muchos de estos textos se apropiaron de características del movimiento indigenista continental y observaban a la población indígena de manera idealizada o condescendiente con fines reivindicativos, aunque en general, fueron textos escritos desde un lugar de enunciación ladino. También abordaron el tema del mestizaje, la novela *Entre la piedra y la cruz* de Mario Monteforte Toledo es emblemática en este caso. Muchos de estos textos representaban la cotidianidad de la vida dentro de las fincas. El modelo finquero definió el carácter del estado guatemalteco durante el liberalismo, y que entró en crisis con la revolución de 1944 (Tischler, 2009). La novela *Mah Rap* (1946) es relevante dentro del espectro criollista, por ser la única novela escrita por una mujer que se podría calificar dentro de esta categoría. Otros autores relevantes que escribieron narrativa criollista son Carlos Wyld Ospina, Flavio Herrera y Ramón Salazar.

De este lugar de enunciación surgiría la generación del 20, acuerpando un fuerte movimiento estudiantil que luego pasó a ser social. A esta generación pertenecieron Luis Cardoza y Aragón y Miguel Ángel Asturias (premio Nobel de Literatura). Ambos autores sostuvieron una prolongada producción literaria, escrita en buena medida desde fuera de Guatemala. La relevancia y la diversidad de sus textos ha suscitado ya una enorme cantidad de ensayos y textos críticos. La adscripción de ambos a las vanguardias latinoamericanas y su vínculo con las vanguardias europeas, pero resignificándolas, su trabajo como críticos literarios y el cultivo de diversos géneros ofrece una tarea imposible de tratar en este breve texto.

Esta literatura, sin embargo, también tendría un carácter centralista que invisibilizaría otros lugares de enunciación durante el desarrollo de las literaturas modernas. De ahí paso al tercero que quiero mencionar, y es la literatura escrita por mujeres, cuyos nombres aún son profusos campos de investigación, y que han reconfigurado el canon de la literatura guatemalteca a medida que más se conocen sus nombres. María Cruz, Rosa Rodríguez López, Luz Méndez de la Vega, Alaíde Foppa, Isabel Garma serían los



antecedentes de la escritura de Ana María Rodas, que fue capaz de cuestionar el discurso heroico que caracterizaba en general a las revoluciones centroamericanas. En la actualidad, hay grupos de personas que investigan con intensidad la historia de la literatura guatemalteca desde los feminismos, y que han mantenido un ejercicio infatigable: Anabella Acevedo, Mónica Albizúrez, Guisella López, Aida Toledo, a quienes recientemente se ha sumado el trabajo de Nancy Martínez.

Merece una mención aparte la tradición de la literatura guatemalteca escrita desde el exilio, inaugurada por el mismo poeta que mencionamos antes, Rafael Landívar, quien escribió desde Boloña, en un riguroso latín, uno de los elogios más sentidos a la naturaleza de nuestro continente. Esa forma de imaginar el país fue tristemente replicada en todas las épocas de nuestra historia, y han sido muchos los poetas y escritores que por una u otra razón, han tenido que pensar e imaginar su país desde otro lado. Entre ellos, el poeta moderno más importante de Guatemala, Luis Cardoza y Aragón; junto con otros nombres, como el de Augusto Monterroso, Otto Raúl González, Carlos Illescas, Manuel José Arce y el listado es largo. Aun hoy, en la posmodernidad globalizada del siglo XXI, son muchas las voces no solo de escritores, sino también de críticos, historiadores y académicos, las que están pensándonos desde fuera, mientras viven un exilio voluntario provocado por la falta de oportunidades de desarrollo en nuestro Guatemala. Pienso en Arturo Arias, Mónica Albizúrez, Rafael Romero, Dante Liano, en fin; son muchos los nombres.

Estas cuatro categorías esbozadas son apenas un pincelazo de la literatura de Guatemala y su relación con Guatemala, y como toda categoría, es porosa y sus límites son siempre insuficientes. Nunca se dan de forma unívoca ni precisa. El nombre del foro es *Entre la violencia y la esperanza*. En el somero recorrido anterior, hice una abusivo recorrido sobre la literatura guatemalteca; sin embargo, hablamos muy poco sobre la violencia. La principal violencia que se vive en Guatemala es la violencia moderna colonial racista. Y esto se evidencia incluso con la forma de pensar la literatura. Como autocrítica, debemos volver a examinar los relatos que configuran la historia de la literatura guatemalteca, pensar más en la pluralidad de historias, de pueblos y literaturas que ha albergado el territorio –siempre variable– de Guatemala, y examinar aquellas voces que por una u otra razón han quedado fuera de esa historia única.



Por último, habría que decir algo sobre la esperanza, en referencia también al título de la mesa.

Definitivamente conservo una esperanza intacta en la poesía, en la palabra, y en el conjunto de prácticas y procesos que se han conjugado bajo el nombre de literatura, que ha trascendido por mucho el formato tradicional del libro impreso. Las discusiones, los diálogos, los grupos, los perfiles de redes sociales, las pancartas en una manifestación, las discusiones de clases, las videoconferencias, los *clips* de video, las entrevistas están nutriendo hoy el diálogo cultural, abonando a la producción literaria, ampliando sus fronteras y la forma de construir narrativas sobre un tiempo presente diversificado. Esa diversidad, que deriva de la diversidad de grupos humanos y sujetos y sujetas de discurso, en definitiva, es esperanzadora.

Me dan esperanza la movilidad y la fluidez de las identidades, que sin renunciar a la fortaleza de una pertenencia cultural, han encontrado vías para disentir y canalizar sus luchas. Me gustaría mencionar, aprovechando el espacio, las batallas libradas desde espacios disruptivos en el campo de las ideas, que actualmente están ayudándonos a pensarnos desde varios lados. Pienso en los proyectos editoriales Maya Wuj, Tujaal, Cafeína, Alambique, Los Zopilotes, Pequeña Ostuncalco, Ediciones Bizaras, Serie Periferia, Editorial X, entre muchas otras, y en las rutas para canalizar una disidencia de la hegemonía cultural neoliberal. Pienso en la editorial Catafixia, que ha generado un espacio abierto al diálogo sobre la identidad mestiza y la hibridación cultural que somos y que se hace tan necesario. Pienso en Ediciones del Pensativo, y su trinchera por publicar a autoras mujeres y por abrir espacios de reflexión desde los feminismos, como *La Cuerda*, por ejemplo. A esta línea se ha sumado recientemente el proyecto periodístico *Ruda Gt.* Pienso en *Prensa comunitaria* y la impronta por hacer periodismo desde los pueblos. Pienso también en aquellos grupos que escriben desde la disidencia sexual, contra el patriarcado capitalista y literario, como Odelca y Queer Poéticas. Pienso en la academia honesta que ha asumido con seriedad proyectos de investigación que luchan y se comprometen por iluminar aquellas manifestaciones culturales olvidadas por la academia tradicional.

También tengo esperanza en los relatos recientes que han surgido desde la memoria. La novela *Puente adentro* publicada ya entrado el siglo XXI, es una búsqueda del yo presente en el pasado. Pero también, por ejemplo, pienso en la reedición reciente de una antología poética de Luis de Lión, y en las narrativas cinematográficas



Nuestras madres y La llorona. Todo esto ha sucedido en 2020, y nos permite el apremio por pensar y reconocer el pasado en todos los estratos culturales; a pesar de las políticas de olvido y del negacionismo neoliberal. También nos indican con gravedad, que solo conociendo ese pasado, podremos mirar hacia el porvenir. Las manifestaciones culturales y literarias de Guatemala, hoy, tienen el desafío de luchar por la memoria que le pertenece desde la diversidad que habitan.

REFERENCIAS

AGUILERA, J. *Poemas guatemaltecos* (vol. IV). Guatemala: Ministerio de Educación, 1969.

AK'ABAL, H. *Ri nuk'u'x usolon chik* [*Mi corazón ya lo había decidido*]. Maya' Wuj, 2019.

BEVERLEY, J. *La voz del otro. Testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. Abrapalabra, Universidad Rafael Landívar, 2002.

LANDÍVAR, R. *Rusticatio mexicana* (trad. José Mata Gavidia, ed. Faustino Chamorro González). Guatemala: Cara Parens, 2019.

KEME', E. *Le maya Q'atzij*. Fondo Editorial Casa de las Américas, 2020.

TIPOGRAFÍA NACIONAL (ed.). *Muerte de Pedro de Alvarado. Cartas de relación de Alvarado a Hernán Cortés. Cartas antiguas a la Ciudad de Guatemala*. Guatemala: Tipografía nacional, 2008.

TISCHLER, S. *Guatemala: crisis y revolución. Ocaso y quiebre de una forma estatal*. F&G Editores, 2009.



Ensayo desde la filosofía de la Historia

La Nación uruguaya: los caminos hacia una comunidad política imaginada

Nastasia Barceló Severgnini ⁹⁷

No importa que queden por tratar temas capitales, graves enigmas, Vastas zonas del panorama nacional. Si bien conozco mis limitaciones y me sé incapaz de abarcar toda la compleja significación del problema, no quiero que esas mismas limitaciones me lleven a sentirme cómplice del gran silencio que rodea la presente crisis moral, sin duda la más grave de nuestra breve historia como nación. Mario Benedetti, El País de la Cola de Paja, 1966.

Como todo país, el Uruguay nace de una Historia, en la que se entrecruzan tiempos cortos y largos, personajes, eventos y procesos. En 2018⁹⁸ comencé a investigar sobre la independencia y la formación del Estado Nacional uruguayo durante las primeras décadas del siglo XIX. Las fronteras espaciales y temporales —es decir, hasta dónde un determinado evento o proceso llegó e influyó en otros— no son construidas por la investigadora, sino que deben ser comprobadas empíricamente, a través del análisis de fuentes y documentos. Para ello, recurrí a museos, bibliotecas, archivos nacionales y diplomáticos de Uruguay, Brasil y Argentina que sirvieron como insumos para el trabajo histórico⁹⁹.

⁹⁷ Candidata a Doctora por el PROLAM-USP. Magíster en Relaciones Internacionales por el Programa San Tiago Dantas y Licenciada en RR. II (UNILA). Docente e Investigadora del Programa de Estudios Internacionales de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República (UdelaR).

⁹⁸En 2021, llegué a la fase final de la escritura de la tesis doctoral. Compuesta por cuatro capítulos centrales; tres de ellos se enfocan en el análisis político-institucional, mientras que uno está dedicado a reflexionar sobre la formación de la *nación* uruguaya en el periodo analizado.

⁹⁹La investigación documental para la tesis doctoral fue realizada en dos estancias de estudio; en el Archivo Histórico de Itamaraty (AHÍ) en Río de Janeiro y en la Biblioteca Nacional de Uruguay (BNM) en Montevideo. En el AHÍ se revisaron siete cajas de los “Documentos relativos à Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil (1822-1889)”, que contenían 628 escritos entre avisos oficiales, cartas particulares y oficios diplomáticos. En la BNM, se verificaron los números disponibles del periódico “El Universal”, en microfilm, entre los años 1829 y 1837.



Como señaló Alberto Methol Ferré Methol Ferré, en su función de *filósofo de la historia*: el Uruguay ha sido un *país frontera*—primero entre lo lusitano y lo español, luego entre Brasil y Argentina—, fue la llave de la Cuenca del Plata y el Atlántico Sur, y sus posibilidades de desarrollo autónomo siempre estuvieron determinadas por las relaciones establecidas con los países vecinos, y viceversa: «Los nacimientos, en todos los planos, deciden» (1967, p. 2).

El primer artículo de la Convención Preliminar de Paz de 1828 entre el Imperio del Brasil y las Provincias Unidas del Río de la Plata disponía que:

Sua Majestade o Imperador do Brasil declara a província de Montevidéu, chamada hoje cisplatina, separada do território do Império do Brasil, para que possa constituir-se em Estado livre e independente de toda e qualquer nação, debaixo da forma de governo que julgar mais conveniente a seus interesses, necessidades e recursos (CONVENCIÓN, 1828).

Tales términos culminaron con un período de guerras iniciadas en 1825, en función de la disputa por el dominio de la Provincia Cisplatina-Oriental, e introdujeron un nuevo Estado en el sistema de pesos y contrapesos del continente. Con la afirmación del Estado Oriental del Uruguay, se estableció la configuración estatal definitiva de la región, sin que eso trajera las garantías de estabilidad al contexto político regional. La nueva configuración, lejos de simplificar las disputas hegemónicas, presentó un nuevo marco institucional a partir del cual se desarrollaron negociaciones y conflictos derivados de dinámicas políticas de grupos de intereses locales y regionales, así como de la proyección de políticas nacionales aún en consolidación¹⁰⁰ (NAHUM, 2011; CAETANO, 2019). Asimismo, con la *independencia* de Uruguay se iniciaron dos procesos de larga duración en la historia del país, la construcción del Estado y de la Nación¹⁰¹. Historiadores contemporáneos, como José Pedro Barrán y

¹⁰⁰En Uruguay, figuras políticas importantes en el período anterior comenzaron a dar sus primeros pasos. Fructuoso Rivera y Juan Antonio Lavalleja disputaron la primera elección constitucional del país, realizada de forma indirecta a través del Poder Legislativo, Rivera salió vencedor por 27 a 5 votos, convirtiéndose en el primer presidente de Uruguay. Con su elección se proyectó institucionalmente la división de fuerzas políticas del país y con ella la *dicotomía gobierno-oposición*. Gerardo Caetano (2013), en consonancia con el análisis de José Pedro Barrán (1986) sobre el origen de los partidos políticos, explica que los alineamientos heredados de la última colonia y a lo largo del proceso revolucionario, legaron liderazgos y afinidades, que más allá de rupturas y alternativas de continuidad- en más de un sentido fueron heredados como marco de identificación política.

¹⁰¹La socióloga Montserrat Guibernau caracteriza a este fenómeno como un producto de la modernidad, marcado por la formación de un Estado que tiene el monopolio del uso legítimo de la fuerza en un



Benjamín Nahúm (1986), argumentan que el Uruguay se constituyó primero como Estado y después como Nación. Esto sugiere que, en la época de la independencia, el Estado se habría establecido sin nación precedente y, por lo tanto, sin un imaginario que sustentase y legitimase sus bases ideológicas. Los autores también sugieren que, a partir de la consolidación de la independencia, los aparatos estatales y las élites políticas e intelectuales tuvieron que apurarse en construir un “proyecto nacional” que generase acuerdos entre los distintos sectores sociales en disputa, como la clase política, los terratenientes y la clase media más empobrecida, compuesta por criollos, negros e indígenas¹⁰². Esto significa que, en pocos años, esas élites tuvieron que crear imágenes, conceptos y un relato histórico que unificase a un Estado, creado a priori de la *nación*.

De acuerdo con el sociólogo Norbert Elías (1970) la nación constituye la fase más reciente de los procesos de formación de unidades estatales. Entendido como un proceso de larga duración, Elías apunta que las “sociedades-estado” europeas adoptaron características nacionales cuando pasó a existir una interdependencia funcional entre las regiones (reinos y Estados) y estratos sociales desiguales, y cuando niveles jerárquicos y de dominación devienen en una reciprocidad tal que consiguen agrupar grupos dispares en torno de otros centrales dominantes.

De esta manera, Elías explica que el estudio de la formación del Estado y la nación es posible cuando se separan analíticamente por un lado las ideologías nacionales, -que presentan a la nación como algo hiper integrado e inalterable-, y los procesos de *larga duración*, que implican los conflictos, las tensiones y las des/integraciones entre los diferentes grupos sociales en las luchas por la reconfiguración de la distribución de poder en una dada sociedad. Es decir que, como proceso inacabado, la formación del Estado permite ser aprehendida a partir de

territorio determinado. Este Estado busca unir a las personas a través de un medio de homogeneización, fomentando una cultura común, símbolos y valores, y reconstruyendo o inventando tradiciones y mitos fundadores, que pueden coincidir o no con aquellos existentes dentro de cada nación que forman aquel Estado Nacional.

¹⁰²BARRAN, José Pedro y NAHUM, Benjamín: «El problema nacional y el Estado: un marco histórico», Fundación de Cultura Económica, 1986, No 14, pp. 9-22.



distintas temporalidades, y por medio de diversas prácticas discursivas que se irán transformando en coyunturas históricas precisas¹⁰³.

Por lo tanto, la construcción de la nación es entendida como un proceso que se actualiza de acuerdo con las épocas, personas e intereses políticos, entonces, acceder heurísticamente a los discursos que los cubren, es posible mediante el análisis de fuentes primarias del periodo, que den cuenta de la relación entre el nuevo Estado y de los distintos estratos sociales presentes en el territorio. En el caso uruguayo, doscientos años después del proceso independentista, existen diversas concepciones de la *nación* y de una identidad nacional que se fueron construyendo y resignificando, en diversos momentos, en el transcurso del devenir histórico.

Gerardo Caetano (2010, pp. 164-166) se refiere a una *identidad* que comienza a gestarse ya en el siglo XIX y cuyo ápice se constata durante las primeras décadas del 900, en donde se manifiesta un sentimiento de *ajenidad al continente*. La perspectiva de Caetano se vincula a una tradición y a un proyecto político de país que se muestra como modelo de prácticas democráticas en América Latina (Adler, 2019) por su estabilidad institucional y por haber sido un “laboratorio” de “experimentos políticos”, plasmados en sus leyes de vanguardia, que habrían luego derivado en la idea de la *excepcionalidad uruguaya*¹⁰⁴. En “Ciudadanía y nación en el Uruguay del Centenario (1910-1930)”, el autor sintetiza algunas de las notas más distintivas de ese imaginario “creador”, iniciado en las primeras décadas del siglo XIX, y que, según Caetano, en el Centenario habría alcanzado su máximo despliegue:

Cierta estatización de la idea de lo público, sobre lo privado; una matriz democrático-pluralista de base estatista y partido céntrica; una reivindicación del camino reformista; la primacía del mundo urbano; el cosmopolitismo eurocéntrico; el culto a la excepcionalidad uruguaya en el concierto internacional y fundamentalmente dentro de América Latina; la exaltación del legalismo; el tono optimista de la

¹⁰³Por ello, si bien el marco cronológico que ha sido adoptado aquí finaliza en la primera década del Uruguay independiente, también se hará referencia, breve, a los discursos y narrativas sobre la nación en periodos posteriores, a modo de trazar una correspondencia entre las concepciones y los mitos de la *nación* que tienen raíces en los primeros momentos de construcción nacional, y con el transcurso del tiempo, se han “consolidado”, generando debates y polémicas en los ámbitos intelectual y político.

¹⁰⁴Al inicio y durante el siglo XX, las reformas sociales, políticas y económicas instituidas por los sucesivos gobiernos dirigidos por José Batlle y Ordoñez llevaron según el antropólogo Eduardo Basini (2003, p. 21) a un espíritu de engrandecimiento regional, por crear una sociedad que se asemejaba a los padrones europeos, siendo en esos marcos que los imaginarios de orgullo nacional y la diferenciación regional se configuran.



convivencia; el destaque de los valores de la seguridad y de la integración social (CAETANO, 2010, p13)¹⁰⁵.

Como se plantea en “ciudadanía y nación...”, el origen de muchos de estos valores se fue dando en momentos diversos¹⁰⁶ para constituirse en un sistema de relatos, mitos y símbolos que han calado hondo en aquella sociedad. Así mismo, Caetano destaca que en el Uruguay la construcción de esos valores reconoce etapas, configuraciones específicas enraizadas en *coyunturas históricas precisas*. Es decir que no podría hablarse, en consecuencia, de una identidad nacional uruguaya, singular e inmutable, sino que "se impone hablar de muchas identidades nacionales en el marco de la peripecia histórica de la sociedad uruguaya" (CAETANO, 2010, p.16). No obstante, aunque hablemos de identidades, en plural, por mucho tiempo, en Uruguay primó una conciencia nacional que afirma una *identidad homogénea y en equilibrio*.

La historiografía nacional marca una fase histórica clave en el proceso de formación de la nación. Existe bastante unanimidad en señalar que los años del militarismo y la secularización durante el régimen militar de Lorenzo Latorre¹⁰⁷ desde 1870 y las dos presidencias de José Batlle y Ordóñez del Partido Colorado, de 1903-1907 y 1911-1915, generaron profundos impactos sobre la imagen autoasignada de un país moderno y europeizado¹⁰⁸. De acuerdo con José Basini (2003, p.21) al comienzo del siglo XX, las grandes reformas sociales, políticas y económicas desarrolladas por los gobiernos batllistas, llevaron a un espíritu de engrandecimiento regional, por crear una sociedad que se asemejaba a los padrones europeos, siendo en esos marcos que los

¹⁰⁵CAETANO, Gerardo: «Ciudadanía y nación en el Uruguay del Centenario (1910-1930)», Revistalberoamericana, 2010, pp.39-62.

¹⁰⁶La historiografía marca una fase histórica clave en los procesos que voy comentando. Señalan que los años del militarismo y la secularización, desarrollados por el régimen militar de Lorenzo Latorre desde 1870 y las dos presidencias de José Batlle y Ordóñez del Partido Colorado, de 1903-1907 y 1911-1915, tuvieron enormes impactos sobre la imagen autoasignada de un país moderno y europeizado, conectado sobretudo al ámbito de políticas sociales y a su desarrollo cultural. En este sentido, Ximena Espeche en la Paradoja Uruguaya analiza el pensamiento de Real de Azúa, Quijano y Methol Ferré a partir de los debates identitarios del Uruguay, presentes en las décadas de los sesenta y setenta, que contraponen la idea de un Uruguay orientado hacia Europa, de espaldas hacia América Latina y un Uruguay latinoamericano como condición para su desarrollo y viabilidad como Estado independiente y autónomo.

¹⁰⁷Cómo analizan Barrán y Nahum, la instalación en el gobierno Latorre, desde 1876, las leyes de “ordenamiento” territorial, y el Código Rural, generaron la expulsión masiva de pequeños y medianos hacendados y una enorme emigración campo-ciudad entre los estratos más pobres del campo.

¹⁰⁸ Para profundizar sobre ese periodo de la historia del país, véase: Caetano, Gerardo (2015). La República Batllista. Ediciones de la Banda Oriental. Montevideo.



imaginarios de orgullo nacional y la diferenciación con relación a Latinoamérica se cristalizaron.

En la década de 1860 la población total estaba compuesta por un tercio de los inmigrantes (AROCENA 2013, p. 151). De acuerdo con Arocena, en la población de Montevideo el número de nacidos en el exterior representaban el 47% del total. Entre 1870 y 1910 se produjo el mayor ingreso de inmigrantes al país, atraídos por la mayor bonanza económica (1870-1910). No obstante, es importante notar que no cualquier inmigrante era deseado y aceptado, esto quedó reflejado en la ley migratoria en 1890, al enunciar que sólo inmigrantes de ultramar eran bienvenidos. El artículo 27 de dicha ley expresaba la prohibición de “la inmigración asiática y africana y la de individuos conocidos con el nombre de zingaros o bohemios.” Por otra parte, en la reforma legislativa de 1902, “se prohíbe la entrada al país de elementos perjudiciales a la masa de nuestra población, que es necesario defender de toda influencia nociva como es la de razas inferiores.” (AROCENA, 2013, p. 153). Esta legislación fue modificada recientemente en 2008, dejando de lado aquellos enunciados racistas y asimilacionistas, estableciendo que “el Estado respetará la identidad cultural de los inmigrantes y sus familias y fomentará que mantengan vínculos con su país de origen”.

El mito nacional de Uruguay como una sociedad hiperintegrada, blanca y de lengua española, está apoyada en la ideología que fue administrada desde el Estado Nacional, y que se fue resignificando en distintos contextos históricos, que lejos de ser implementada únicamente con las personas africanas esclavizadas y los indígenas, también alcanzaba a los inmigrantes. Las políticas de inmigración de finales del S. XIX e inicios del XX, estaban ancladas a un proceso de formación del pueblo nacional en donde era preferible sustituir al nativo por europeos que aplicar las políticas de mestizaje y blanqueamiento que fueron pauta de Estado en otras partes de la región.

Al referirse a los procesos de configuración nacional, Verdesio (2006) explica que no fue hasta finalizada la dictadura militar en 1985 que la sociedad uruguaya dejó de percibirse a sí misma como una comunidad libre de conflictos, *homogénea, moderna*, donde las únicas diferencias estaban en el ámbito político. Coincidió con el autor, en que la ruptura democrática supuso un fortalecimiento de la crítica a las instituciones que propiciaron esos imaginarios nacionales, fue a partir de ese quiebre, tan profundo e impactante de la vida social, cuando aparecen “los otros”, las minorías muchas veces invisibilizadas (2005, p.14).



En el periodo de la redemocratización (1985-1990), se puede constatar, con una claridad hasta entonces inédita, el cuestionamiento a las bases ideológicas de una nación que se construyó a partir de la concepción de *excepcionalidad en el continente latinoamericano*. La *nación* uruguaya, en tanto narrativa histórica fue formulada a partir de la negación de la presencia de grupos nativos indígenas, de la invisibilización de los afrodescendientes - o de cualquier tipo de influencia cultural que éstos pudieran tener en la formación de esa nación-y de la formulación de políticas migratorias excluyentes. Caminos que posibilitaron la formación de una comunidad política imaginada.

Como argumenta Benedict Anderson (2015, pp. 84-ss), este proceso traspasa las fronteras nacionales, siendo un movimiento particular en las Américas desde 1820. Según Anderson una característica común de muchos países surgidos de la colonización europea es justamente surgir sin un imaginario colectivo que los unificase (2015). Para el autor, el concepto de *nación* es una categoría operativa que puede ser definida como una “comunidad política imaginada - e imaginada como siendo intrínsecamente limitada y, al mismo tiempo, soberana” (Ibid, p. 32). “Nation-ness”, en su acepción en inglés o “la condición nacional” en una de sus traducciones, son productos culturales específicos que requieren de una serie de pasos, como el análisis de los orígenes históricos de esa nacionalidad, sus transformaciones en el tiempo y del porqué disponen de una legitimidad emocional tan fuerte, siendo que presentan tantas paradojas y/o contradicciones internas.

En el caso de Uruguay, estamos frente a una comunidad política que en un tiempo, se pensaba así misma como una *región* que aún con una identidad distintiva en su gestación (Pimenta, 2013)¹⁰⁹, podría ser anexada a otras fronteras -esto queda claro al pensar en eventos históricos claves como, la “cruzada libertadora” y en la declaración de independencia, unión y pabellón del 25 de agosto de 1825, entendidos y consagrados posteriormente por la historiografía nacionalista¹¹⁰ como el *mito de los orígenes* de la nacionalidad uruguaya¹¹¹ (CHIARAMONTE, 1995).

¹⁰⁹ Véase: João Paulo Pimenta, «¿A quién debería pertenecerle la banda oriental? Elementos para comprender la Independencia de Brasil a partir del Río de la Plata», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Enlignre].

¹¹⁰Sobre la bibliografía “nacionalista” de la formación del Estado y la Nación, Carlos Real de Azúa advierte que en el Uruguay la “problemática de la identidad y la nación” adquiere una entidad y una



Para comprender el “punto de inicio” de ese mito de *nación trasplantada*, en la tesis doctoral se hizo referencia a las acciones y políticas registradas en la documentación de archivo, que remiten a las acciones de persecución, exterminio, trata, esclavización y asimilación cultural de determinados grupos sociales (indígenas charrúas y población esclava) en los primeros años de vida independiente del Uruguay. Una lectura crítica de dicha documentación permitió identificar discursos y facetas más allá de las narradas oficialmente, que responden, sobre todo, a motivaciones de carácter económico vinculadas a la inserción del país en el mercado mundial como productor de materias primas, y a la proyección territorial futura, de una clase social específica: los propietarios de la tierra.

Comprender los primeros momentos de construcción del Estado nacional es complejo y requiere incorporar las distintas dimensiones de la realidad que contribuyeron para moldear las bases políticas e ideológicas del Estado y de la Nación uruguaya. Las vías para ello fueron múltiples y dieron cuenta de procesos que vinculan a la vida política, a la constitución del orden territorial y social, a las relaciones internacionales y a la inserción del Uruguay a la economía mundial con la construcción de un nuevo Estado Nacional.

El interés por estudiar la formación de Uruguay como Estado y nación surgió a partir de las lecturas pautadas por el debate sobre su «viabilidad» (Caetano, 1990). El 30 de julio de 1973, a tan solo tres días del golpe cívico-militar que abrió un período de 12 años de terrorismo de Estado y represión, el semanario *Marcha* publicó «La sombra de la Cisplatina», un artículo escrito por Julio Castro¹¹², que finaliza sentenciando: «A

urgencia extremas, lo cual quizá explique la “tendencia incoercible a ritualizar la fuerza de los dictámenes tradicionales sobre la cuestión

¹¹¹José Carlos CHIARAMONTE, “Acerca del origen del Estado en el Río de la Plata”, Anuario IEHS: 30 Instituto de Estudios Histórico-Sociales, número 10, 1995, pp. 27-50; Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación argentina (1800-1846), Buenos Aires, 1997; “La formación de los Estados Nacionales en Iberoamérica”, Boletín de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”, número 14, 1997, pp. 143-165.

¹¹²Julio Castro (13 de noviembre de 1908), fue educador y periodista. En 1930 fundó el diario El Nacional junto con Carlos Quijano, y en 1932 ambos fundaron el semanario Acción, que enfrentó a la dictadura de Gabriel Terra. En 1938 publicó, con Arturo Ardao, Vida de Basilio Muñoz. Hombre de ayer, de hoy y de mañana y en 1939, con Quijano y Ardao, fundó el semanario Marcha, del que fue redactor jefe y director, supliendo a Quijano. Hasta su clausura en 1974, permaneció como redactor del semanario Marcha, a la vez que militaba en la Asociación de la Prensa Uruguaya. El 1 de agosto de 1977 fue detenido y luego torturado y asesinado. Sus restos se hallaron recién en 2011, en el Batallón de Paracaidistas N° 14 de Toledo, departamento de Canelones. Véase: Autores del Uruguay, recuperado el 7 de junio de 2020 de http://www.autoresdeluruguay.uybiblioteca/julio_castro/doku.php?id=presentacion



más de un siglo y medio la sombra de la Cisplatina se extiende sobre el país» (Marcha, 1973). En el año del *golpe*, la alusión al período de dominación luso-brasileña se insertaba en el debate político e intelectual de la *viabilidad nacional*. La memoria del pasado traducía condiciones políticas de aquel presente, interpelaba a sus protagonistas y revivía un debate de extrema «actualidad histórica» (Methol Ferré, 1967) que marcó a tantas generaciones dedicadas a pensar las posibilidades de futuro de esa comunidad política:

A mediados de 1968, el Uruguay vive algo más grave que la profunda crisis económica de su historia. El Uruguay se encuentra en una encrucijada de la que depende su destino histórico, en la que se duda de su viabilidad económica, en la que se cuestiona como país independiente y soberano (Cotelo, 1969, p. 13).

Cercado históricamente por Argentina y Brasil, el Uruguay *inviable* presupone la incertidumbre futura sobre la capacidad del país para mantener su independencia. Las reflexiones de algunos intelectuales¹¹³ y dirigentes políticos sobre la crisis estructural, entre 1955 y 1973, ponían de manifiesto, nuevamente, una interrogante que había estado presente a lo largo del siglo XIX sobre de la capacidad que tendría el país para mantener su *autonomía*, entendida como la posibilidad de un futuro económico y político independiente y sustentable (Caetano, Rilla, 1990).

En *La paradoja uruguaya*, Ximena Espeche (2016) describe al «Uruguay como problema», como un «ensayo de interpretación nacional» —y también, podría afirmarse, de la *nación*—, donde el pasado se vuelve una cantera prodigiosa para explorarlo. Su desarrollo es, en síntesis, una conexión de distintos «extractos del tiempo», que se vinculan con las «diferentes esferas de la compleja realidad» con la correspondiente pluralidad de perspectivas necesarias para abordarla.

Al decir de Gerardo Caetano¹¹⁴, la «búsqueda de un pasado fundante del Estado y de la Nación» tal vez constituya un indicio fuerte sobre la debilidad intrínseca de esa identidad uruguaya o quizás configure, por el contrario, una manera de construirla en

¹¹³ Una de las representaciones literarias más emblemáticas de ese debate fue el libro *El país de la cola de paja* de Mario Benedetti. Montevideo, Arca, 1960.

¹¹⁴ En el marco de su obra, Gerardo Caetano ha estudiado la disputa por la nación en distintas fases históricas y a partir de las múltiples dimensiones de la realidad, para profundizar más en su interpretación historiográfica sobre la nación, véase: Caetano, Gerardo (2000) *Lo privado desde lo público. Ciudadanía, nación y vida privada en el Centenario. Sociohistórica*, (7): 11-51 y Caetano, Gerardo. «Ciudadanía y Nación En El Uruguay Del Centenario (1910-1930). La Forja De Una Cultura Estadista.» *Iberoamericana* (2001-), vol. 10, no. 39, 2010, pp. 161–175.



clave más abierta y multidimensional. Y algo de razón tenía, puesto que siempre renace con más fuerza.

REFERENCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo.** Companhia das Letras. São Paulo, 2015.

AROCENA, Felipe. **Uruguay: un país más diverso que su imaginación. Una interpretación a partir del censo de 2011.** Revista de Ciencias Sociales, DS-FCS, vol. 26, n.º 33, diciembre 2013

BARRAN, José Pedro y NAHUM, Benjamín. **El problema nacional y el Estado: un marco histórico,** Fundación de Cultura Económica, 1986, No 14, pp. 9-22.

BASINI, José. **Indios num país sem indios: a estética do desaparecimento. Um estudo sobre imagens índias e versões étnicas no Uruguai.** Tesis presentada para la obtención del título de Doctor en Antropología Social de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

BENEDETTI, Mario. **El país de la cola de paja.** Montevideo, Arca, 1960.

CAETANO, Gerardo (2000). **Lo privado desde lo público. Ciudadanía, nación y vida privada en el Centenario.** Sociohistórica, (7): 11-51

CAETANO, Gerardo. **Ciudadanía y Nación En El Uruguay Del Centenario (1910-1930). La Forja De Una Cultura Estatista.** Iberoamericana (2001-), vol. 10, no. 39, 2010, pp. 161–175.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Acerca del origen del Estado en el Río de la Plata** Anuario IEHS: 30 Instituto de Estudios Histórico-Sociales, número 10, 1995, pp. 27-50; Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación argentina (1800-1846), Buenos Aires, 1997; “La formación de los Estados Nacionales en Iberoamérica”, Boletín de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”, número 14, 1997, pp. 143-165.

ELIAS, Norbert. **Processos de formação de Estados e construção de nações.** In: Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública. Organização e apresentação Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006 (1972), pp.153-165.

ESPECHE, Ximena. **La Paradoja Uruguaya. Intelectuales, latino americanismo y nación a mediados del siglo XX.** Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

PIMENTA, João Paulo. **¿A quién debería pertenecerle la banda oriental? Elementos para comprender la Independencia de Brasil a partir del Río de la Plata,** Nuevo Mundo Mundos Nuevos, 2013.

RENAN, Ernest. **What is a Nation?** In: BHABHA, H.K. (ed.). *NationandNarration.* Londres, Routledge. 1990.

VERDESIO, Gustavo. **La mudable suerte del amerindio en el imaginario uruguayo: su lugar en las narrativas de la nación de los siglos XIX y XX y su relación con los saberes expertos.** Revista Araucaria, vol. 7, núm. 14, 2005, pp. 0-29, Universidad de Sevilla, España.



Particularidades de un caso poco abordado en la literatura en Ciencias Sociales: el sistema político paraguayo

Sarah Patricia Cerna Villagra¹¹⁵

Introducción

En las Ciencias Sociales de América Latina, Paraguay es uno de los países menos abordados por la literatura especializada, sin embargo, de manera reciente se han realizado esfuerzos desde la Ciencia Política para sistematizar los resultados electorales y comprender el complejo sistema político de este país en los 32 años que lleva instaurada la democracia. Entre esos trabajos destacan los estudios de Abente (2012); Alcántara y Tagina (2013); Cerna y Villalba (2020), Cerna y Solís (2012, 2017; 2018); Duarte (2012, 2013); Došek, Pérez y Duarte (2016); Alcántara, Tagina y Buquet (2018), Solís y Cerna (2013; 2016).

A pesar de las crisis políticas, tras tres décadas de transición y consolidación democrática en Paraguay, las elecciones se han convertido más en la constante que en la excepción, como lo afirman Solís y Cerna (2020), es por ello que, la democracia electoral paraguaya se considera estable en lo que se refiere a la regularidad con la que se han celebrado seis elecciones generales desde 1993. Aunque cabe apuntar que más allá de la formalidad electoral que se repite cada cinco años desde 1993, Paraguay es catalogado como uno de los países con mayor inestabilidad política en la región a causa de los repetidas acontecimientos disruptivos de su vida política, caracterizada por asesinatos políticos (1999), intentos de golpes de Estado (1996), protestas sociales (2006, 2017), escándalos de corrupción (2002), salidas anticipadas de los presidentes (1999) o juicios políticos (2012) (Pérez-Liñán, 2009; 2014; Pérez-Liñán y Polga-Hecimovich, 2017; Uharte, 2012; Abente, 2012; Cerna y Solís, 2012; 2017; 2018, 2020).

En esta línea de análisis, los últimos comicios llevados a cabo en abril de 2018 no fueron la excepción, el clima político se caldeó y los resultados electorales confirmaron la alineación de las fuerzas políticas más hacia la derecha y el conservadurismo en

¹¹⁵ Doctora en Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México. Máster en Ciencia Política, Universidad de Salamanca, España. Licenciada en Ciencia Política, Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, Paraguay. Investigadora asociada al Programa Nacional de Investigadores del CONACYT, Paraguay en el Nivel 2. Pertenece a la Asociación de Ciencia Política del Paraguay desde 2015 como socia fundadora. Es profesora en la Facultad de Filosofía y Ciencias Humanas en la Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”.



términos ideológicos. Lo anterior se enmarca en el amplio proceso de elecciones que ha vivido América Latina entre 2017 y 2019 y, en ese sentido, las elecciones generales paraguayas de 2018 se encuadran en un contexto que algunos han denominado “de giro a la derecha” (Londoño, Bonnefoy y Politi, 2017; Quintana, 2018; Lissardy, 2017, 2018; Núñez, 2018). Aunque este trabajo se adscribe a lo que Cerna y Solís (2020) plantean como un viraje al conservadurismo de derecha con características de integrismo religioso, esto debido a la presencia cada vez más importante de partidos de base religiosa, principalmente evangélicos o pentecostales, que de manera discreta han incursionado en el campo electoral a través de algunos de sus ministros de culto y la estructura social de sus feligresías en crecimiento, las cuales financian, vía sus diezmos, las actividades políticas de estas iglesias (Cerna y Solís, 2020). Particularmente en el caso paraguayo, este integrismo religioso se observa en los discursos políticos del presidente Mario Abdo Benítez y del expresidente Horacio Cartes respecto a valores relacionados con Dios y la “familia tradicional”.

Algunas particularidades del sistema político paraguayo: bipartidismo y conservadurismo



Una de las principales características que diferencia al sistema político paraguayo frente a la mayoría de países de la región latinoamericana es la longevidad de sus principales actores políticos. Tanto la Asociación Nacional Republicana (ANR) o Partido Colorado como el Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA) son organizaciones políticas que no solo han disputado el poder en las urnas, sino también por otras vías, y quizá más importante que eso, definen identidades políticas en este país sudamericano (Cerna y Solís, 2018: 353). Identidades políticas que más que establecer diferencias ideológicas, se constituyen en polos opuestos en cuanto a tradiciones familiares y de lealtades político-partidarias a lo largo de la historia paraguaya.

Otra peculiaridad del sistema político paraguayo es su estructura mayoritariamente bipartidista, lo que no significa necesariamente estabilidad política, como se ha señalado en líneas anteriores. Uno de los periodos políticos más complicados ha sido el que abarcó finales del Siglo XIX y la primera mitad del Siglo XX, antes del régimen autoritario de Alfredo Stroessner (1954- 1989). Posteriormente a la caída del régimen autoritario, tanto la transición como consolidación democrática

fueron a su vez bastante sinuosas, debido principalmente, a las constantes interrupciones constitucionales, los liderazgos de carácter autoritario de ciertos referentes políticos y las inestabilidades políticas derivadas de la tendencia de amenazar frecuentemente con el juicio político a los presidentes en el último cuarto de siglo en democracia, así como también a los intentos de golpe de Estado que se han suscitado en este mismo periodo (1996 y 2000) (Cerna y Solís, 2018: 354).

En este punto es importante comprender que las disputas políticas en Paraguay, y las de sus élites políticas en concreto, han estado históricamente vinculadas a la propiedad agrícola y al acaparamiento de tierras, que han dado como resultado que este *issue* se haya convertido con el paso del tiempo en el corazón de los problemas estructurales del país. Problemática que para Barreda y Bou (2010: 158) tienen tres rasgos característicos: a) una perniciosa estructura socioeconómica; b) un acentuado clientelismo; y c) un problema sistémico de agencia. Aunado a ello, habrá que añadir que, de manera semejante a otros países de la región, la tendencia a liderazgos fuertes y carismáticos es una de las características que más sobresalen en la cultura política paraguaya (Uharte, 2012: 394). La propensión a liderazgos de linaje, enérgicos e incluso vehementes ha sido frecuente en la historia paraguaya (por ejemplo, las figuras del Dr. Gaspar Rodríguez de Francia, Carlos y Francisco Solano López, Bernardino Caballero, Alfredo Stroessner o Lino Oviedo, por citar solo algunos). En cualquier caso, la mayoría de estos liderazgos se han caracterizado por la defensa a ultranza de lo que han definido como los «valores paraguayos»: un cúmulo de ideas en torno a la “paraguayidad” con un claro tinte conservador. La dominación del escenario político por parte de actores conservadores tanto del lado de los colorados (ANR) como de los liberales (PLRA), y su fuerte arraigo en la sociedad paraguaya, ha dificultado que la izquierda haya podido abrirse paso (Cerna y Solís, 2018), como se puede observar en la Tabla 1.



Tabla 1: Porcentaje de votos de cada para la elección de presidente entre 1993-2018

Ideología	Partido	1993	1998	2003	2008	2013	2018
Derecha	ANR	39.3	53,8	37,1	30,7	45,8	46,4
Derecha	PLRA	32.1	42,6	24			
n/d	APC ¹¹⁶				40,9		
n/d	GANAR ¹¹⁷						42.7
Derecha	APA ¹¹⁸					36,9	
Derecha	UNACE		13,5	22	0,8		
Derecha	PPQ		21,3	2,4	1,1		
Derecha	PVP						3.2
Centroder echa	PEN	23.1					
Izquierda	Avanza País					5,9	
Izquierda	Frente Guazú					3,3	
	% Participación	69,0	80,5	64,3	65,6	68,6	61,2

Fuente: elaboración propia con base en datos del TSJE (2018) y Cerna y Solís (2020)

A excepción de las elecciones de 2013 en las que contendieron dos partidos alineados a la izquierda del espectro ideológico en solitario, en las otras elecciones de 2008 y 2018, los institutos políticos de izquierda hicieron alianza con un partido de

¹¹⁶ Alianza Patriótica para el Cambio (APC) coalición para las elecciones generales del 2008 entre el Partido Liberal Radical Auténtico (de derecha) y varios partidos de izquierda como *Tekojojá* y Partido Febrerista. Se considera como no determinada (n/d) la ideología de la APC en tanto que se trató más bien de una Alianza Anti-hegemónica contra la ANR entre partidos con ideologías opuestas.

¹¹⁷ Al igual que en las elecciones de 2008, la Alianza GANAR se conformó entre el PLRA (de derecha) y el Frente Guazú (coalición de partidos de izquierda) para derrotar a la ANR con lo cual no se puede observar claramente la ideología de esta alianza porque el propio discurso del candidato Efraín Alegre del PLRA ha sido muy confuso en temas relacionados con el género.

¹¹⁸ Alianza Paraguay Alegre coalición entre el PLRA y el Partido UNACE para las elecciones de 2013.



derecha como lo es el PLRA y, por ende, las coaliciones resultantes son de difícil clasificación ideológica.

En resumen, se puede advertir que las elecciones de 2018 en Paraguay han representado un afianzamiento del conservadurismo de derecha que ya existía en el país tras los sucesivos gobiernos del Partido Colorado, salvo el periodo 2008- 2012, en el que la Alianza Patriótica para el Cambio de la mano de Fernando Lugo y el PLRA intentaron, sin éxito, distanciarse de las demás gestiones pero dicho cambio no se concretó por pugnas al interior de la APC y por la salida abrupta, vía juicio político, de Lugo en junio de 2012.

Medidas implementadas en la pandemia por COVID-19

Con solo tres casos confirmados, el 9 de marzo de 2020, Paraguay se convirtió en el país que prematuramente implementó medidas de confinamiento (Decreto 3442), tales como el cierre total de fronteras y el aislamiento social (Decreto 3465). Lo anterior debido a que las autoridades gubernamentales estaban conscientes de las debilidades del sistema de salud y por ello, reforzaron las medidas hasta llegar a la restricción total del tránsito el 20 de marzo (Decreto 3478). En un primer momento, el manejo de la epidemia fue visiblemente exitoso. Por ello, el 4 de mayo inició la fase 1 de la desescalada denominada “cuarentena inteligente” (Decreto 3576), esto permitió la reactivación de ciertas actividades económicas, excepto las que promuevan la aglomeración de personas como restaurantes, bares, conciertos, cines, etc. Al 26 de mayo, los casos confirmados apenas ascendían a 877, solo del 6% correspondía a casos comunitarios. En tanto, que los decesos sumaban 11 (1,5 por cada millón de habitantes), los internados ascendían a siete y de estos ninguno en yacía en unidades de terapia intensiva (MSPBS, 2020b) (Cerna e Ibarrola, 2020).

La otra cara de las medidas adoptadas se vio reflejada en el abuso de las imputaciones por “la violación de la cuarentena”, muy en consonancia con las prácticas arraigadas en los cuerpos policiales herederos de un régimen autoritario de larga data en el país. La medida de “violación de cuarentena” fue fundada en un decreto presidencial, pero sin figura explícita en el Código Penal y, por lo tanto, de viabilidad cuestionable, debido a que la libertad del tránsito es un derecho de rango constitucional. Para el 7 de mayo, el Ministerio Público había imputado a 2953



personas (La Nación, 2020). Esto provocó una reacción de la Corte Suprema de Justicia que instó a regular el uso de las imputaciones y a buscar salidas alternativas (Última Hora, 2020). Cerna e Ibarrola (2020) mencionan que los abusos de la policía hacia ciertos ciudadanos, principalmente pertenecientes a clases populares, tuvieron eco, incluso, en la prensa francesa (L'Obs, 2020). Así también, el Mecanismo de Nacional de Prevención y Tortura (MNP) exhortó al respeto de los derechos humanos en el marco de la emergencia sanitaria (MNP, 2020).

Otro de los aspectos resaltantes en el manejo de la pandemia en Paraguay fue la pésima gestión en las compras de insumos médicos para combatir la pandemia. Los escándalos de corrupción sacudieron al Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social (MSPBS) por una presunta compra dirigida de USD 13.000.000 que provocó la renuncia de varios directores generales de la citada cartera, además de una denuncia fiscal al proveedor ante el rechazo de los insumos proveídos por no cumplir las exigencias técnicas (Cerna e Ibarrola, 2020).

Crisis política y sanitaria: los marzos paraguayos

El manejo errático de la segunda ola de contagios por la crisis sanitaria por Covid-19 caracterizado por la escasez de vacunas y medicamentos y el colapso de los hospitales generó una serie de protestas ciudadanas en las cuales se exigía el juicio político al presidente Mario Abdo Benítez (López Garelli, 2021). La ola de protestas ciudadanas pidiendo el juicio político a Mario Benítez -el segundo en lo que va de su mandato- duró más de una semana y se realizó tanto en la capital del país como en otras ciudades importantes. El hastío ciudadano llegó en marzo de 2021 tras un rebrote de la enfermedad que desnudó la precariedad sanitaria en Paraguay y las continuas prácticas de corrupción y manejo inadecuado de los recursos públicos, en este caso en particular en un contexto de pandemia mundial. Por segunda oportunidad, Mario Abdo Benítez logró evitar el juicio político gracias al respaldo de la facción cartista en la cámara de diputados. Con ello, el presidente Benítez se suma a la larga lista de presidentes con intentos, amenazas y procesos de juicios políticos en su contra.

Para cerrar este capítulo cabe señalar que las protestas de marzo de 2021 detonaron la quema en la casa de gobierno de la Asociación Nacional Republicana,



partido del presidente Mario Abdo Benítez, en señal de rechazo a la decisión de la Cámara de Diputados de archivar la solicitud de juicio político en su contra. Este convulso “marzo paraguayo” de 2021 se suma a otros eventos importantes de la política nacional de la misma índole suscitados tanto en marzo de 2017 con la quema del Congreso Nacional en rechazo a los intentos de reforma constitucional para permitir la reelección presidencial como a los sucesos de marzo de 1999 que culminaron en la muerte de once jóvenes manifestantes en las plazas aledañas al Parlamento, quienes protestaban por el magnicidio del vicepresidente Argaña.

Conclusiones

Como se ha señalado a lo largo de este trabajo el sistema político paraguayo tiene sus particularidades propias: bipartidismo, inestabilidad política, élites y electorado conservador de derechas. Más allá de algunos referentes nacionales en la Ciencia Política como Benjamin Arditi y Diego Abente Brun en la primera parte de la transición democrática, estos eventos políticos han sido estudiados de manera reciente tanto por la emergente comunidad académica nacional como por científicos sociales de la región, Europa y Estados Unidos.

Cabe finalizar mencionando que más allá de los constantes altibajos que presenta el clima político nacional, debido principalmente, al cuestionado desempeño de las élites durante la democracia paraguaya y a una ciudadanía que constantemente exige transparencia, acceso a derechos económicos y sociales y la conservación de la democracia, el sistema político paraguayo mantiene estructuras político-partidarias muy estables, una cultura política que disputa su herencia autoritaria con prácticas de carácter democrático y un electorado (con élites que lo representan) mayoritariamente situado hacia la derecha conservadora en el espectro ideológico. No obstante, el sistema político paraguayo constituye un tema de análisis tanto como estudio de caso como a nivel comparado que aún tiene que ser profundizado por la academia en Ciencias Sociales latinoamericana.

REFERENCIAS

ABENTE, Diego. **Estabilidad y calidad de la democracia en Paraguay**. *América Latina Hoy*, 60,



2012. pp. 43-66.

ALCÁNTARA, Manuel, Tagina, María Laura y Buquet, Daniel. ***Elecciones y partidos en América Latina en el cambio de ciclo***. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas. 2018.

ALCÁNTARA, Manuel y Tagina, María Laura. ***Procesos políticos y electorales en América Latina (2010-2013)***. Buenos Aires: Eudeba. 2013.

CERNA VILLAGRA, Sarah Patricia e Ibarrola, Rodrigo. ***Paraguay: el arraigo político y económico de la derecha***". En *Revista Reflexión Política*, Año 22, Nro. 45, agosto de 2020, pp. 116-131.

CERNA VILLAGRA, Sarah Patricia y Solís Delgadillo, Juan Mario. ***Paraguay: realineamiento electoral y profundización conservadora tras el proceso electoral de 2018***. En Alcántara Sáez, Manuel (Director) (2020) *América Latina Vota (2017-2019)*. Madrid: Tecno, 2020.

CERNA VILLAGRA, Sarah Patricia y Villalba, Sara Mabel. ***Tres décadas de democratización: actores, instituciones y sociedad***. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica (CEADUC), 2020.

CERNA VILLAGRA, Sarah Patricia y Solís Delgadillo, Juan Mario. ***Paraguay: entre el pluralismo moderado y el predominio de los actores tradicionales***. En: Alcántara Manuel; Buquet, Daniel y Tagina, María Laura (eds.). *Elecciones y partidos en América Latina en el cambio de ciclo* (pp. 353-376). Madrid: CIS, 2018.

CERNA VILLAGRA, Sarah Patricia y Solís Delgadillo, Juan Mario. (2017). ***Los resortes colorados del poder: nacionalización de los partidos y el sistema de partidos paraguayo (1998-2013)***" *Colombia Internacional*, 91, 2017, pp. 151-184.

CERNA VILLAGRA, Sarah Patricia y Solís Delgadillo, Juan Mario. ***La crisis institucional paraguaya a la luz de las élites parlamentarias***. *Boletín Élite Parlamentarias Latinoamericanas*, 42. 2012.

López GARELLI, Sannie (2021, 17 de marzo) "***Presidente de Paraguay evita el segundo juicio político de su gestión***". En *CNN en Español*. Fecha de consulta: 15 de agosto de 2021.

Decreto N° 3442. ***Por el cual se dispone la implementación de acciones preventivas ante el riesgo de expansión del coronavirus (COVID-19) al territorio nacional***. Gaceta Oficial. Asunción, Paraguay. 9 de marzo de 2020.

Decreto N° 3478. ***Por el cual se amplía el Decreto N° 3456/2020 y se establecen medidas sanitarias en el marco de la emergencia sanitaria declarada ante el riesgo de expansión del***



coronavirus (COVID-19) al territorio nacional. Gaceta Oficial. Asunción, Paraguay. 20 de marzo de 2020.

Decreto N° 3576. **Por el cual se establecen medidas sanitarias en el marco de la emergencia sanitaria declarada en el territorio nacional por la pandemia del coronavirus (COVID-19) correspondiente a la Fase 1 del Plan de Levantamiento Gradual del Aislamiento Preventivo General (Cuarentena Inteligente).** Gaceta Oficial. Asunción, Paraguay. 3 de mayo de 2020.

DOŠEK, TOMÁŠ; Pérez Talia, Marcos y Duarte Recalde, Liliana Rocío. **Elecciones municipales en Paraguay de 2015: cambios simbólicos y continuidades sustanciales.** *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, 25 (1), 2016, pp. 137-156.

DUARTE, Rocío. **Paraguay: interrupción al proceso de consolidación de la democracia.** *Revista de Ciencia Política*, 33 (1), 2013, pp. 303-324.

DUARTE, Rocío. **Variaciones en el comportamiento electoral en Paraguay.** *América Latina Hoy*, 60, 2012, pp. 117-138.

LA NACIÓN. (2020, mayo 6). **Cifra de imputados por violar cuarentena se acerca a 3.000.** Recuperado de <https://www.lanacion.com.py/pais/2020/05/06/cifra-de-imputados-por-violar-cuarentena-se-acerca-a-3000/>

LISSARDY, Gerardo (2018, abril 17). **“La fuerza política más nueva”: cómo los evangélicos emergen en el mapa de poder en América Latina.** *BBC News*. Recuperado de <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43706779>.

LISSARDY, Gerardo. (2017). **Por qué 2017 puede ser la clave en el giro hacia la derecha de América Latina.** *BBC News*. Recuperado de <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-38493148>.

LONDOÑO, Ernesto; Bonnefoy, Pascale y Politi, Daniel. (2017, diciembre 19). **La victoria de Piñera refuerza el giro a la derecha de América Latina.** *The New York Times*. Recuperado de <https://www.nytimes.com/es/2017/12/19/chile-pinera-america-latina-derecha/>

L’OBS. (2020, abril 9). **Inde, Népal, Paraguay... Ces pays où la police va trop loin pour faire respecter le confinement.** Recuperado de <https://www.nouvelobs.com/coronavirus-de-wuhan/20200409.OBS27285/inde-nepal-paraguay-ces-pays-ou-la-police-va-trop-loin-pour-faire-respecter-le-confinement.html>

MECANISMO NACIONAL DE PREVENCIÓN DE LA TORTURA (MNP). **MNP exhorta al respeto irrestricto de los derechos humanos en el marco de la emergencia sanitaria, 2020.**



MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA Y BIENESTAR SOCIAL (MSPBS). (2020). *Reportes COVID19*. Recuperado de <https://www.mspbs.gov.py/reporte-covid19.html>.

NÚÑEZ, Leticia. (2018, julio 19). **Se interrumpe el giro la derecha en América Latina**. *ALnavío. Noticias de ida y vuelta*, 2018.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO - OIT. **COVID-19 and the world of work. Third edition**. 2020.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD – OMS. **Reporte sobre la Epidemia Mundial de Tabaco**, 2019.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal & Polga-Hecimovich, John. **Explaining Military Coups and Impeachments in Latin America**. *Democratization*, 24 (5), 2017, pp.839-858.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **A Two-Level Theory of Presidential Instability**. *Latin America Politics & Society*, 56 (1), 2014, pp. 34-54.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política en América Latina*. México, D.F.: FCE, 2009.

SOLÍS DELGADILLO, Juan Mario y Cerna Villagra, Sarah Patricia. **De la llanura al palacio: la restauración de la pax colorada en Paraguay**. En: Alcántara, Manuel y Tagina, María Laura (eds.). *Procesos políticos y electorales en América Latina (2010-2013)* (pp. 401-430). Buenos Aires: Eudeba, 2013.

TELEFUTURO. *Diferencias entre Santiago Peña y Marito Abdo Benítez.*, 2017.

UHARTE, Luis. **El proceso de democratización paraguayo: avances y resistencias**. *América Latina Hoy*, 60, 2012, pp. 17-42.

ÚLTIMA HORA. (2020, mayo 7) **La Corte propone depuración por los casi 3.000 imputados en cuarentena**. Recuperado de <https://www.ultimahora.com/la-corte-propone-depuracion-los-casi-3000-imputados-cuarentena-n2883939.html>.



SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

CARLOS GONZÁLEZ ORELLANA

Máster en filosofía e ingeniero químico de la Universidad Rafael Landívar. Es poeta y profesor de literatura. Actualmente coordina la Maestría en Filosofía y la Maestría en Literatura Hispanoamericana de la URL. Pertenece al grupo de trabajo de Clacso: El Istmo Centroamericano, repensando los centros.

FABIO MALDONADO

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). É membro do Núcleo de Estudos sobre o Capitalismo Dependente (NECAD) e do Núcleo Práxis (LEPHE-USP).

FRANCO ALEJANDRO LÓPEZ

É graduado em Comunicação Social e Jornalismo pela Universidad La República no Chile e cursa Sociologia na Universidade Paulista, UNIP. Pós-graduado em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP. Mestre em Ciências pelo programa de Integração da América Latina, PROLAM, da Universidade de São Paulo, USP. Atualmente cursa doutorado em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. ORCID: 0000-0002-9111-7225.



GUSTAVO MENON

Pós-doutorando em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (USAL-Espanha). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo - PROLAM/USP. Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. . Docente na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP (PROLAM-USP). Também é professor no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília (UCB). ORCID: 0000-0003-1057-027X.

JUAN CRISTÓBAL CÁRDENAS CASTRO

Economista, Maestro y Doctor en Estudios Latinoamericanos. Ha sido profesor en la Universidad Autónoma de México y en la Universidad de Chile. En 2015 fue reconocido por CLACSO con uno de los premios del *Concurso de Ensayos Ruy Mauro Marini para investigadores/as de América Latina y el Caribe*, por su trabajo titulado «Para leer *Dialéctica de la dependencia* (del giro dependientista al giro decolonial)» (Cárdenas, 2018). En la actualidad se desempeña como investigador a honorarios en la Universidad de Valparaíso y profesor de Economía Social en las Universidades de Valparaíso y de Aysén. ORCID: 0000-0003-1186-6224.

NASTASIA BARCELÓ SEVERGNINI

Candidata a Doctora por el PROLAM-USP. Magíster en Relaciones Internacionales por el Programa San Tiago Dantas y Licenciada en RR. II (UNILA). Docente e Investigadora del Programa de Estudios Internacionales de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República (UdelAR). ORCID: 0000-0002-4385-8942.



SARAH CERNA VILLAGRA

Doctora en Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México. Máster en Ciencia Política, Universidad de Salamanca, España. Licenciada en Ciencia Política, Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, Paraguay. Investigadora asociada al Programa Nacional de Investigadores del CONACYT, Paraguay en el Nivel 2. Pertenece a la Asociación de Ciencia Política del Paraguay desde 2015 como socia fundadora. Es profesora en la Facultad de Filosofía y Ciencias Humanas en la Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”. ORCID: 0000-0001-7992-8095.

SOBRE OS ORGANIZADORES



WAGNER IGLECIAS

Possui Graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1993), Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1996), Mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1999) e Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e credenciado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Formulador do projeto PROLAM/USP Debate e coordenador do Grupo de Trabalho "China e o Mapa do Poder Mundial", do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, Argentina. ORCID: 0000-0002-7632-1877. E-mail: wi6@usp.br.



FRANCO ALEJANDRO LÓPEZ

É graduado em Comunicação Social e Jornalismo pela Universidad La República no Chile e cursa Sociologia na Universidade Paulista, UNIP. Pós-graduado em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP. Mestre em Ciências pelo programa de Integração da América Latina, PROLAM, da Universidade de São Paulo, USP. Atualmente cursa doutorado em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. ORCID: 0000-0002-9111-7225.



GUSTAVO MENON

Pós-doutorando em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (USAL-Espanha). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo - PROLAM/USP. Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP) e no Grupo de Trabalho "China e o Mapa do Poder Mundial", do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, Argentina. Docente na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP). Também é professor no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília (UCB). ORCID: 0000-0003-1057-027X. E-mail: Gustavo.menon@usp.br.



ÍNDICE REMISSIVO

- Abdo Benítez, Mario, 106, 110
Allende, Salvador, 20, 44, 56, 61, 78, 79
América Latina, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 81, 86, 89, 98, 99, 105, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118
Argentina, 32, 33, 34, 35, 36, 53, 95, 96, 102, 103, 104, 117, 118
Ásia, 36
Bachelet, Michelle, 79, 81
Bambirra, Vania, 17, 20, 22, 38, 39, 40, 57
Bipartidismo, 106, 111
Blanqueamiento, 88, 100
Brasil, 8, 9, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 54, 56, 57, 58, 60, 63, 71, 79, 95, 96, 101, 103, 104
Burguesia, 13, 14, 15, 19, 22, 28, 30, 31, 35, 38, 50
Candido, Antonio, 11
Cardoso, Fernando Henrique, 21, 33, 39, 59, 60, 66
Castrismo, 47
Chile, 20, 32, 34, 35, 36, 40, 41, 44, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 115, 116, 117
China, 36, 50, 117, 118
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 9, 10, 47, 56, 59, 63, 64
Concertación, 77, 78, 79
Crise econômica, 10
Cueva, Agustín, 44, 46, 51, 52, 53
Democracia, 46, 49, 52
Desenvolvimento, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 28, 30, 32, 33, 35, 37, 40, 49, 51, 52, 70
Ditadura, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 84
Divisão internacional do trabalho, 11, 24, 25, 31, 49
Dos Santos, Theotonio, 8, 11, 16, 17, 20, 22, 38, 39, 40, 57, 60, 61, 62, 72
Economicismo, 47
El Salvador, 32
Elías, Norbert 97
Equador, 44, 45, 47
Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), 16
Estados Unidos, 11, 17, 21, 35, 36, 77, 78, 111
Eurocentrismo, 13
Faletto, Enzo 59
Fernandes, Florestan 11, 52, 60
Freyre, Gilberto, 11
Friedman, Milton, 77
Genocídio, 88
Guatemala, 87, 88, 89, 91, 92, 94
Guerreiro Ramos, Alberto, 11, 17
Gunder Frank, André, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 33, 38, 39, 40, 51, 53, 54, 57, 58, 62
Imperialismo, 10, 13, 14, 17, 27, 37, 46, 48, 49, 51, 53, 61, 64, 70
Industrialização, 10, 12, 14, 15, 30, 31, 32
Laclau, Ernesto 6, 73, 75, 85
Liberalismo, 11, 91
Lugo, Fernando, 109
Mais-valor, 25, 26, 27, 28, 30, 37
Mapuche, 73, 74
Marini, Ruy Mauro, 8, 9, 10, 16, 18, 19, 22, 23, 26, 28, 33, 38, 39, 40, 42, 45, 46, 49, 50, 51, 54, 57, 62, 68, 70, 116
Marx, Karl, 8, 9, 17, 20, 24, 26, 29, 39, 42, 47, 53, 58, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 72
Maya, 88, 89, 94
Methol Ferré, Alberto, 96, 99, 103
México, 11, 19, 20, 21, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 52, 53, 54, 57, 58, 70, 71, 72, 105, 114, 116
Movimiento de Izquierda Revolucionaria, 56, 62
Nação, 82, 96
Nacional-desenvolvimentismo, 10, 42
Neoliberalismo, 34, 42, 55, 58, 73, 77, 79, 80, 86
North America Free Trade Agreement (NAFTA), 35, 36
Paraguay, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116
Paz, Octavio, 46
Periferia, 12, 49, 51
Piñera, Sebastián, 79, 81, 82, 84
Plurinacional, 82, 88
Populismo, 6, 53, 75, 76, 80, 82, 84, 85
Prado Júnior, Caio, 11, 16
Prebisch, Raúl, 11
Provincia Cisplatina, 96



Quijano, Aníbal, 20, 59
Racialización, 90
Revolução Cubana, 15, 16
Revolução dos Pinguins, 81
Revolução industrial, 24
Subdesenvolvimento, 11, 12, 14, 18, 19, 22,
24, 25, 30, 50, 70, 83
Subimperialismo, 19, 32, 33, 49
Superexploração do trabalho, 10, 28, 30,
32, 36
Teoria da Dependência, 6, 8, 9, 18, 22, 33,
42, 53
Teoría decolonial, 66
Teoria Marxista da Dependência, 8, 9, 22,
28, 33, 40, 46, 53
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
(URSS), 13, 44, 46
Uruguay, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103,
104
Vargas Llosa, Mario, 46
Velasquismo, 45

